



PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
PENSAR A BAIXA POMBALINA



PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES . PENSAR A BAIXA POMBALINA

Universidade Autónoma de Lisboa . Departamento de Arquitectura

Margarida Maria Vassalo Bernardino Marques Pinto

Orientadores Arqtº Inês Lobo . Arqtº João Vaz . Arqtº Joaquim Moreno

Janeiro 2015

Texto segundo o acordo ortográfico de 1990

PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
PENSAR A BAIXA POMBALINA

Obrigado a todos que ao longo deste ano contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao historiador e amigo, José Sarmento Matos, pela orientação e disponibilidade na ajuda da compreensão da cidade de Lisboa.

A todos os professores, de todos os anos do curso, pela aprendizagem e entusiasmo transmitido, e aos que me acompanharam neste último capítulo, a Arqª Inês Lobo, o Arqº João Vaz e o Arqº Joaquim Moreno, por acreditarem.

Ao meu pai e à minha tia Carminho pela dedicação no aperfeiçoamento da dissertação.

À minha mãe pelo apoio e paciência.

Aos meus irmãos, Carminho, Bernardo e Leonor pela amizade.

À amiga de sempre e para sempre Francisca.

Aos amigos que ganhei nestes seis anos, João Pessoa, Maria Castilho, João Ortigão Ramos, Miguel Esteves, Matilde Cabral, Matilde Leitão, Duarte Vieira e António Patrício.

Às amigas que acompanharam mais de perto esta fase, Carolina, Teresa, Ana, Mimas, Catarina e Sofia, pela ajuda e motivação.

Ao André, por estar sempre presente.

ABSTRACT

PT. Como consequência da vasta destruição do Terramoto de 1 de Novembro de 1755, a baixa da cidade de Lisboa, foi alvo de grandes alterações que transformaram a emergência da reconstrução na oportunidade de fazer renascer o centro da cidade.

A decisão de reconstruir a cidade veio apresentar a intenção de não perder as principais referências geográficas e históricas. O plano pombalino veio instalar no vale, uma arquitectura que se propunha reconstruir a cidade de uma forma inovadora, através da adopção de características urbanas e arquitectónicas únicas no mundo, ao mesmo tempo que tentava integrar a estrutura e os elementos essenciais da pré-existência destruída.

O tema Permanências e Transformações surge da necessidade de sustentar a proposta realizada, que passa pela implantação de um Centro de Investigação do Território, Paisagem e Arquitectura portuguesa, neste lugar que é a Baixa Pombalina.

É importante estudar, na vontade de aqui intervir, aquelas que foram as mais importantes intervenções e evoluções nesta zona da capital, recuando até aos tempos primitivos, passando pelo pós-terramoto e terminando nas últimas grandes intervenções em diversos edifícios pombalinos feitas nas décadas mais recentes.

Procuram-se, assim, através da análise das permanências e transformações, pistas essenciais para a realização do projecto, gerando uma dinâmica urbana de reconstrução de todo o conjunto.

Palavras chave: Baixa Pombalina; Permanências; Transformações; Reconstruir;

EN. As a result of the vast destruction caused by the earthquake of November 1st 1755, downtown Lisbon has undergone major changes that transformed the urge of reconstruction, into the opportunity to revive the city center.

The decision to reconstruct the city has come to represent the intention of not losing its geographical and historical references. The pombalino plan came to install, in the valley, a type of architecture which aimed to rebuild the city in an innovative way, adopting urban and architectural characteristics unique in the world, while trying to integrate the structure and essential elements of the destroyed pre-existence .

The theme *Permanencies and Transformations* arises from the necessity to support the project proposal, which consists on the implementation of a Portuguese Territory, Landscape and Architecture Research Centre, in this unique location which is the Baixa, downtown Lisbon.

It is important to study, in the willingness to intervene here, the most important interventions and developments in this area of the city, starting with the primitive times to the post earthquake, and ending with the last major interventions made in the last decades in all the pombalino buildings which are now considered World Heritage.

The aim is to look for essential clues for the realization of this project through the analysis of the permanencies and transformations creating an urban dynamic of the reconstruction of the whole.

Keywords: Baixa Pombalina; Permanencies; Transformations; Rebuild;

ÍNDICE GERAL

006	ABSTRACT	090	PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DO TERRITÓRIO, PAISAGEM E ARQUITECTURA PORTUGUESA
012	HORIZONTE PORTUGAL EXPLICAÇÃO DO EXERCÍCIO	092	CIDADE . BAIXA POMBALINA . ANÁLISE
016	EXCOLHA DO LOCAL LISBOA, BAIXA POMBALINA	102	RUA . RUA AUGUSTA . POSTO DE INFORMAÇÃO
022	PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES	128	QUARTEIRÃO . HOTEL FRANCFORT . CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
026	PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DA LISBOA PRIMITIVA AO PLANO POMBALINO	172	REINVENÇÃO
028	LISBOA ANTERIOR AO TERRAMOTO	174	MEMÓRIA
038	LISBOA POSTERIOR AO TERRAMOTO . PLANO POMBALINO	176	SOBREPOSIÇÃO
048	EM CONCLUSÃO	178	PRESERVAÇÃO
050	PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES INTERVIR HOJE NA BAIXA POMBALINA	180	BIBLIOGRAFIA
052	LISBOA ESQUECIDA	182	ÍNDICE DE IMAGENS
056	RECONSTRUÇÃO DO CHIADO	186	ÍNDICE DE ESQUEMAS E PLANTAS
064	BANCO DE PORTUGAL		
074	FANQUEIROS		
080	MUDE		

HORIZONTE PORTUGAL
EXPLICAÇÃO DO EXERCÍCIO



HORIZONTE PORTUGAL . EXPLICAÇÃO DO EXERCÍCIO

« Propõe-se aqui uma leitura interpretativa do espaço português; uma descodificação da sua paisagem; da forma como esta foi um factor que condicionou o povoamento ao longo dos séculos e deu origem a um mosaico cultural muito diferenciado. Há em Portugal um labirinto quase inesgotável de lugares surpreendentes, que estabelecem relações complexas entre si. » ¹

Através do projecto Horizonte Portugal, apresentado pelo arquitecto e fotógrafo Duarte Belo, ambiciona-se revelar um país desconhecido, património cultural e natural de enorme valor e diversidade. Estimulando a procura desse país, de lugares, arquitecturas e paisagens singulares, é pretendido que se estabeleçam ligações entre todos os elementos, e que haja uma partilha do conhecimento existente sobre o território português.

É, por isso, lançado o desafio da projecção de um Centro de Investigação do Território, Paisagem e Arquitectura Portuguesa, onde seja possível armazenar toda a informação e documentação relevante e indispensável a este propósito, e que defina uma estratégia de comunicação fora e dentro do território português.

¹ Duarte Belo, 2011 em Horizonte Portugal . www.horizonteportugal.pt

ESCOLHA DO LOCAL
LISBOA, BAIXA POMBALINA



fig.02 Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2013

ESCOLHA DO LOCAL . LISBOA, BAIXA POMBALINA

« (...) rastos deixados por um olhar reflexo e perplexo de quem não pode deixar de se surpreender com o seu próprio labor na construção da grande cidade infinita. Lisboa é sobrevivência. » ²

Lisboa, capital de Portugal, e outrora capital do Mundo, pode ser considerada um dos principais e mais significativos pontos de chegada e partida do país. Assim como se vai e volta para outros pontos do globo, é também dela que pode surgir uma rede de partida para descoberta do território nacional desconhecido.

Ao implantar o Centro de Investigação em Lisboa é importante um olhar sobre situação da cidade de maneira a perceber as suas maiores urgências e carências. É importante saber onde e como a resposta ao exercício vai contribuir para a situação da cidade e de alguma maneira transformá-la.

Sendo um projecto dinamizador do território português, a escolha do local de implantação incidiu num lugar com potencial e com disposição para a divulgação do mesmo. A resposta vai aparecer no centro da cidade, na Baixa Pombalina.

Intervir e projectar na malha urbana existente exige uma profunda análise e compreensão dos maiores problemas que esta apresenta, de maneira a que a escolha do local, dentro da cidade, se adequue e responda da melhor maneira ao exercício. Da mesma forma, é muito importante que uma próxima intervenção, traga uma nova vida ao edifício ou ao espaço em que se insere e que, ao longo do tempo, perdeu o seu carácter inicial.

A actuação nestes locais tem como principal objectivo, além da adaptação ao novo programa, manter viva a sua história, e ao mesmo tempo torná-los importantes centros da cidade, e de estudo do território português.

Consequência de uma enorme acção de reconstrução, a Baixa Pombalina organiza-se, hoje, segundo uma malha rectilínea e hierarquizada, que, apesar de ser

parte importante da história da cidade, a sua estabilidade foi sendo colocada em risco, em resultado quer das alterações desadequadas que sofreu, quer da falta de conservação, abandono e destruição.

O Centro de Investigação pretende, em conjunto com outros projectos já realizados, também estes em análise, devolver à Baixa Pombalina a sua centralidade, contribuindo para a sua reanimação sociocultural e requalificação urbana.

² Duarte Belo, 2012 em Público
<http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/bienal-de-arquitectura-lisboa-em-veneza-1560763?page=2>



017



PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES



fig.03 Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2013

PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES

« A construção de uma cidade é obra para gerações e nunca se atinge a perfeição. Nisso, como em tudo na vida, o importante é começar. »³

O tema Permanências e Transformações surge como abordagem complementar ao exercício prático da criação de um projecto para um Centro de Investigação do Território, Paisagem e Arquitectura portuguesa, a instalar no centro da cidade de Lisboa, mais concretamente na Baixa Pombalina.

A Baixa de Lisboa foi sempre um lugar em constante adaptação, tanto a fenómenos naturais, como às diferentes necessidades das populações que por aí passaram e se foram instalando.

Cada adaptação, pode-se afirmar, passa por um processo de permanências e transformações relativamente ao existente.

A investigação tem como objectivo entender os principais fenómenos de permanência e de transformação deste centro da cidade, desde os tempos mais remotos, até à actualidade, assim como sintetizar o que significa intervir aqui, pedaço de património edificado.

Para isso partiu-se para a análise em detalhe, não só do plano pombalino, como também de quatro intervenções importantes, na reconstrução da Baixa Pombalina, nas últimas décadas.

São elas: A Reconstrução do Chiado, de Siza Vieira; a Sede do Banco de Portugal, de João Pedro Falcão de Campos e Gonçalo Byrne; os Fanqueiros, de José Adrião; e o MUDE, de Ricardo Carvalho e Joana Vilhena.

Cada edifício pombalino, cada realidade.

Por fim, ao relacionar as permanências e transformações da Baixa de Lisboa, como cidade, e de cada um dos casos em estudo e análise como edifício, parte-se para o desenvolvimento de um projecto que, através da construção de uma arquitectura contemporânea, redesenhe e confira um novo sentido e uma nova dinâmica urbana de reconstrução a todo o conjunto.

³ Nuno Krus Abecasis, 2000 em Lisboa Minha Vida, página 133



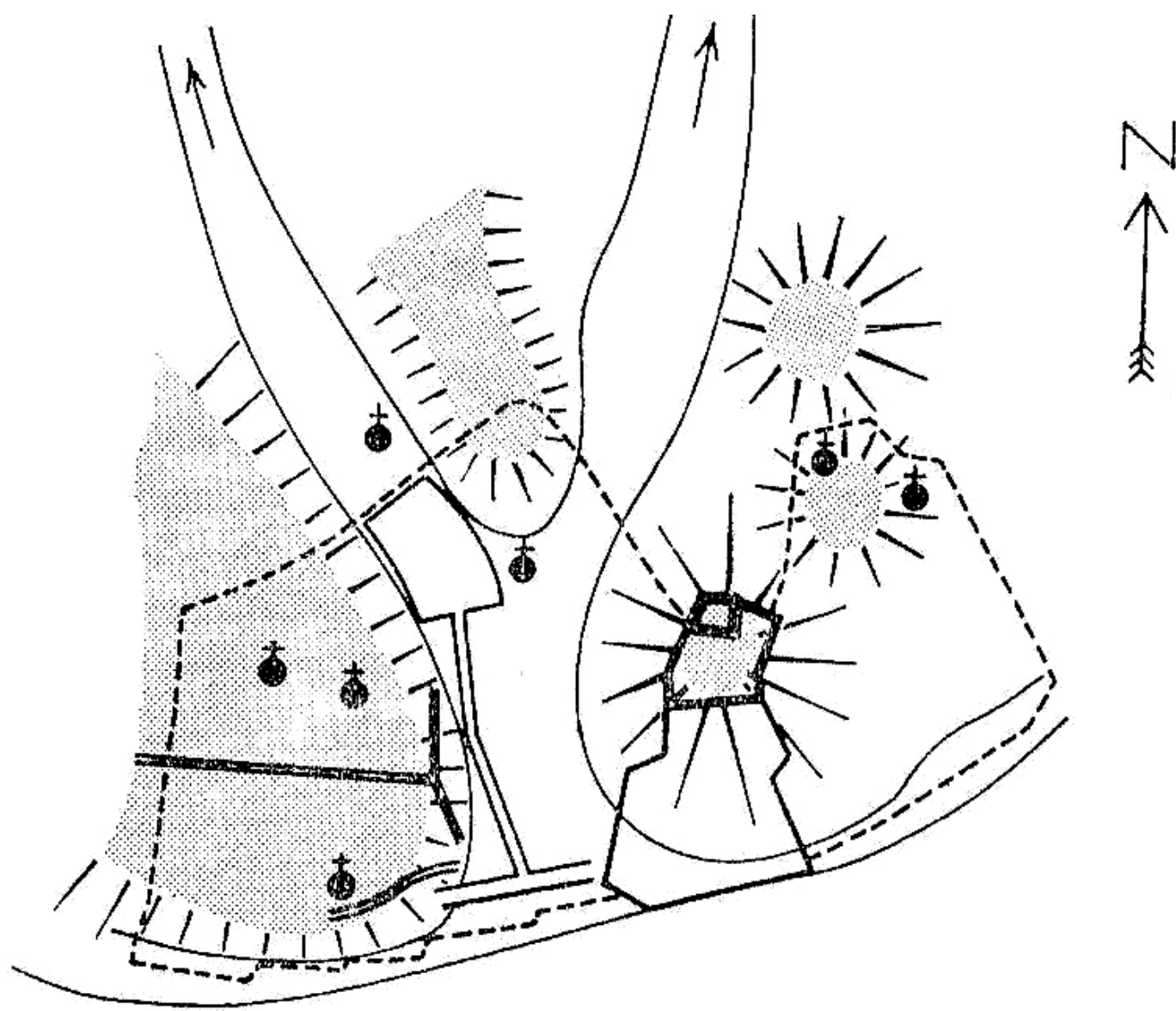
fig.04 Miradouro do Arco Triunfal da Rua Augusta , Margarida Marques Pinto , 2014



PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
DA LISBOA PRIMITIVA AO PLANO POMBALINO



fig.05 Planta de Lisboa . João Nunes Tinoco . 1650



LISBOA ANTERIOR AO TERRAMOTO

Lisboa, com vestígios de ocupação humana de há muitos milhares de anos, apresenta-se como uma cidade rica em acontecimentos, que lhe deram história e moldaram o seu carácter e a sua fisionomia.

Nascida de um núcleo localizado a Norte do actual Castelo de São Jorge, este seria um dos muitos centros humanos desenvolvidos no período pré histórico. Com as zonas ribeirinhas ainda submersas pelo Rio Tejo, a cidade usufruía da protecção natural deste braço de rio que entrava profundamente no território.

O vale da Baixa foi assim, em tempos, um esteiro do rio Tejo, onde vinham desaguas as ribeiras do Vale Pereiro e de Arroios. A colina do Castelo de São Jorge era um abrigo seguro para os seus habitantes, contando com boas defesas, proporcionadas pelas encostas escarpadas e pela água presente a Oeste e a Sul.

Começou por se designar a cidade de Olissipo, que segundo alguns historiadores é uma designação pré-românica e que, em fenício significa Porto-Seguro.

Durante o domínio romano, devido aos sucessivos assoreamentos provocados pelas ribeiras, o esteiro encontrava-se já com dimensões mais reduzidas. As ribeiras encaixavam nesta superfície diminuindo a profundidade dos vales, de tal forma, que junto ao rio Tejo vai surgir uma alternância de sulcos profundos e colinas alongadas, que fundidas formaram um vale ligeiramente ondulado, onde se desenvolveu a Baixa da cidade.

A ocupação no alto da colina do Castelo desce assim até ao rio, estendendo-se pelo vale a Oeste. Durante este período a cidade caracterizava-se pela existência de um núcleo de população fixa, protegida pela defesa militar.

Enquanto isso, nos seus arredores iam-se agregando um grande número de famílias que, em troca de protecção, ofereciam produtos do seu próprio cultivo.

As sucessivas invasões dos novos povos, quer germanos, quer árabes, transformaram e fragilizaram a fisionomia da população. Com a chegada dos muçulmanos é atribuída à cidade uma nova feição, de fortaleza. A defesa da cidade de Lisboa é reforçada com o aumento das muralhas – a Cerca Velha ou Moura – onde se refugiavam os habitantes fugidos dos avanços inimigos.

No período de reconquista cristã, a Lisboa muçulmana é uma cidade cobiçada, devido à abundância de mercadorias. Era o mais rico centro comercial de toda a África e de grande parte da Europa.

O alto do monte encontrava-se ocupado por uma muralha circular, e os muros da cidade desciam pela encosta, à esquerda e à direita, até às margens do rio.

Em 1147, D. Afonso Henriques, 1º rei de Portugal, conquistou a cidade. Com a ajuda dos cruzados deu-se a expansão da cidade para além das suas muralhas, fazendo desaparecer definitivamente o braço do rio no século XV.

Entre 1373 e 1375 dá-se a construção de uma nova muralha, designada Cerca Nova ou Fernandina, que, o então rei de Portugal, D. Fernando I, manda erguer ante as ameaças de invasão de Castela. Dos 16 Ha do período mourisco a nova cidade passa a ter 101,65 Ha.

A fixação definitiva da capital do reino dá-se durante o reinado de D. Afonso III, devido à sua localização estratégica. Lisboa é então o núcleo de um importante sistema económico de trocas, localizando as propriedades de cultura hortícola nas proximidades imediatas.

É no reinado de D. João I que a cidade de Lisboa se estende para além da colina do Castelo e a cidade baixa. Este vai criar, em 1400, a primeira urbanização na colina dos Mártires, com o objectivo de satisfazer as necessidades de uma população em constante crescimento.



fig.07 Terreiro da Paço . Dirk Stoop . 1650

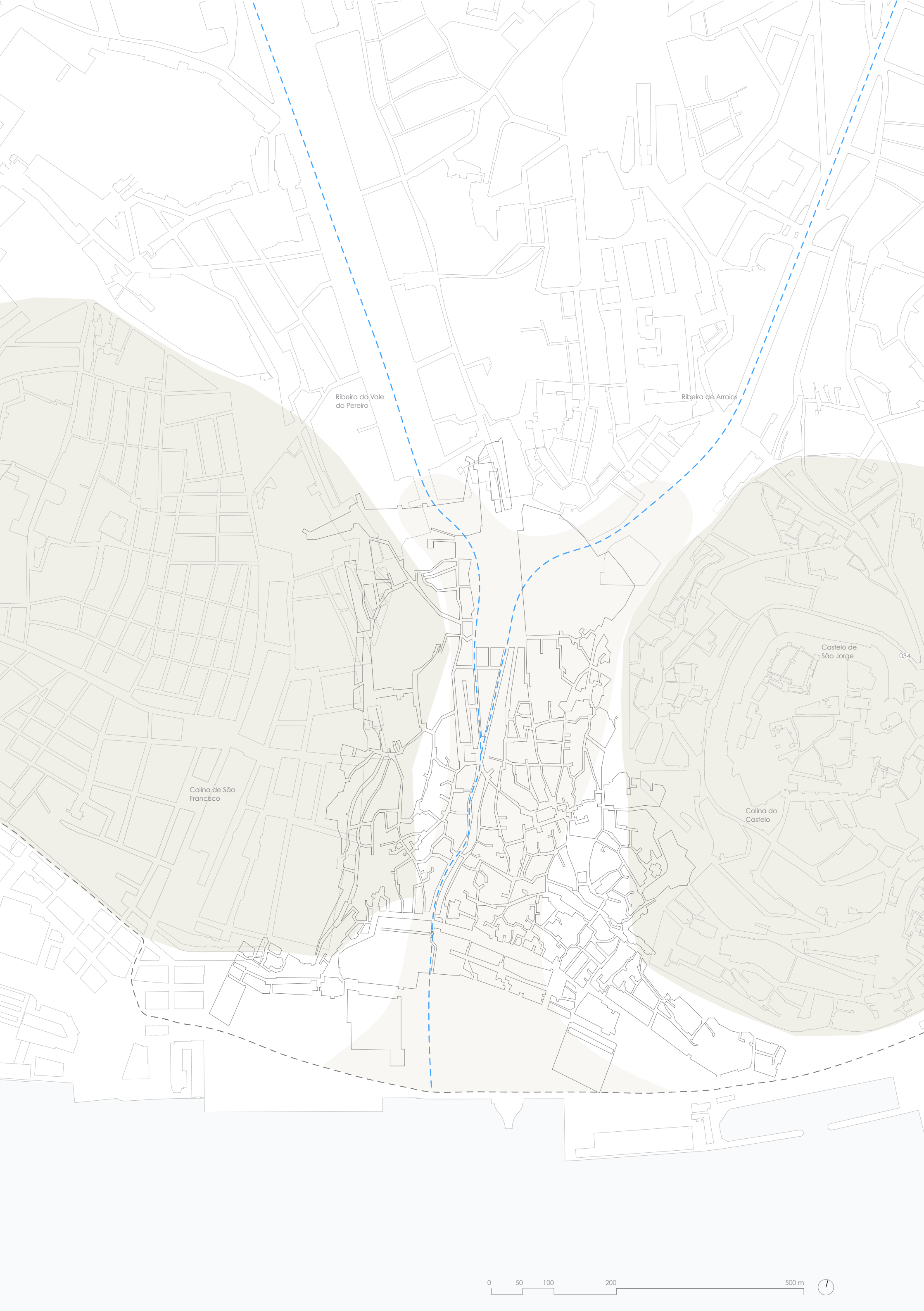
Durante o período de expansão as casas de Lisboa concentravam o comércio no piso térreo, com estrutura e construção em pedra, e nos pisos superiores as instalações dos comerciantes, que cresciam em sobrados de madeira.

A corte de D. Manuel I vai fixar o Paço Real na Praça da Ribeira, mais tarde denominada de Terreiro do Paço, onde, a partir de 1500 se centrou toda a vida comercial da cidade.

Nesta altura surge o Bairro Alto, fora das muralhas, a primeira zona da cidade que transforma hortas e pomares em ruas e casas, crescendo como bairro popular, e mais tarde transformando-se numa zona onde a aristocracia veio construir os seus palacetes. Lisboa vê surgir um bairro com um crescimento planeado e traçado regular. As ruas eram largas e bem desenhadas. O Bairro Alto vai marcar na vida urbana de Lisboa, em conjunto com outros bairros como o da Andaluz e o da Madragoa, a aquisição de uma nova consciência urbanística e arquitectónica.

Em jeito de conclusão, Lisboa, cidade que atravessou os séculos, fora moura e cristã, teve a evolução mais significativa a partir dos finais do século XIV, com as novas muralhas fernandinas, e no século XVI com a passagem da corte para a beira do Tejo, com um natural progresso habitacional para a foz do rio, e a criação de um novo bairro, para lá do limite das muralhas, o Bairro Alto.

- Baixa antes do terramoto
- Colinas
- Esteiro do rio Tejo
- - - Ribeiras
- - - Antiga linha de Costa



Ribeira do Vale
do Pereiro

Ribeira de Arroios

Colina de São
Francisco

Castelo de
São Jorge

Colina do
Castelo

034

0 50 100 200 500 m



Densamente ocupada, é possível reconhecer, no tecido de ruas estreitas e irregulares, a planta típica das cidades medievais, marcada por dois eixos, no caso de Lisboa, a Rua Nova dos Mercadores, paralela ao rio, e perpendicular à Rua Nova d'el Rei; e por duas Praças, a Praça da Ribeira, na margem do rio, e a Praça do Rossio, no interior do vale.

Os edifícios tinham geralmente um andar ou dois andares, quase todos com pátios murados, pomares e hortas nas traseiras ou junto à ruas, que davam a Lisboa um carácter rural.

Desde o século XV que nesta zona se acumularam as mais importantes actividades urbanas: comércio, banca, serviços administrativos e actividades de lazer. A Rua Nova DE'L Rei aberta paralelamente às muralhas ribeirinhas era famosa pela riqueza dos seus negociantes, sendo um dos centros mais importantes da actividade comercial. Aqui as casas em contíguas e mais altas.



Bairro Alto

Praça do Rossio

Rua Nova da Trindade

Rua da Calçada

Rua Nova das Mercaderes

Largo da Pelourinha Velha

Terreiro do Paço

0 50 100 200 500 m





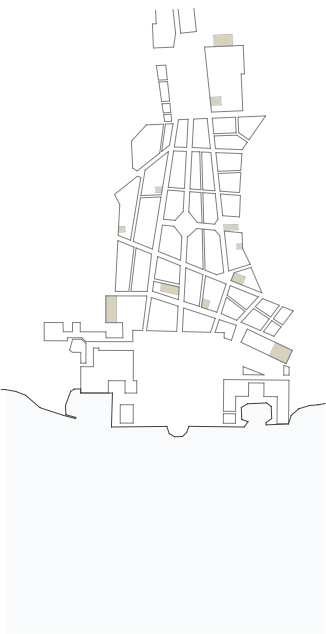
fig.08 Lisbonne Abysmée . Gravura da época retratando o terramoto de 1755 . Autor desconhecido



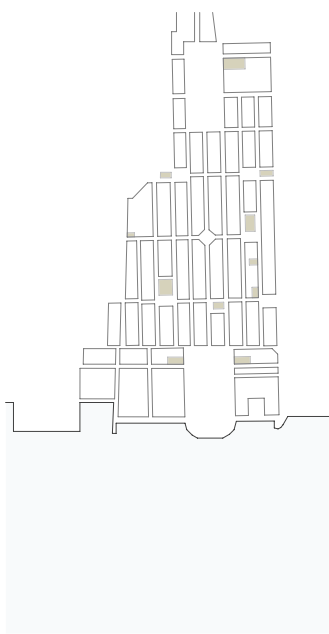
01



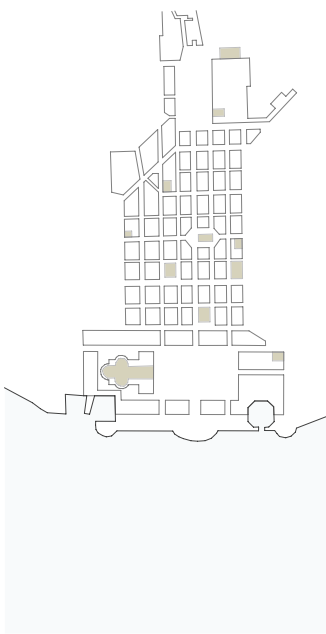
02



03



04



05

- 01 Planta nº1, equipa de Pedro Gautier da Fonseca
- 02 Planta nº2, equipa de Elias Sebastião Pope
- 03 Planta nº3, equipa de Eufénio dos Santos
- 04 Planta nº4 de Pedro Gautier da Fonseca
- 05 Planta nº6 de Elias Sebastião Pope

LISBOA POSTERIOR AO TERRAMOTO . PLANO POMBALINO

O ano de 1755 marca, em Lisboa, a data de um período de desenvolvimento. O terramoto do dia 1 de Novembro, seguido de um incêndio, destruiu uma cidade rica de história. As zonas mais intensamente urbanas - a Baixa, os bairros do Castelo e a zona do Carmo - foram as mais fortemente atingidas. Num repente a cidade viu-se privada de história, de vidas, de propriedade e de riquezas.

A margem norte do estuário do Tejo, toda a cidade medieval, ficou em ruínas à espera de mão-de-obra e de vontade da parte do homem.

A catástrofe veio proporcionar a oportunidade de reformar a cidade a partir do local onde, desde o final da Idade Média, se tinha desenvolvido a sua centralidade, isto é, a partir da zona da Baixa, embora se tenha também pensado na possibilidade da construção de um novo centro de cidade na zona de Belém.

Perante os vários tipos de solução apresentados, na urgência da reconstrução da cidade destruída, antes de se tomar qualquer decisão, foram explorados diferentes cenários, num processo de pesquisa e de avaliação crítica que tinha como objectivo a procura da melhor solução urbanística, que dotasse a cidade dos níveis de urbanidade e capitalidade apropriados.

A engenharia da altura era uma engenharia militar, e a arquitectura aparecia como uma prática acrescentada aos oficiais de especialidade. Uma equipa surge para responder ao problema que Lisboa tinha 'entre mãos'. Dela fazia parte o chefe engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, o capitão Eugénio dos Santos e o tenente coronel Carlos Mardel que, na Sala do Risco procuraram a solução para a cidade arrasada.

Foram apresentados vários projectos de reconstrução, seis ao todo, cada um enunciado em conjunto com as suas vantagens e inconvenientes. Foi de Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal e primeiro ministro do rei D. José, a

decisão final, de reconstruir a cidade no seu sítio histórico inteiramente redefinido, não a refazendo, igual ou melhorada, ou a transportando para ocidente, em zona mais resistente a terramotos.

Criar uma cidade nova de raiz é o sonho de qualquer urbanista, mas nesta circunstância prevaleceu a vontade de o fazer a partir do que existia no centro da cidade histórica, planeando a nova cidade com base no desenho do esquema lançado entre dois pólos já presentes.

São notáveis a ambição e a pertinência de intervir na cidade de uma forma inovadora.

O plano desenvolvido inspirou-se nos princípios da cidade Barroca, tendo como base a ligação de pontos relevantes, no caso presente, a Praça do Comércio e o Rossio, e o contacto com o Chiado (colina de São Francisco) e a colina do Castelo.

Entre estes pontos é formada uma malha reticulada hierarquizada, com um eixo central, a Rua Augusta, e um outro eixo, perpendicular a este, junto ao rio, a Rua da Alfândega. No entanto, o plano vai mais além, ao fazer preceder a arquitectura de uma composição urbanística e ao estabelecer uma ordem arquitectónica.

O plano não vai tocar em quase nada a nascente da Baixa, deixando intactas a Mouraria, Alfama, o Castelo e a Graça, considerados consolidados. A planta final vai, então, englobar, não só a zona da Baixa, como também toda a área do Chiado, enquadrando no seu desenho o já disciplinado Bairro Alto.

Toda a cidade baixa é arrasada e, a plataforma criada pelos escombros do terramoto, vai ter um peso fundamental na definição da relação da Baixa com a envolvente, diminuindo o contraste visual e identitário da imagem da cidade, e reforçando o sentido de 'obra construída'.

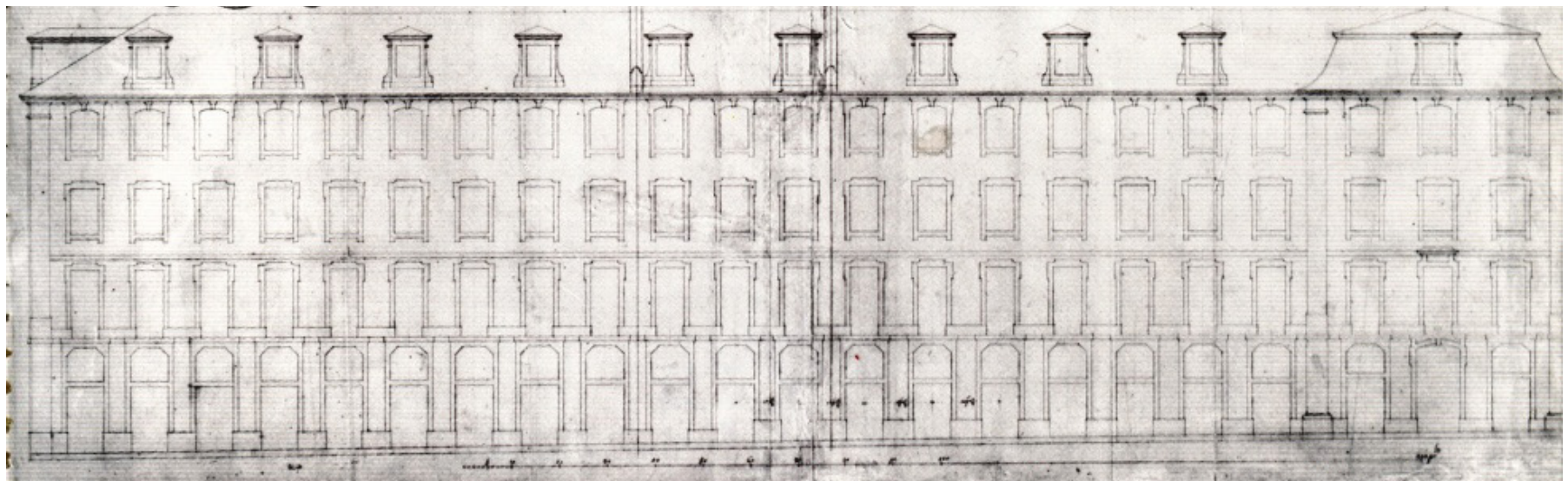
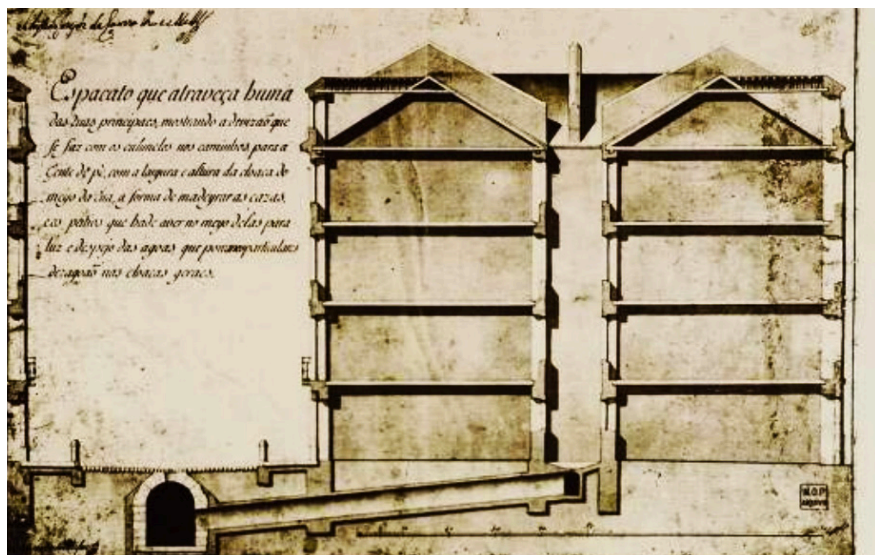


fig.09 Corte esquemático mostrando o sumidouro e o colector comum . 1758

fig.10 Alçado pombalino . Desenhos a tinta da China com aguada e pormenores a aguarela cor de rosa . Eugénio dos Santos . 1756

Alguns edifícios vão assentar numa estacaria de pinho, com estacas de 1 a 6 metros de comprimento, que vão servir para a compactação dos solos lodosos de aterro, de forma a dar mais resistência, e ao mesmo tempo, garantindo a transferência eficaz do peso dos edifícios para o solo sem que estes cedam.

Na ajuda da resolução do problema de estruturas, a solução de estacaria foi complementada por uma rede de ruas e esgotos, em que foi prevista, igualmente, a condução subterrânea do escoamento das duas bacias hidrográficas vindas da zona Norte da área reconstruída.

Enquadrado no espírito iluminista e pragmático da época, muito presente na Europa, o plano pombalino vai assentar sobre a substituição das ruas estreitas, por ruas largas e rectilíneas, dispostas ortogonalmente, e a redução da altura dos edifícios, permitindo a devida iluminação e ventilação, assim como, a redução de risco sísmico.

Integrando a estrutura e os elementos essenciais da pré-existência destruída, mantiveram-se, por exemplo, as principais igrejas. O que se revela determinante no plano é a decisão de as integrar na disciplina urbanística global, não permitindo a sua individualização volumétrica. É também feito um jogo de reaproveitamento de elementos arquitectónicos qualificados, aplicando-os em locais diferentes da origem, por exemplo convertendo uma capela lateral de uma igreja destruída numa capela mor de uma feita de raiz.

Como já foi referido, no plano desenvolvido, foi também apresentado o processo arquitectónico a ter como base nos edifícios a elevar. Este vai estabelecer padrões tipológicos e não modelos a serem copiados rigidamente.

Cada caso resolve as condicionantes da sua localização, adaptando-se à hierarquia dos espaços públicos, às condições topográficas, e às diferentes dimensões dos lotes, regulados em módulos, permitindo variar os seus tamanhos, sem que es-

tes sejam denunciados na fachada. A fachada deve assim apresentar-se contínua, tornando o quarteirão como unidade da composição urbana.

A monotonia tipificada das fachadas é compensada com a volumetria dos quarteirões. A planta da nova baixa de Lisboa é dinâmica na proporção dos blocos que a compõem, uns maiores, uns menores, uns verticais, outros horizontais. O plano da Baixa Pombalina veio descobrir que as exigências funcionais conduzem à adopção de formas regulares, justificando assim a sua estrutura reticular.

A organização do edifício-tipo incorpora a tradicional localização das actividades comerciais no piso térreo e de habitação nos pisos superiores. É estabelecida uma lógica hierárquica das actividades comerciais, de maneira a criar um monopólio na Baixa. As antigas actividades comerciais e profissionais existentes antes do terramoto são, assim, distribuídas pelas ruas, mas segundo um novo ordenamento produtivo.

A sobrevivência do plano vai revelar-se, principalmente, na flexibilidade funcional dos espaços, que se foram adaptando a vários programas, albergando uma grande variedade de actividades (públicas e de serviço), que contribuirão para revitalizar a vida social e económica deste centro de cidade.

O plano trabalhou também sobre a redução do risco de propagação de incêndios através do aumento das paredes das empenas dos edifícios relativamente às paredes das frontarias de modo a impedir a comunicação entre telhados.

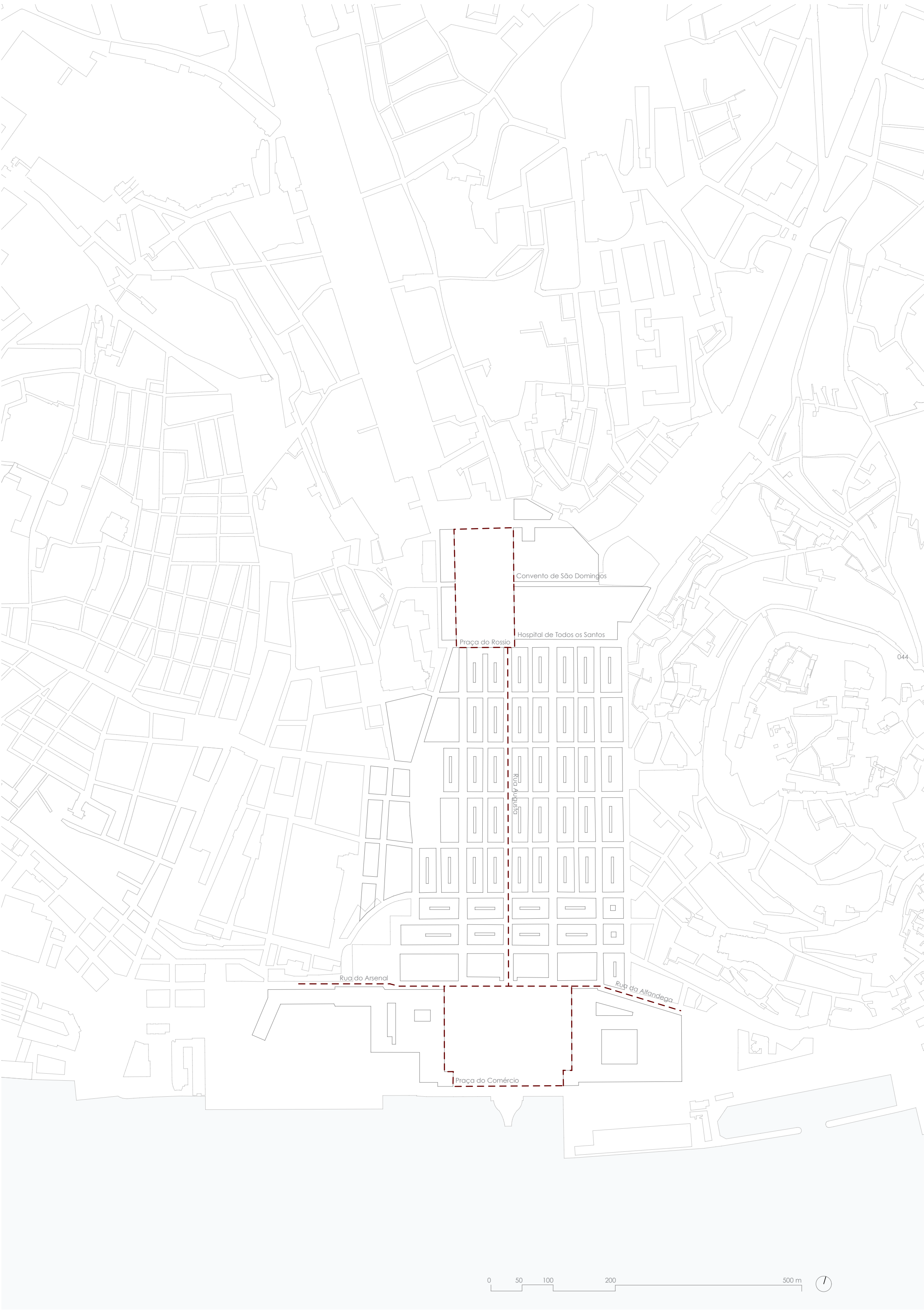
Para a redução do risco sísmico, para além das ruas amplas e da redução da altura dos edifícios, a solução passa pelo desenvolvimento da estrutura em gaiola pombalina que, conciliava a elasticidade da madeira com a dureza das alvenarias. Este não era um processo novo, já existia, mas é inovador no sentido em que foi feito um planeamento e uma sistematização do seu uso, através de aperfeiçoamentos e regras de simetria aplicadas, de maneira a aumentar a sua eficiência.

O palmo é a medida padrão utilizada a todos os níveis do projecto, que vai da grande à pequena escala:

. Em planta – a grande escala – pela introdução da ideia de quarteirão que passa a funcionar como um único edifício construído através do agrupamento de vários lotes;

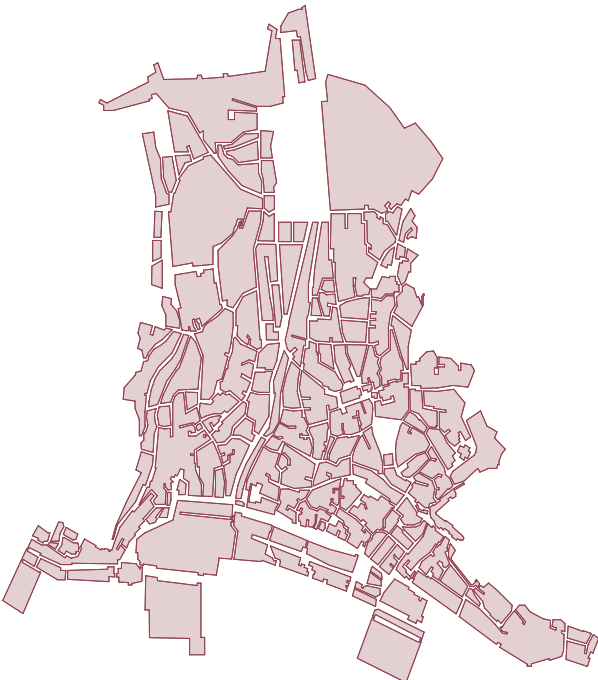
. Em altura – a uma escala média – pela imposição da harmonia das fachadas, em elevação e em extensão.

. Em detalhe – a uma escala pequena – pela regularização dos vários elementos que compõem as fachadas.

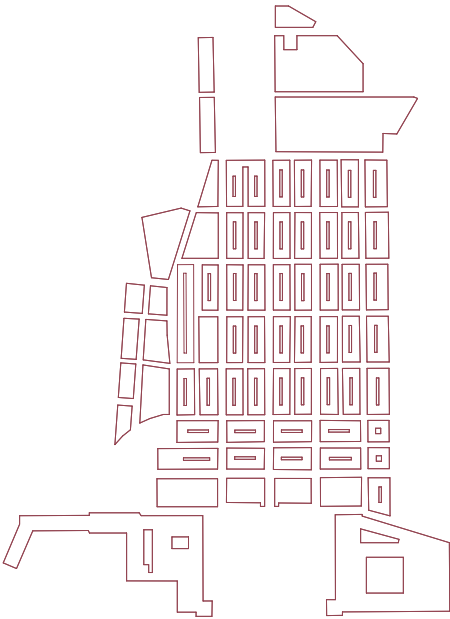


0 50 100 200 500 m





Baixa da cidade antes do Terramoto de 1755 . 1650



Plano Pombalino . Plano de 1758



Baixa Pombalina . Actual

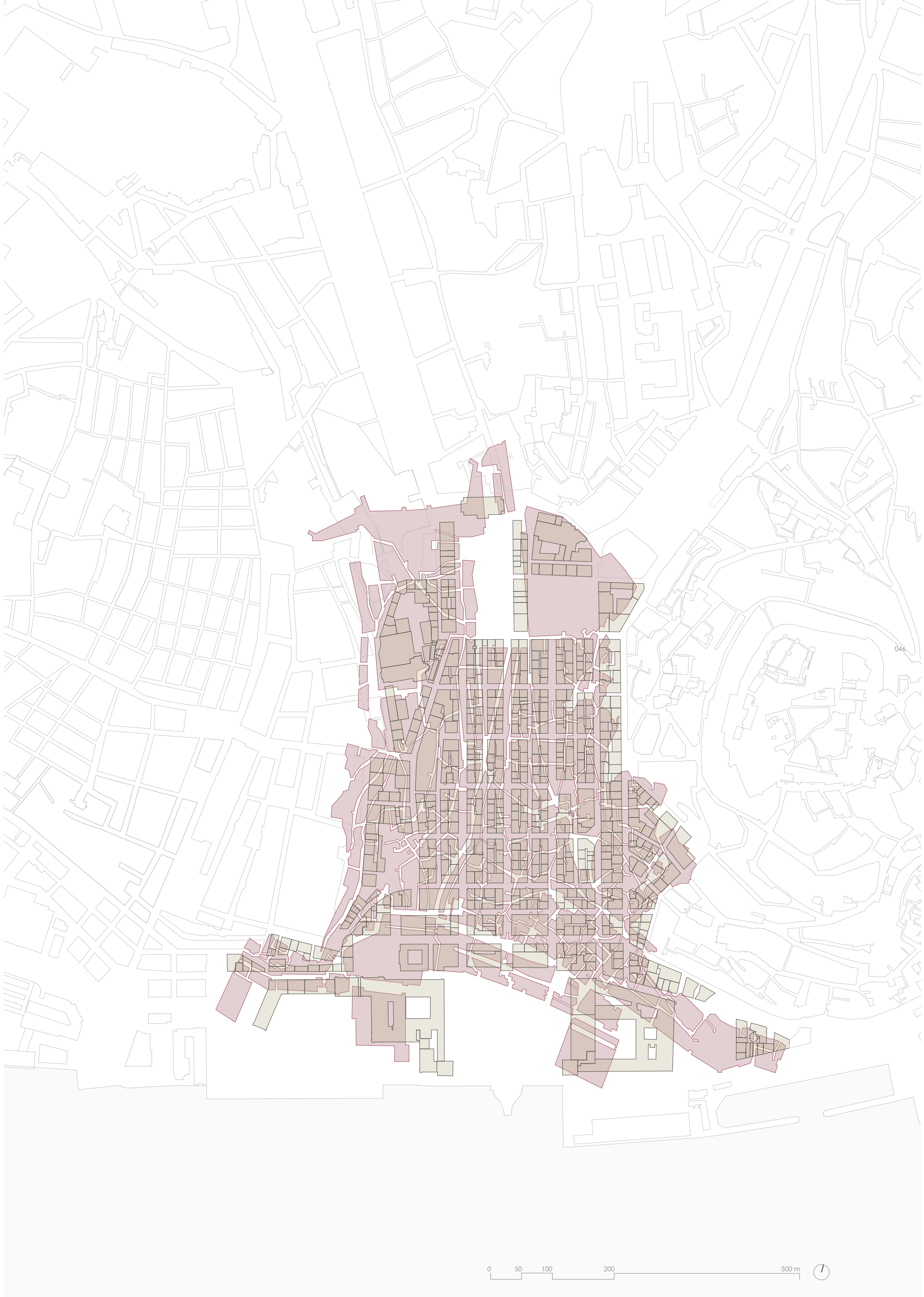


fig.11 Planta do Plano para a cidade de Lisboa, sobreposta a Lisboa arruinada . Eugénio dos Santos e Carlos Mardel . Junho 1758

EM CONCLUSÃO

Desde a sua origem que Lisboa se implantou junto ao esteiro do Rio Tejo, que lhe proporcionava protecção e os recursos essenciais à sua sobrevivência e evolução. A expansão de Lisboa é reflectida, em qualquer época, nos aumentos significativos da população. A principal transformação, quando falamos da Baixa da cidade de Lisboa, é claramente o desaparecimento do braço de rio, que penetrava o território, e que com o aumento de população, foi sendo ocupado por se encontrar nas imediações da cidade primitiva.

Quando falamos da Lisboa, anterior ao fatídico terramoto de 1755, aquilo que existia permanecia, e as principais transformações traduziram-se na expansão do território urbanizado.

O terramoto trouxe uma nova realidade à zona baixa da cidade, duramente atingida, e geologicamente pouco conveniente para nela se voltar a construir. Tudo apontava para que se construísse a cidade destruída num outro local, mais seguro, e mesmo que se insistisse na reconstrução no mesmo local, que esta recuperasse a cidade medieval.

O caminho escolhido foi, no entanto, o mais difícil. A zona destruída não é abandonada, e sobre ela vai surgir uma nova cidade.

Com alguma delicadeza, mas muita firmeza, é traçada uma malha regular, de ruas largas e direitas, em substituição da malha medieval, de ruas estreitas, becos e ruelas, mas onde vai permanecer a posição das duas praças, o Rossio e o Terreiro do Paço, e o contacto directo com o Chiado e a colina do Castelo.

A principal e mais visível transformação do plano pombalino assenta na imposição da malha regular e rectilínea.

Para além disso, são também apresentados outros conceitos inovadores como a ideia de quarteirão, constituído por um conjunto de lotes, de dimensões variáveis

que, num rectângulo fechado com um saguão interior surge como um único edifício. A unidade do quarteirão vem marcada pelo alinhamento dos elementos que compõem as suas fachadas, marcadas por uma simplicidade e monotonia, por vezes, excessiva.

Acompanhando as ruas amplas e a composição dos quarteirões surgem ideias inovadoras de estrutura. A gaiola pombalina, apesar de já existir, vai ser aplicada de uma maneira regrada, reduzindo o risco sísmico; o assentamento de toda a nova Baixa sobre estacas de pinho, vai ajudar na sustentação de todo o conjunto; e, pela primeira vez na cidade de Lisboa, vai aparecer o estabelecimento de uma rede infra-estruturada de esgotos, que vai permitir também o escoamento das ribeiras que alagavam esta zona da cidade.

Apesar das fortes transformações a nível urbanístico e arquitectónico, valores como a persistência e a permanência, estão implícitos no plano pombalino.

A clara interrupção da orientação dos quarteirões no sentido Norte – Sul, surge de maneira a introduzir, na nova malha, a memória dos eixos mais importantes da malha antiga. A modelação da malha é feita, também, de forma a integrar monumentos e importantes edifícios que tivessem sobrevivido. É feita a recontextualização dos componentes arquitectónicos das igrejas anteriores ao terramoto nas frentes ou nos interiores das novas. Vai permanecer o modelo-tipo na organização dos edifícios, com os estabelecimentos comerciais no piso térreo e habitações nos pisos superiores.

A reconstrução da Baixa foi sem dúvida um acto criador, notável enquanto desejo de planeamento urbano, arquitectónico e construído. Nasce de uma forte e rara racionalidade num país muito mais habituado à prevalência do acaso e do improvisto.

PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
INTERVIR HOJE NA BAIXA POMBALINA



fig.12 Lisboa esquecida . Margarida Marques Pinto . 2013

LISBOA ESQUECIDA

A Baixa Pombalina ocupa desde cedo uma centralidade importante e crescente na cidade de Lisboa, fazendo parte integrante desta Lisboa histórica.

O centro de Lisboa está envelhecido. As suas zonas mais históricas, como o Chiado, a Baixa, Alfama, a Graça ou Alcântara estão cheios de casas desocupadas e abandonadas, realidade que se vai estendendo mesmo a outras áreas, encontrando-se entre lojas de luxo, hotéis, sedes de bancos e de empresas multinacionais, edifícios em avançado estado de degradação.

São perto de 5 mil, os edifícios devolutos, em mau estado de conservação ou a desmorronar-se, que correspondem a 8% do total de edifícios existentes na capital. Seja qual for o ponto da cidade que se tome como referência, é possível encontrar num raio de 100 a 300 metros, um edifício degradado, parcial ou totalmente devoluto.

Numa altura em que a preferência, tanto da arquitectura, como da construção civil, incidiu sobre a construção de novos edifícios, mais rentáveis, os edifícios e património, degradados, à espera da acção do homem, caíram no esquecimento, trazendo para o centro da cidade a imagem de uma cidade esquecida.

Tendo esta visão sobre a cidade, surge a necessidade de construir sobre o construído, de recuperar o que já existe e nos foi deixado.

Torna-se, pois, necessário, reciclar, reutilizar, restaurar, reprogramar, requalificar.

Nas últimas décadas, a reabilitação urbana da cidade tem vindo a ganhar força e importância, constituindo uma das linhas prioritárias de actuação, principalmente nos bairros históricos, com o objectivo de atrair novos residentes, manter as populações que ainda lá vivem, e criar novas dinâmicas sociais e económicas, fortes e geradoras de desenvolvimento, cuja essência se pretende que seja conservada.

As actuações nesta zona da cidade nem sempre foram benéficas. O abandono da habitação e a invasão do comércio e serviços associaram-se à vontade de alterar o futuro da baixa, no entanto, com o tempo, tem vindo a aumentar e a ganhar forma a consciência da importância da riqueza deste património.

Nesse sentido, conjuntos de edifícios vão-se libertando dos sinais de abandono e degradação a que tinham sido destinados.

Fala-se de projectos como a Reconstrução do Chiado, por Siza Vieira, consequência da vasta destruição do incêndio de 1988; ou projectos de reabilitação de edifícios como o Banco de Portugal, de João Pedro Falcão de Campos, o MUDE de Ricardo Carvalho e Joana Vilhena e os Fanqueiros, de José Adrião.

Pretende-se que, na análise destes projectos, se entendam as várias maneiras de interpretar, projectar e actuar, estudando as permanências e transformações desses edifícios da Baixa Pombalina, que têm vindo a contribuir para a revitalização do centro histórico e a restituição da vida urbana.

- 01. Reconstrução do Chiado
- 02. Sede do Banco de Portugal
- 03. Fanqueiros
- 04. MUDE

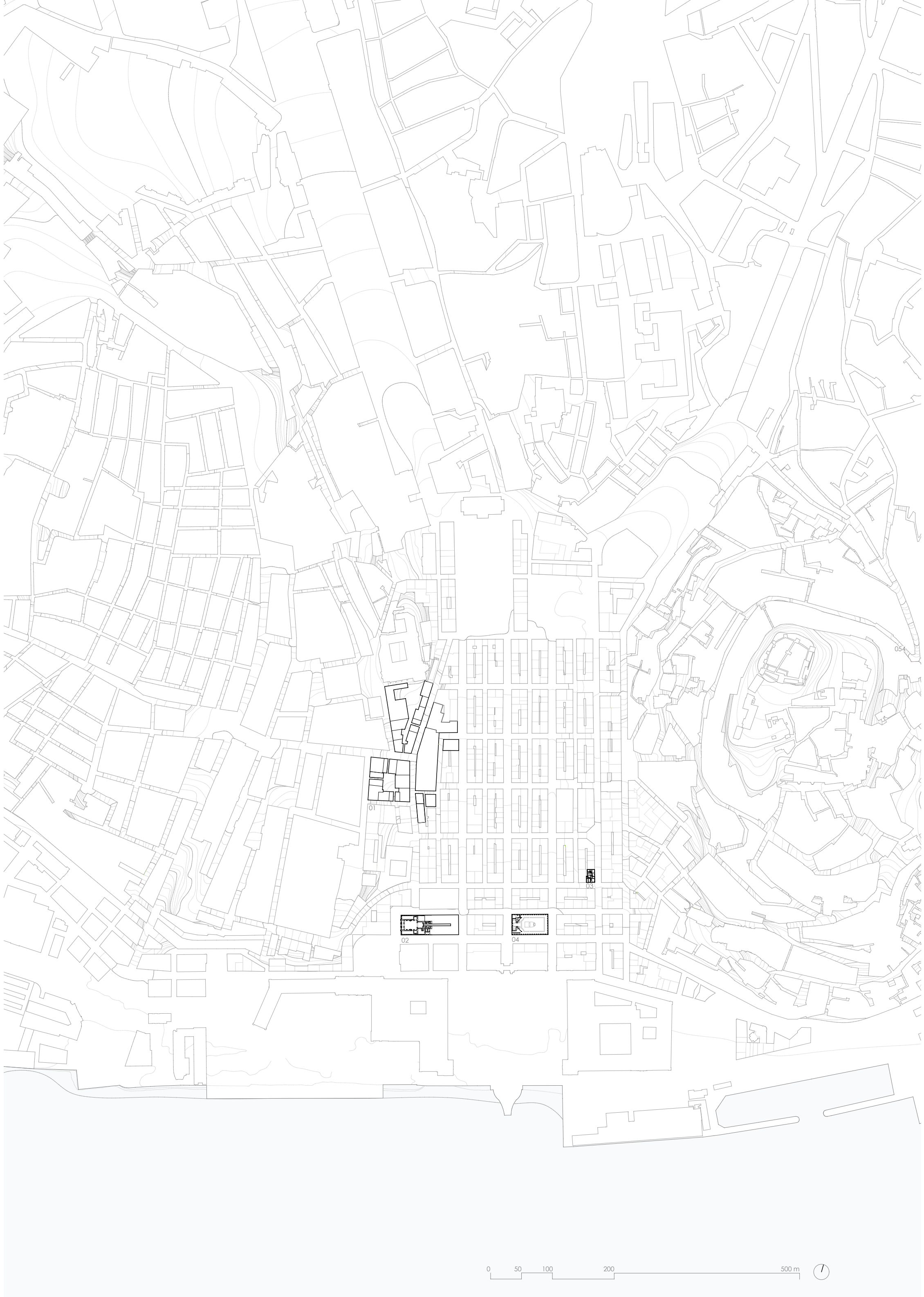
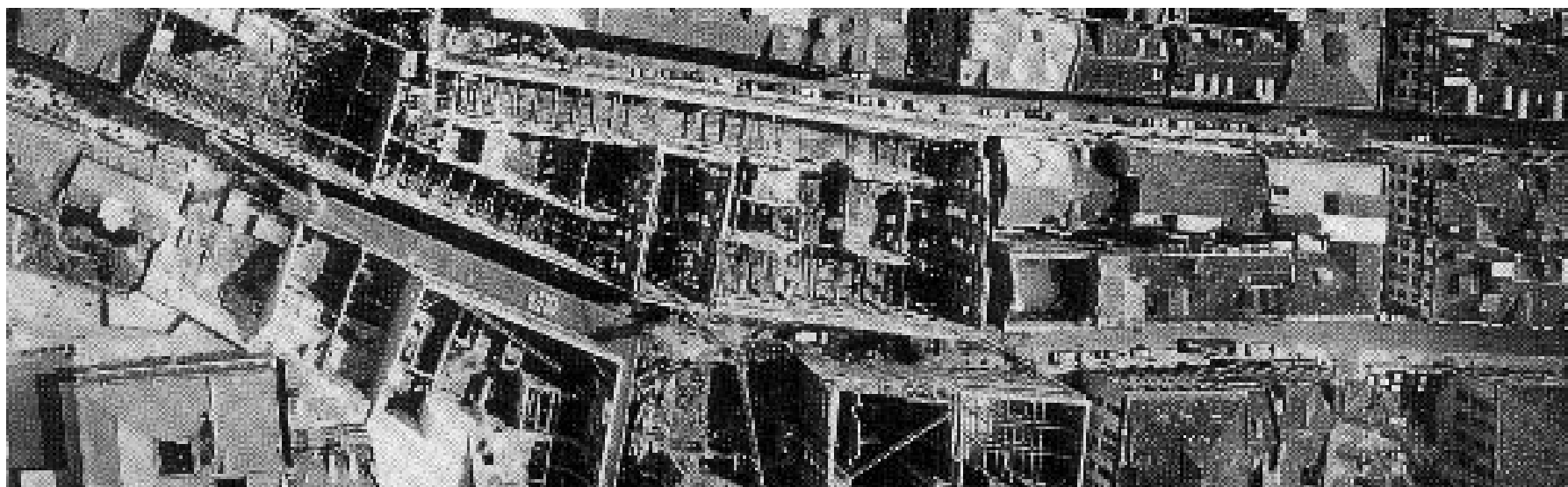




fig.13 Incêndio Chiado . Luís Manuel Vasconcelos . 1988



RECONSTRUÇÃO DO CHIADO . PROJECTO 1988 . ARQUITECTURA ÁLVARO SIZA VIEIRA

« Foi preciso fazer uma viagem em torno de todas as interpretações e modificações feitas (desde as primeiras construções) e encontrar algo que sintetizasse, na sua influência, no carácter da arquitectura, o que tinha ligações com essa dinâmica passada. »⁴

O Chiado, importante bairro comercial, é parte integrante do plano pombalino, ocupando uma posição de centralidade e de transição entre a Baixa Pombalina e a colina do Bairro Alto.

A 25 de Agosto de 1988, o bairro é atingido por um incêndio que destruiu, total ou parcialmente, parte de três quarteirões, no total de 18 edifícios, situados na área de intersecção das Ruas do Carmo, Nova do Almada e Garrett, onde já não morava praticamente ninguém.

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, da altura, Nuno Krus Abecasis, foi rápido a agir, com a apresentação publica de um convite ao arquitecto Álvaro Siza Vieira, para dirigir a reconstrução da zona, e com a criação de um gabinete de emergência, Gabinete de Recuperação do Chiado, com funções de direcção e coordenação das acções das diversas comissões e grupos de trabalho.

Embora a intervenção tenha incidido principalmente nas ruas do Carmo, Garrett e Nova do Almada, o arquitecto Siza Vieira tomou consciência que o único caminho era tratar a reconstrução como um projecto único, e não ser considerado isoladamente, de maneira a contribuir também para a revitalização da Baixa.

As expectativas apontaram para a reconstrução da cidade velha, à imagem e semelhança da que foi destruída. Foi estabelecida uma posição de reconstrução e reabilitação, onde foram introduzidos sinais de modernidade e da vontade do arquitecto. O projecto vai, então, copiar e desenvolver uma variação do modelo histórico.

Para a elaboração do projecto, Siza, desenvolveu um método baseado no estudo do antigo Chiado. É feita uma análise histórica, um levantamento e estudo dos desenhos originais, e uma avaliação dos diversos pontos de vista técnicos de segurança, na procura que a introdução de novos elementos não pusesse em causa o espírito da arquitectura pombalina.

Perante este pensamento, é acrescentada a ideia de voltar a tornar esta zona num centro importante da cidade de Lisboa. A proposta passa por tornar o Chiado numa plataforma de distribuição, por onde seja imprescindível passar e parar.

Sendo esta uma zona mais híbrida do desenho pombalino, hibridez que se deve à mudança de topografia, o traçado pombalino, quando chega às encostas, hesita, e nalguns casos não se completa. A intervenção vai procurar dar sentido a esse encontro com a topografia difícil e aproveitar essa condição para estabelecer novas relações com as zonas envolventes.

Para o traçado dessas relações é feita uma viagem em torno de todas as interpretações e modificações feitas ao longo do tempo, encontrando um desenho que as sintetize, estabelecendo ligações com essa dinâmica passada e retomando realidades destruídas pelo terramoto de 1755.

Para tornar os espaços afectos à habitação mais adequados Siza limpou o interior dos quarteirões. A ideia, ao libertar estes espaços, para além de proporcionar maior salubridade às habitações, era também a criação de pátios no seu interior.

Aquele que é denominado Bloco A, vai acolher um pátio interior, que fez surgir diferentes ligações com os arruamentos e elementos envolventes. Vai estabelecer uma ligação interessante com as Escadinhas de São Francisco, uma mais fácil ligação com a Rua Ivens, assim como, uma porta de saída para a Rua Garrett.

⁴ Álvaro Siza Vieira, 2013 em Público . <http://www.publico.pt/local/jornal/o-interprete-ideal-26981924>

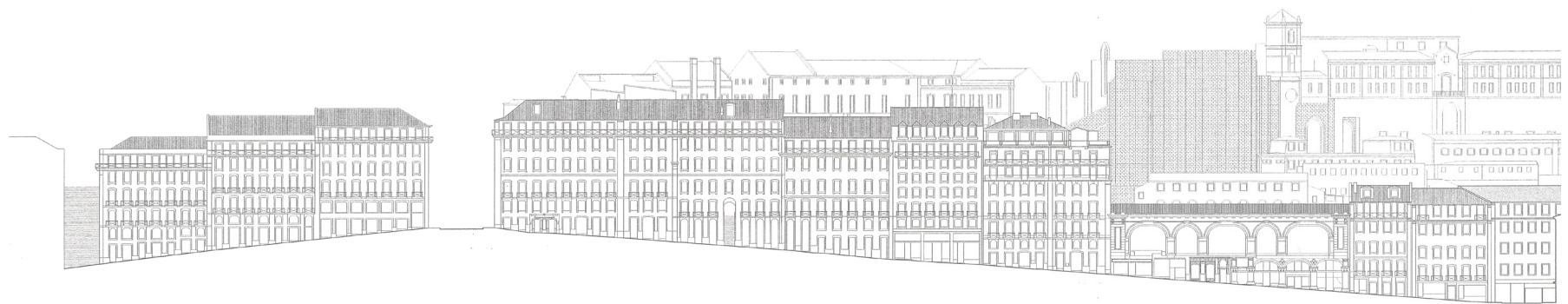
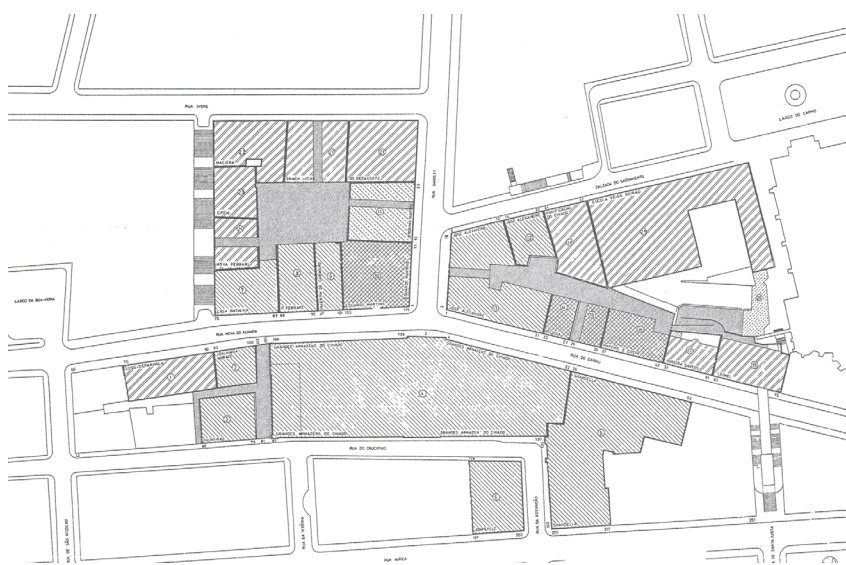


fig.16 Plano de Acessos Públicos . Siza Vieira . 1989

fig.17 Alçado Nascente . Rua Nova do Almada e Rua do Carmo . Álvaro Siza Vieira

Com entrada na rua Garrett, praticamente em frente e à mesma cota da do outro quarteirão, vai surgir no Bloco B uma plataforma com lojas e cafés, que, ao ser atravessada, estabelece uma ligação com o Portal Sul do Convento do Carmo e dá acesso à Rua do Carmo. O percurso até ao convento vai repor a memória das Escadinhas da Piedade, que aí existiam antes do terramoto de 1755. O Largo do Carmo, de onde sai o elevador de Santa Justa, vai estabelecer um forte elemento de conexão e ligação com a Baixa Pombalina.

Para além da vivência destes dois quarteirões, outra grande conquista do Plano de Reconstrução do Chiado foi a passagem da Rua Nova do Almada para a Rua do Crucifixo, na abertura de um espaço entre os antigos Armazéns e o edifício vizinho. Esta vai ser uma mudança transformadora para esta rua, que deixa de ser uma rua de serviço e passa a ser aquela por onde se entra e sai, a partir da Baixa, para o Chiado. As novas escadas que descem para a Rua do Crucifixo, apesar de desfasadas, surgem como prolongamento das Escadinhas de S. Francisco.

Outro factor que vai contribuir para o aumento de importância da Rua do Crucifixo é o aparecimento de uma saída do Metropolitano. O traçado da linha já estava feito, mas foi negociada a saída através dos antigos Armazéns do Chiado. Havia já a tradição de este edifício, e também o Grandella, funcionar como elemento de comunicação entre cotas, por isso o que se propôs foi uma saída de metro na Rua do Crucifixo, e outra no cimo da Rua Garrett, no Largo do Chiado.

Todos os edifícios abrangidos pelo plano de reconstrução do Chiado, apesar de construídos em diferentes épocas, e de apresentarem várias alterações relativamente ao original, são do tipo pombalino. Os únicos condicionantes para a sua reconstrução, limitavam-se à dimensão do lote e à modelação dos vãos. O arquitecto delineou que cada edifício tinha comércio no piso térreo, escritórios nos intermédios e habitação nos últimos dois. Em alguns casos, os edifícios são integralmente de escritórios ou de habitação, mas sempre com o piso térreo comercial.

Os edifícios dos Armazéns do Chiado e Grandella vão ser a excepção.

Os Armazéns do Chiado nasceram em 1894 e trouxeram a Lisboa um comércio cosmopolita, com um espaço comercial amplo e variado, que se tornou num local de sucesso e de referência para o comércio da cidade.

Após o incêndio, o edifício ficou em ruína e foi parcialmente demolido para consolidação. No interior mantiveram-se as abóbadas e paredes de alvenaria que haviam pertencido ao Convento do Espírito Santo da Pedreira, e as fachadas mantiveram-se quase na totalidade.

A ideia inicial era recuperar o edifício implantando aí um Hotel de prestígio. No entanto a falta de interesse por parte dos investidores, não permitiu que essa ideia fosse totalmente concretizada. Quem apareceu interessado foi uma empresa holandesa, cuja intenção não era edificar ali um hotel, mas sim um centro comercial. No entanto, ainda se conseguiu que aí fosse instalado um hotel nos dois últimos pisos, com um terraço com vista privilegiada sobre a Baixa e o Castelo de São Jorge.

Siza convidou o arquitecto Souto Moura para a realização do projecto. O centro comercial veio estabelecer um papel fundamental na recuperação do Chiado, trazendo-lhe a vida e o movimento de um centro de cidade.

O edifício Grandella, que era um edifício apenas comercial, passou a albergar também escritórios e outras actividades de lazer, para além de um, indispensável, parque de estacionamento.

Na reconstrução do edifício são respeitadas as características arquitectónicas originais, mantendo o desenho dos vãos, as cotas e números de pisos, as cérceas e as dimensões, e a respectiva estrutura espacial. Foi possível manter as fachadas sobre as ruas do Ouro e da Assunção, sendo a fachada virada para a Rua do Carmo a única a ser reconstruída, de acordo com o desenho e materiais de origem.

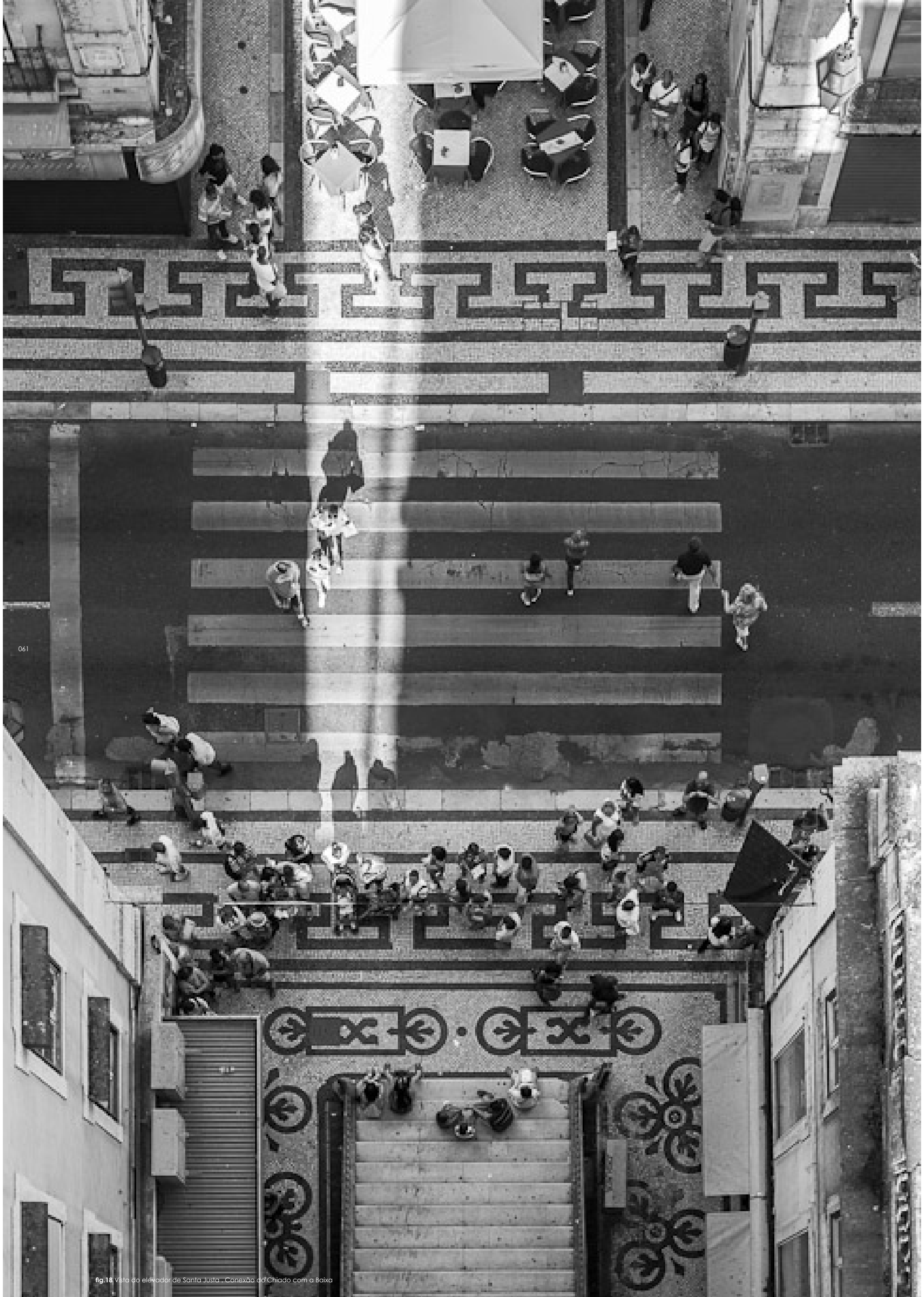


fig.18 Vista do elevador de Santa Justa . Conexão do Chiado com a Baixa

REINVENÇÃO

Álvaro Siza Vieira é uma figura emblemática da arquitectura em Portugal e no mundo. Na sua abordagem à catástrofe provocada pelo incêndio do Chiado em 1988, é possível olharmos para um arquitecto ao mesmo tempo consciente da história e das necessidades da cidade de Lisboa.

O projecto para a reconstrução do Chiado vai criar um ponto de viragem no 'olhar' para a cidade, fazendo com que se tomasse consciência da situação em que estava o centro da cidade.

Numa primeira descrição do plano é definido que o seu o principal objectivo é a preservação do valor arquitectónico dos edifícios, na sua maioria pombalinos, assim como o seu valor ambiental e cultural.

É assim proposto por Siza, em conjunto com o Gabinete de Recuperação do Chiado, a reconstrução dos edifícios 'à imagem e semelhança' dos que lá se encontravam e aproximando-os ao máximo do planeado e desenhado no pombalino.

Para isso é feito um levantamento dos desenhos originais de Eugénio dos Santos, no caso dos edifícios pombalinos, de maneira a ajudar na reconstrução das fachadas e no desenho dos pormenores.

Siza chega a ir mais além. Vai à cidade pré pombalina buscar relações perdidas a seguir ao terramoto e que têm o potencial e a possibilidade de recriar vivências antigas, de maneira a vencer obstáculos tão próprios desta zona da cidade.

Na permanência das fachadas pombalinas estão escondidas as grandes transformações feitas no interior de cada quarteirão.

É assim possível afirmar que a grande lição do projecto da Reconstrução do Chiado está nos detalhes que não se anunciam aos menos atentos. O 'novo' está escondido por detrás das fachadas que ao aparentarem ser iguais, são acrescen-

tadas de uma modernidade que os novos tempos exigem.

O Chiado é exemplo de como é importante na arquitectura saber tirar partido das pré-existências, reinventando-as.

É interessante ainda fazer um paralelo com o capítulo desta dissertação, Lisboa posterior ao Terramoto, Plano Pombalino, e perceber que, embora em séculos distantes, duas catástrofes, – o terramoto de 1775 e o incêndio de 1988 – que embora de escalas não equiparáveis mudaram o pensamento dos arquitectos e dos responsáveis pela cidade.

O terramoto trouxe uma nova realidade ao planeamento e à organização da cidade.

O incêndio do Chiado criou uma nova visão sobre a evolução de toda a baixa da cidade, reconhecendo o seu valor como conjunto e a necessidade de o fazer voltar a funcionar.

O que se passou no Chiado supôs uma imagem generalizada sobre toda a zona da Baixa Pombalina, provocando, assim, a vontade de estender até ela a acção de recuperação e revitalização.



fig.19 Largo do Pelourinho com os Paços do Concelho e a Igreja de São Julião lado a lado . Eduardo Portugal .
Não datada

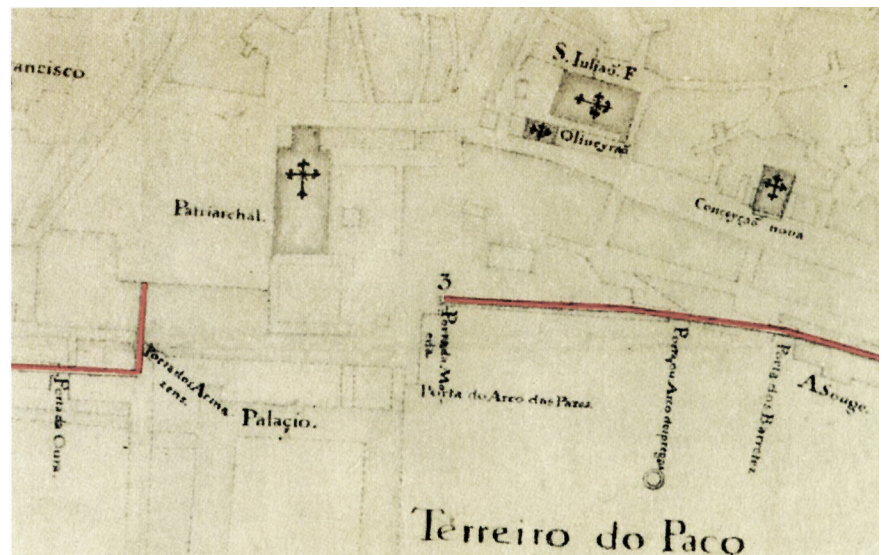
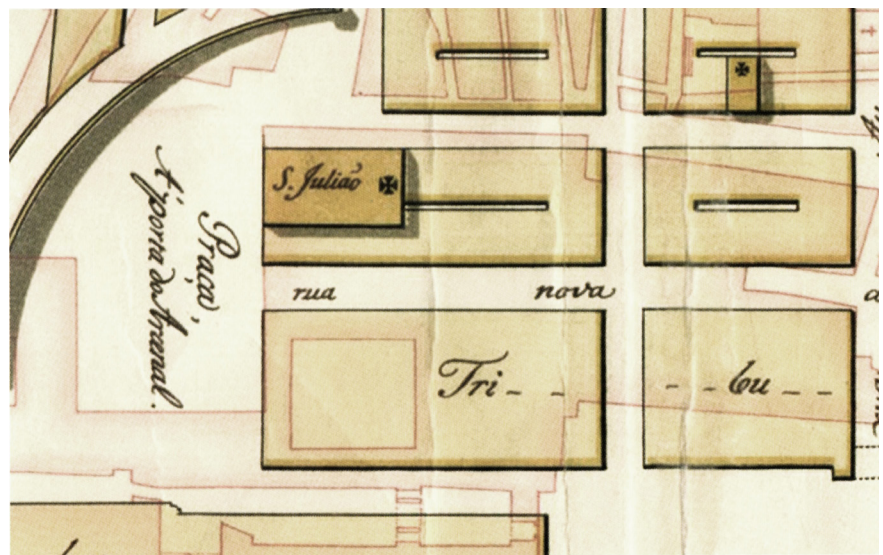


fig.23 Pormenor . Reconstituição da cidade à data do terramoto. Elias Sebastião Poppe . 1761

REQUALIFICAÇÃO DA SEDE DO BANCO DE PORTUGAL : PROJECTO 2007 .
ARQUITECTURA GONÇALO BYRNE, ARQUITECTO. FALCÃO DE CAMPOS, ARQUITECTO

« Apesar da aparente uniformidade militarista dos quarteirões da Baixa de Lisboa, quase sempre olhados como repetições de um arquétipo único até relativamente moderno na sua modelação, é sempre surpreendente levantar as pregas ténues dessa paisagem construída. »⁵

Desde há muito tempo que o local, onde se encontra implantada a actual sede do Banco de Portugal, ocupa um lugar de relevo na história da cidade de Lisboa.

O primeiro edificado, de que se tem conhecimento, a ganhar forma, neste lugar, foi a Casa das Galés, ou Tercenas, onde vinham atracar os barcos reais, numa época em que o braço do rio Tejo entrava por terra, estabelecendo uma relação directa com estes edifícios.

Contemporânea às Tercenas atravessava, no mesmo local, a muralha mandada construir por D. Dinis, com o intuito de proteger a cidade baixa de invasões.

Com a redução do braço de rio, no território da zona ribeirinha, passa a não ser directo o acesso à praia a partir destes edifícios. Finalmente, com a construção da nova muralha, a Cerca Nova, alguns metros à frente, a principal função das Casas das Galés vai desaparecer, deixando lugar para que outra a fosse ocupar.

Surge a necessidade de lhes dar uma nova função. Assim, veio ocupar uma das torres das Tercenas, a Casa da Moeda, que se estendia para ocidente em terrenos do actual Banco de Portugal. A Casa da Moeda veio para ficar, tendo ali permanecido durante séculos, apesar das profundas e sucessivas transformações que esta zona ribeirinha veio a sofrer daí em diante.

Neste local existiu também uma pequena judiaria. Há pois por aqui, de há muito tempo, uma forte base de manuseamento financeiro.

No entanto uma novidade vem alterar por completo o lugar que já fora Tercenas, Judiaria Pequena e Casa da Moeda, que foi a implantação, neste local, da Patriarcal de Lisboa. Este edifício tinha uma orientação pouco comum, com a cabeceira orientada a norte, integrada nas dependências do Paço, no extremo oposto.

Nesta época todo o terreno do quarteirão estava integrado no perímetro do Paço, permanecendo assim, até ao terramoto de 1755.

Com a destruição do terramoto, toda a zona é reconstruída.

O quarteirão do Banco de Portugal, vai surgir como o primeiro, mais ocidental, da Rua Nova d'El Rei, um dos dispostos no sentido horizontal, numa posição de relevo, acentuada pelo facto de ser o maior de todos eles.

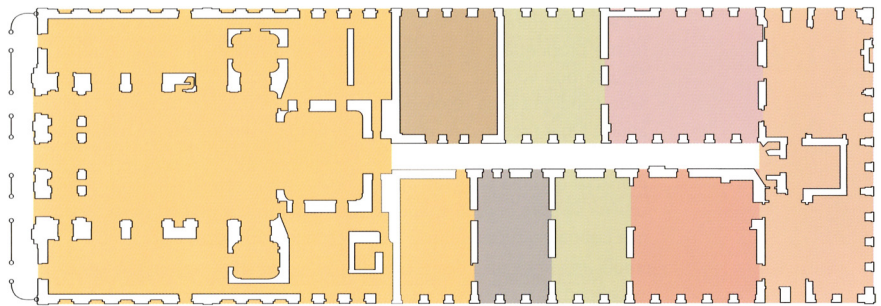
São diversos os aspectos que vão caracterizar esta unidade.

Dividido praticamente ao meio, a metade oriental, com fachadas para as ruas de São Julião, do Ouro e Nova d'El Rei, foi retalhada em vários lotes, começados a construir a partir de 1769, para aí serem implantados edifícios de rendimento. A outra metade acolheu a nova sede da paróquia de São Julião.

O Banco de Portugal vem instalar-se aí a partir de 1869, quando começou a adquirir os edifícios do quarteirão. Aquele espaço que já tivera tantas funções e utilizações ao longo dos séculos, ganhava um novo e relevante protagonista, destinado a moldar a evolução do lugar, até aos dias de hoje.

Até 1907, o crescimento da sede do Banco, no interior do quarteirão, foi sendo gradual. A sua extensão aos edifícios vizinhos era natural, improvisando ligações internas entre os vários edifícios pombalinos. Contudo, esta ligação foi interrompida quando se confrontou com a igreja e as suas dependências.

⁵ José Sarmento Matos, 2013 em *Um Sítio da Baixa*, página 7



- 1868 o Banco de Portugal começa a adquirir um a um os edifícios, começando pelos dois edifícios sobre a Rua do Ouro;
- 1870 inauguração a nova sede;
- 1887 aquisição do edifício seguinte à esquina para a Rua de São Julião;
- 1890 aquisição de mais dois edifícios, um na Rua de São Julião e outro da Rua do Comércio, sede do Banco de Lisboa e Açores;
- 1894 aquisição da última unidade da Rua de São Julião, junto à propriedade eclesiástica;
- 1904 aquisição do edifício contíguo à Sede primitiva do Banco de Lisboa e Açores;
- 1907 integração do último lote na Rua do Comercio, adquirido ao Banco de Lisboa e Açores;
- 1933 o Banco de Portugal obtém finalmente a propriedade de todo o Quarteirão, incluído a igreja e pequeno edifício a ela anexo, propriedade da Arquiconfraria de São Julião.

fig.24 Perspectiva sobre o saguão a partir do centro da igreja de São Julião . Margarida Marques Pinto . 2014

fig.25 Planta cronológica de ocupação do quarteirão do Banco de Portugal

Era um desejo certo do Banco de Portugal a aquisição de todo o terreno da igreja e ao longo dos anos, a reacção à sua implantação neste lugar, ganhou várias feições.

Num primeiro período, quando a igreja ainda não pertencia ao Banco, a ideia era de a demolir, ou, em alternativa, de a transferir pedra a pedra, para outro local, de maneira a preservar este importante património arquitectónico.

Não existindo ainda a valorização do sentido da unidade de todo o conjunto da Baixa Pombalina, não estava presente, como consequência, a consciência de que esta opção iria descaracterizar o quarteirão pombalino, castigando a unidade global do projecto da reconstrução pós-terramoto. Chegaram a ser projectados, em papel, algumas propostas para a nova sede do Banco, arruinando na totalidade com o bloco.

Quando o Banco de Portugal, adquire finalmente, em 1933, o terreno pertencente à igreja, o olhar crítico sobre a Baixa já se tinha alterado. A hipótese de destruir o quarteirão e de substituir o alçado da igreja por uma nova imagem de marca do Banco de Portugal, foi, de uma vez por todas, abandonada.

A igreja de São Julião passa, simplesmente, a ser integrada no património do Banco, com o intuito de o preservar, encontrando-lhe o destino certo. O Banco de Portugal torna-se num importante agente na renovação física e social da Baixa.

Foi já no século XXI, que se tomou a decisão de adaptar o espaço da Igreja de São Julião, e os respectivos anexos, para acolher o Museu do Dinheiro e do Banco de Portugal. O principal objectivo era criar harmonia neste quarteirão que desde a sua origem sofria da partilha de funções e realidades opostas, religiosas e laicas.

Nesse sentido, é lançado, a 11 de Janeiro de 2007, um concurso público entre vários gabinetes de arquitectura. A 6 de Setembro do mesmo ano é assinado o

contrato com os vencedores, os gabinetes dos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos.

São duas as ideias que vão estruturar a intervenção.

Em primeiro lugar, a ideia de potenciar o magnífico espaço interno da igreja, caracterizada, pelo seu vazio decorativo, sem detalhes ou coloridos, despida e austera, proporcionando a oportunidade de um gozo exclusivo dos seus elementos estruturais. É proposto que este espaço assim se mantenha, vazio, aumentando as possibilidades de utilização futura.

O Museu vai aparecer ajustado aos três pisos de cada um dos corpos laterais anexos da antiga igreja.

A segunda ideia vai ser a de desvendar a possível unidade do quarteirão, através de uma abertura estreita, a toda a altura da parede do fundo da antiga capela-mor, que se vai prolongar pelo estreito saguão dos edifícios do resto do bloco. Desta maneira vai aparecer desenhada uma continuidade física entre estes dois universos, tão dispare, interligando-os.

Este forte relevo atribuído ao saguão, ganha, no aspecto geral, a mesma relevância que lhe aparece atribuída na planta de João Nunes Tinoco, conciliando-o com a intemporalidade da memória da cidade.

Para além destes dois focos a decisão para a reabilitação e restauro do edifício da Sede do Banco de Portugal, teve em conta diversas intervenções, que o conjunto necessitava com alguma urgência.

Era necessário fazer uma reabilitação geral do edifício, reforçar a estrutura, a resistência anti-sísmica e a protecção contra incêndios; adoptar dispositivos de segurança e saídas de emergência; e optimizar as soluções energéticas do edifício.



069

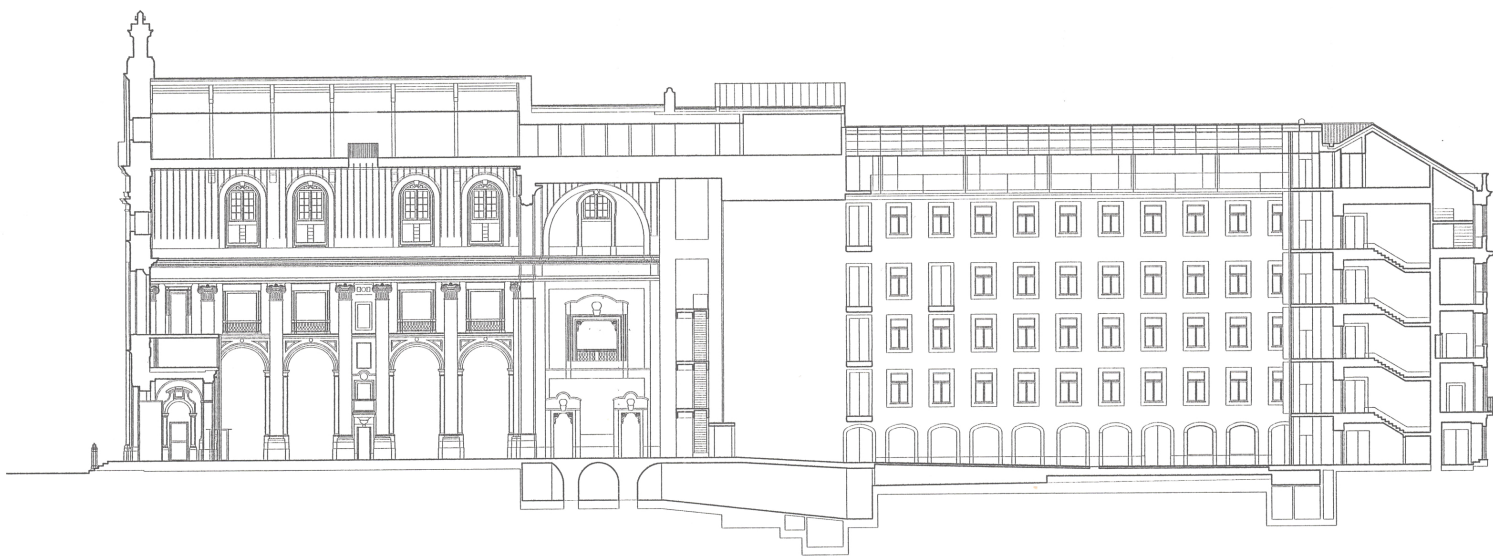


fig.26 Corte transversal pela antiga Igreja de São Julião . Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos

fig.27 Corte longitudinal pelo interior do saguão . Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos

Ao iniciar as obras, a 27 de Janeiro de 2010, foi importante ter em conta a surpreendente sobreposição de tempos e memórias, a riqueza inesperada que a história do local, de implantação deste edifício, nos deixou.

As escavações arqueológicas vêm confirmar a presença de vestígios muito anteriores ao terramoto, como por exemplo a muralha de D. Dinis que, como se suspeitava, foi encontrada no fundo exacto do saguão.

Dentro do já Banco de Portugal, vão ser notadas, exactamente na esquina da Rua de São Julião, com a Rua do Ouro, um pequeno núcleo de abóbadas em dois pisos. Tudo indica tratar-se do reaproveitamento de preexistências, do tempo anterior ao terramoto, apesar da acentuada subida de cota resultante do nivelamento da Baixa, que aqui atingiu cerca de dois metros. O piso térreo original terá ficado soterrado.

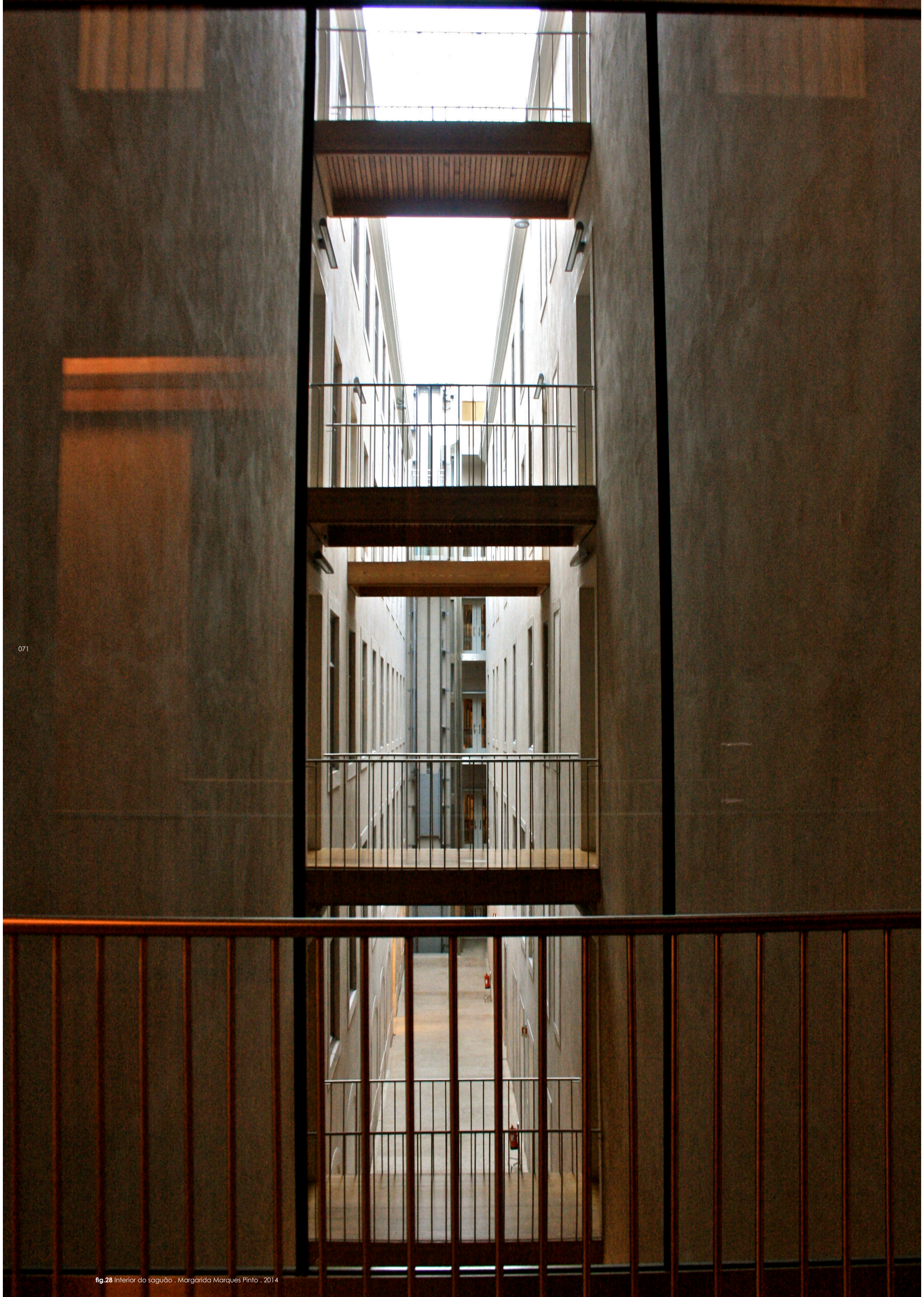
Na planta de João Nunes Tinoco, e também na de Manuel da Maia, já são bem visíveis, apesar de evidentes evoluções que se verificam de uma para a outra, o traçado da Rua da Calçetaria, correspondente à actual fachada norte do Banco de Portugal, assim como o traçado de um estreito vazio, igualmente rectilíneo, paralelo a essa mesma rua.

Algo se manteve, porém, na estrutura do edifício.

Em três das suas fachadas o quarteirão vai guardar memórias da construção anterior ao terramoto. A fachada norte, como já foi referido, no alinhamento claro com a antiga Rua da Calçetaria; a poente, onde tudo aponta para que a nova frontaria da igreja de São Julião se encontre no lugar da parede lateral da antiga Patriarcal; e a nascente, sobre a Rua do Ouro, que resulta das dependências do Paço da Ribeira, do lugar onde, em tempos, estivera a Casa da Moeda.

No decorrer das obras foram, igualmente revelados pisos de tijoleira do antigo Paço da Ribeira, evidenciando, de uma forma clara, a diferença de cota da zona anterior e posterior ao terramoto; paredes da antiga patriarcal; e ossadas no chão da igreja e da antiga sacristia.

A imagem que nos é transmitida pela Baixa de Pombal, é que nos parece ter sido erguida sem qualquer respeito nem atenção perante o que era existente anteriormente ao terramoto. Contudo, basta alguma investigação direccionada, sobre os conjuntos edificados, como foi o caso da sede do Banco de Portugal, para se perceber que o reaproveitamento de estruturas e de materiais, quase sempre em novos contextos, foi uma constante.



MEMÓRIA

O sítio do Banco de Portugal é um lugar com muita história.

Lugar que sofreu adaptações a várias realidades, desde a primeira ocupação, de que se tem conhecimento, pela Casa das Galés, onde chegavam as águas do rio Tejo; também pela passagem da muralha mandada construir por D. Dinis; até à ocupação pela Casa da Moeda, no tempo anterior ao terramoto, e mais tarde pela Patriarcal de Lisboa. Com o plano pombalino veio fazer parte integrante de um conjunto de quarteirões organizados segundo uma malha rectilínea.

É um lugar de diversas camadas sobrepostas, que são reconhecidas na última intervenção feita, em todo o quarteirão, pelos arquitectos Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos.

A memória e a vontade de criar uma harmonia em todo o quarteirão surgem como temas fulcrais na reabilitação e restauro deste edifício, resultado da progressiva adição de um conjunto de oito lotes e da antiga igreja de São Julião.

A principal razão de intervenção no conjunto vem associada à fragilidade estrutural provocada pelas sucessivas alterações no seu interior à medida que o Banco de Portugal adaptava cada um dos edifícios a parte integrante da sua sede.

A operação vai incidir, basicamente, sobre duas ideias.

A primeira será a tentativa de tornar mais forte o vazio, despido e austero, do interior da antiga igreja, tirando partido dos seus elementos estruturais e da sua nudez decorativa. Nasce assim um espaço polivalente com várias possibilidades de utilização futura que vai desenvolver toda a parte museológica nos seus corpos laterais.

A segunda, em busca da memória, visa possibilitar a união de todo o quarteirão, prolongando o rasgo do saguão a toda a altura até à parede da antiga capela-

-mor da igreja. Essa relação, embora sendo apenas visual vai ressaltar a importância do saguão nos edifícios do plano pombalino, e podemos mesmo dizer que vai mais longe ao realçar o relevo que lhe é atribuído em 1650 no desenho da cidade de João Nunes Tinoco.

Foi só no decorrer das obras que se encontraram vestígios escondidos, da história deste lugar. Ao que já estava planeado os arquitectos vão juntar o respeito a essas evidências históricas, como é o caso das muralhas D. Dinis e o conjunto de abóbadas claramente anteriores ao terramoto, assegurando a sua salvaguarda, valorização, e no caso das muralhas, a sua divulgação.

A intervenção na sede do Banco de Portugal está inserida no plano de revitalização da Baixa Pombalina, e é hoje parte fundamental de uma estratégia dinamizadora do centro da cidade, adaptando o edifício a um novo programa, reinventando a importância do saguão no desenho do quarteirão pombalino, como elemento de união e de harmonia de todos os seus elementos, e respeitando a sobreposição de tempos e memórias, tão característica deste lugar.



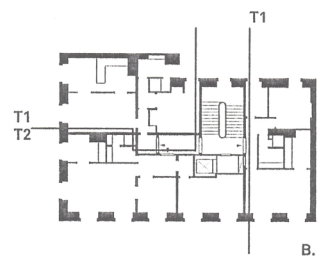
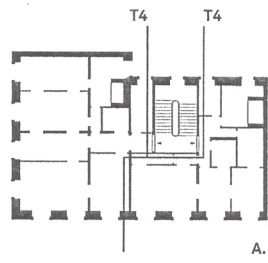
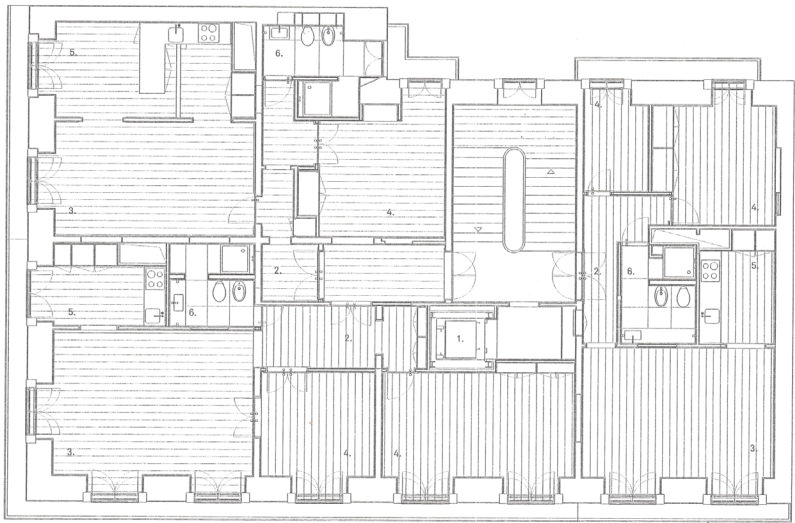


fig.30 Fanqueiros . Vista da Rua dos Fanqueiros . FG+\$G Fotografia de arquitectura . 2011

fig.31 Fanqueiros , Interior de uma cozinha . FG+\$G Fotografia de arquitectura . 2011

fig.32 Fanqueiros , Planta Piso Tipo . José Adrião Arquitectos

FANQUEIROS . PROJECTO 2007 . ARQUITECTURA JOSÉ ADRIÃO ARQUITECTOS

« Há muitos tempos ali e a nossa intervenção não será com certeza a última. »⁶

No projecto Fanqueiros o atelier trabalhou com o cliente desde o princípio. Antes da execução do projecto houve visita a vários edifícios antigos, no centro da cidade de Lisboa, aptos a receber investimento em habitação.

Foi, assim, da responsabilidade do atelier toda a estratégia de intervenção, desde a escolha do local até ao mais pequeno detalhe do projecto.

A Baixa Pombalina foi a zona escolhida e o edifício eleito encontra-se na esquina da Rua dos Fanqueiros com a Rua da Conceição.

À data do início do projecto, o edifício apresentava-se em avançado estado de degradação, com a maioria dos pisos devolutos e abandonados, situação que comprometia seriamente a unidade funcional e estrutural. Estando as lojas do piso térreo ocupadas, o projecto foi apenas de requalificação dos pisos superiores.

Construído no início do século XIX, este edifício de cinco pisos foi sendo, ao longo de 200 anos, alvo de alterações e transformações, que modificaram profundamente as características de origem de grande parte dos seus espaços, mas que lhe vieram atribuir um carácter único e heterogéneo.

Como estratégia de projecto, e de maneira a minimizar os custos do mesmo, optou-se por aceitar e abraçar essa característica do edifício.

Definiu-se assim, a intervenção, como uma adição, em continuidade, à sua história, assumindo as alterações dos diferentes tempos. O importante era recuperar as diferentes valências que o edifício apresentava, e não voltar ao original. Era a introdução de uma arquitectura contemporânea, que permitisse manter os traços de anteriores transformações.

Para além da integração dos, até agora, elementos transformadores, a intervenção tinha como objectivo a recuperação de um edifício pombalino, para aí implantar uma unidade de apartamentos, numa primeira abordagem, de arrendamento normal, mas que mais tarde passaram a ser de regime de curta duração.

Para tal, as principais acções determinadas pelo projecto foram: a alteração tipológica passando cada piso a ter três apartamentos, em vez de dois, que veio permitir a criação de três tipologias de habitação A, B e C; a introdução de um elevador, transformando os apartamentos do piso superior, antes recusados, nos mais excepcionais e mais nobres; a substituição de todas as infra-estruturas e a criação de coretes onde vão passar todas as especialidades; a conservação e a reparação de uma parte substancial dos seus elementos construtivos e estruturais.

As obras, apesar de o projecto ser de 2007, só arrancam em 2010, porque em 2009, antes de ser aprovado o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, só era possível fazer pequenas intervenções de restauro, e as exigências do projecto iam muito além de meras operações pontuais de recuperação.

Em 2012, a Baixa House, como mais tarde é designado o projecto dos Fanqueiros, é distinguida como exemplo de recuperação de património. Ganha o Prémio Vilalva, referente a 2011, por ser um modelo de boas práticas, numa zona em que a reabilitação urbana é especialmente sensível.

A maneira como se conseguiu uma expressão actual, respeitando o património edificado e a sua natureza urbana e arquitectónica, veio salientar o facto de este ser um protótipo do esforço que se deve iniciar na revitalização da Baixa Pombalina como zona residencial de eleição.

É de destacar a coerência entre o projecto de arquitectura e a decoração, em especial o aproveitamento e reutilização de materiais e objectos existentes.

⁶ José Adrião, 2012 em *Cidadania LX*.
<http://cidadania.lx.blogspot.pt/2012/03/baixa-house-e-um-exemplo-de-boas.html>



SOBREPOSIÇÃO

Ao longo do tempo de vida deste edifício foram muitas as alterações e transformações que modificaram as características da sua construção original e que o deixaram em avançado estado de degradação.

Apesar de gravemente afectado a nível funcional e estrutural, as camadas sobrepostas das várias intervenções conferem-lhe características únicas entre os edifícios pombalinos.

A grande particularidade da intervenção do atelier de José Adrião foi a de abraçar essas características, acrescentando-lhes uma nova camada.

Essa operação tinha como principais objectivos a alteração tipológica do edifício, através da adição de um apartamento por piso, que passaria de dois para três; a adaptação das infra-estruturas à nova tipologia e, por último, a reparação dos elementos estruturais afectados.

Trabalhar sobre reabilitação permitiu ao atelier que a adaptação do edifício a novas tipologias viesse sugerir outra forma de habitar, mais flexível, não convencional, que vem revelar grandes possibilidades à funcionalidade do edifício.

Na Baixa Pombalina as habitações, são compostas por espaços e não por quartos ou salas, espaços esses aptos a serem transformados e a alterarem a sua função sempre que for necessário.

Através desta linha de pensamento é possível afirmar que a transformação do edifício em apartamentos de curta duração poderá ser apenas temporária. De acordo com o projecto estes têm a possibilidade de se converter no futuro em unidades de habitação permanente.

O projecto dos Fanqueiros é mais um importante esforço feito para a revitalização da zona da Baixa, neste caso específico, como zona residencial. Destaca-se por

conseguir fazer conviver o actual, aquilo que é moderno e dos tempos de hoje, com o antigo, o património histórico edificado e de grande significado para o país, que é a Baixa Pombalina.



fig.34 Banco Nacional Ultramarino . Balcão da secção de crédito . Piso térreo . Autor desconhecido . Não datada



MUDE . MUSEU DO DESIGN E DA MODA . PROJECTO 2009 . ARQUITECTURA RICARDO CARVALHO JOANA VILHENA ARQUITECTOS

« (...) principio de uma ocupação muito mais complexa que a Baixa irá ter. Os equipamentos estão a gerar uma dinâmica urbana que aos poucos se vai estender à habitação e esta será provavelmente a última coisa a acontecer. » ⁷

O edifício onde hoje está instalado o MUDE, Museu do Design e da Moda, foi em tempos a sede do Banco Nacional Ultramarino (BNU).

A transferência do BNU para a Baixa Pombalina aconteceu em 1896, contribuindo para a afirmação da baixa como importante centro financeiro.

O banco possuía apenas parte do quarteirão, o gaveto que fazia frente com a Rua do Comércio e a Rua da Prata. Ao longo dos anos, porém, foi adquirindo várias parcelas desse mesmo quarteirão, que originaram obras sucessivas e levaram à ampliação e melhoramento no edifício.

Quando já ocupava cerca de 2/3 do bloco pombalino, é chamado o arquitecto Tertuliano Marques, para projectar a grande transformação deste espaço. O projecto deste arquitecto veio propor a futura ocupação integral do quarteirão, procedendo-se, então, à demolição quase total dos seus interiores.

A construção pombalina de origem, com estrutura em gaiola e fundações em estaca, era caracterizada pela existência de vários lotes, em cada quarteirão, onde se desenvolviam funções de habitação, comércio e, por vezes, de banca.

Com a intenção de romper com essa estrutura, desaparece a construção pombalina, para dar lugar a uma estrutura de betão com sistema em viga e laje, segundo um novo modelo espacial, para que os vários serviços bancários se pudessem organizar em volta de um átrio central, com uma grande clarabóia no topo, para iluminação zenital.

O resultado final é um edifício de cinco pisos, um deles subterrâneo, com entrada do público pela Rua do Comércio.

A segunda grande intervenção, que decorreu entre 1951 e 1972, apareceu no âmbito da comemoração dos cem anos do banco, em 1964. É escolhido para desenvolver o projecto Cristino da Silva, figura de destaque do modernismo em Portugal

Nesta altura já o banco tinha adquirido a totalidade do quarteirão, delimitado pelas ruas Augusta, da Prata, de São Julião e do Comércio.

No projecto de Cristino da Silva a expressão arquitectónica é uniformizada, passando a ter oito pisos. É construído, no quinto piso, um andar em mansarda; vai surgir também, um sexto piso, na espessura da cobertura, e o sétimo piso, em terraço, aparece recuado em relação à definição do quarteirão.

A linguagem moderna era reflectida nos seus pormenores, nos tectos de luz, na ampla espacialidade, nos revestimentos cromados e na inserção de obras de arte. Mas ao mesmo tempo desse modernismo convivia um gosto mais conservador e monumentalista, quando se olhava para o embasamento em pedra no exterior, para o pórtico monumental da fachada da Rua Augusta, e para a clara hierarquia nos acessos e nos espaços.

Os espaços que estabeleciam uma relação directa com o público, principalmente no piso térreo e no primeiro piso, mereceram especial atenção por parte do arquitecto. Assim, mármore, de vários tipos, apareciam colocados nas paredes e nos balcões corridos, as colunas eram revestidas a aço inox e aqui e ali apareciam elementos envolvidos em madeiras exóticas. Todos estes elementos permitiam considerar e classificar estes espaços como nobres e de extrema importância.

⁷ Ricardo Carvalho . 2012 . em *Lisbon Ground*



fig.36 MUDE . Vista interior da entrada do museu pela Rua Augusta . FG+SG Fotografia de arquitectura

fig.37 MUDE . Espaço expositivo . FG+SG Fotografia de arquitectura

fig.38 MUDE . Primeiro piso . FG+SG Fotografia de arquitectura

O piso térreo, onde as ruas envolventes são uma presença visual constante surge marcado, ao centro, por um balcão monumental, de formas fluidas e elegantes, modelando toda a espacialidade interior com ritmo, plasticidade e movimento.

Com claras inspirações vindas de Viena, o valor plástico de todos os elementos era tomado em grande consideração.

Apesar da inserção destes elementos de modernidade, o edifício não deixa de estabelecer um compromisso sério com o passado, mantendo a estrutura e a métrica definidas pelo arquitecto anterior, Tertuliano Marques.

Já depois da fusão do Banco Nacional Ultramarino, e a sua transferência global para a Caixa Geral de Depósitos, é que se dá a terceira grande intervenção no edifício. No início do século XXI, o banco muda de proprietário. Em 2001, inicia-se o projecto de modernização, da autoria de Dante Macedo e Conceição.

As obras são interrompidas, por motivos patrimoniais, em 2004, depois de já se ter iniciado a demolição quase integral dos seus interiores. O Instituto Português do Património Arquitectónico, ordena a interrupção das demolições, quando percebe que as intervenções no edifício estão e irão destruir elementos de relevância patrimonial, nomeadamente o balcão do piso térreo, que ainda hoje, aí, se mantém.

Desde então, que o edifício ficou sem a maior parte dos seus revestimentos originais, e com a estrutura de betão totalmente à vista.

De 2004 a 2009, o edificio do BNU encontra-se devoluto, à excepção dos cofres de aluguer, que se vão manter a funcionar até ao final de 2010.

Já em 2009, a Câmara Municipal adquire o edifício para aí instalar o Museu do Design e da Moda. É desenvolvido um projecto de instalação provisória, até à possível concretização do projecto global.

Desenvolvido pelo atelier de arquitectura de Ricardo Carvalho e Joana Vilhena, o projecto de instalação provisória do Museu do Design e da Moda, vai corresponder à instalação de um espaço para mostrar a colecção, assim como algumas exposições temporárias, uma livraria, uma cafetaria e um espaço de programação cultural com capacidade para cerca de 100 pessoas.

A proposta baseia-se numa primeira leitura feita ao espaço do piso térreo, pois trata-se do único quarteirão, que se conheça, na Baixa Pombalina capaz de ser visto no interior sem obstruções significativas.

O projecto partiu, assim, desta singular possibilidade e propôs a instalação do novo percurso sem recorrer à construção de paredes. Apenas foram feitas algumas demolições pontuais, de maneira a clarificar a matriz da intervenção.

O espaço vai-se apresentar caracterizado pela presença da estrutura em betão à vista e pelos materiais construtivos utilizados para criar o espaço do museu, como, por exemplo, telas, paletes e pinturas industriais. As peças expositivas vão ocupar o espaço de maneira informal, estabelecendo uma relação de proximidade com o visitante.

A iluminação artificial vai surgir como um elemento importante, apoderando-se de alguns elementos construtivos, investindo na imaterialidade da luz para reforçar a presença da estrutura em betão armado e, principalmente, das peças de colecção.

O projecto de arquitectura e especialidades, com vista à integral abertura dos sete pisos do edificio do MUDE, contou com o programa de Bárbara Coutinho e o projecto de Luís Miguel Saraiva.

O estado em que o edifício se encontra, 'em bruto', é uma imagem de marca a manter e a linha orientadora do projecto a seguir. Pretende-se que a intervenção

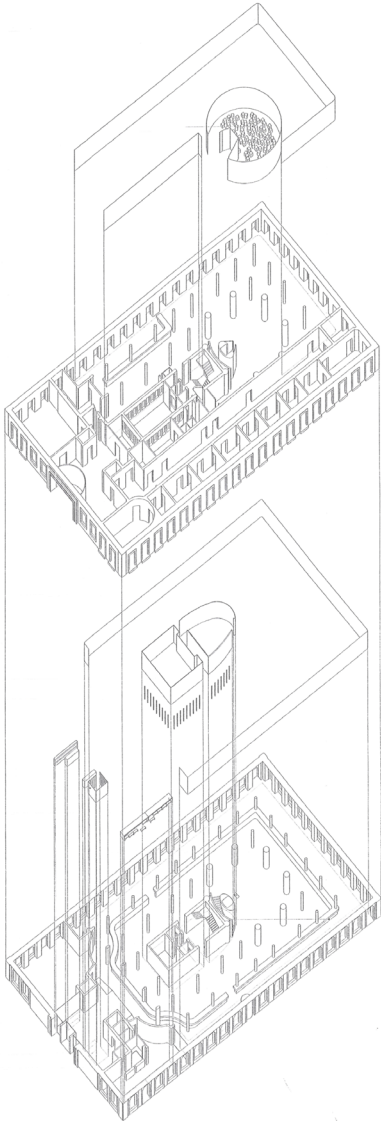
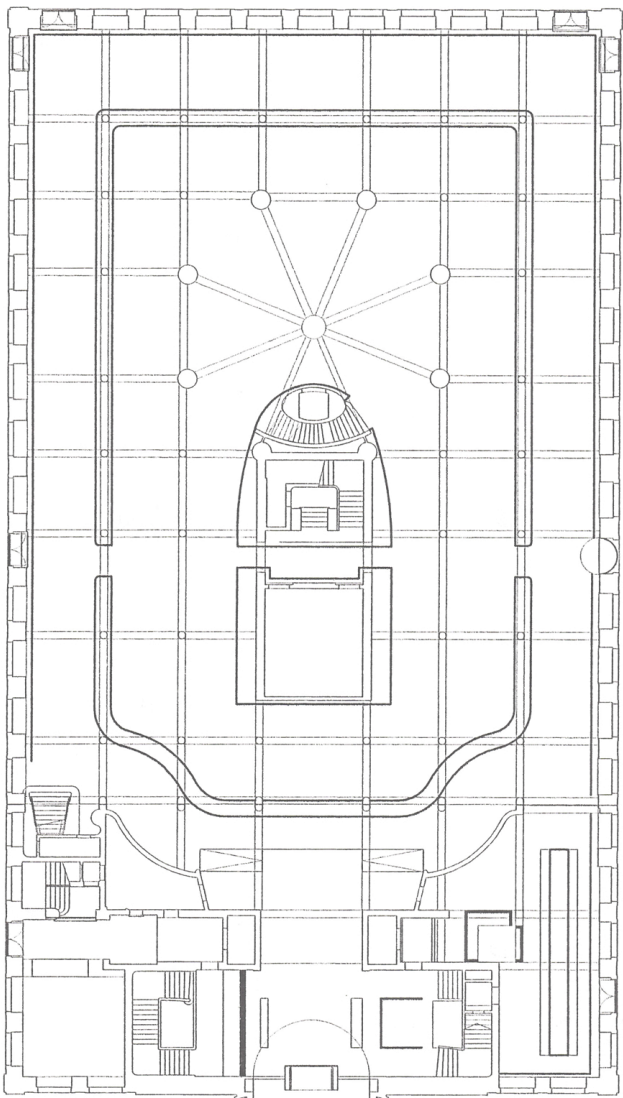


fig.39 MUDE . Planta primeiro piso . Ricardo Carvalho e Joana Vilhena
fig.40 MUDE . Axonometria . Ricardo Carvalho e Joana Vilhena

seja mínima e que dê importância aos espaços de programa funcional, inserindo-os num cenário despido.

Aproveitando a nudez dos espaços, pretende-se, igualmente, criar uma acessibilidade e uma circulação fluida e segura nos vários espaços do museu, com a preocupação de eliminar qualquer barreira arquitectónica que dificultasse a mobilidade de portadores de deficiências motoras.

O projecto ambiciona reforçar a identidade arquitectónica e singular deste edifício, preservando os elementos fundamentais dos dois grandes projectos de Tertuliano Marques e de Cristino Silva e da nudez em que o deixou a violenta mas rápida intervenção de Dante Macedo e Conceição.

O piso subterrâneo vai manter a sala de cofres de aluguer, que se vai transformar em mais uma zona expositiva.

O piso térreo irá acolher, para além do espaço de recepção e bilheteira, uma grande loja dedicada ao design, em especial o design português e ibero-americano.

A exposição permanente vai subir alguns andares, até ao terceiro piso.

Todos os espaços expositivos vão funcionar num registo em 'open space', permitindo a criação de espaços polivalentes com flexibilidade suficiente para que haja uma constante investigação das diferentes possibilidades de encenação, destes mesmo espaços.

Nos restantes pisos – primeiro, segundo, quarto e quinto piso – vão abrigar exposições temporárias, um centro de documentação, oficinas educativas, salas de ensaio, residências temporárias para designers, um auditório com as respectivas áreas de apoio, uma cafetaria, salas de eventos e espaços para reservar destinados à

moda e ao design. Os dois últimos espaços referidos, ao contrário dos restantes, não vão poder ser visíveis nem visitáveis com total liberdade.

No último piso propõe-se a instalação de um restaurante com esplanada, que uma vez aberto ao público pretende tornar-se num lugar obrigatório na visita à cidade de Lisboa.



fig.41 MUDE . Escadaria de acesso ao primeiro piso . Margarida Marques Pinto . 2014

PRESERVAÇÃO

Tal como a maioria dos edifícios da Baixa Pombalina, também este edifício foi alvo de várias intervenções que vieram mudar o seu carácter inicial mas que lhe conferiram características únicas e também elas com importante valor patrimonial.

Em 2004, o edifício sofreu uma intervenção, que consistiu na demolição integral dos seus interiores para os adaptar a novas funcionalidades. É a partir desta intervenção que hoje é bem notável a vontade de melhorar e revitalizar esta zona da cidade, não por aquilo que consistia, mas pelo travão que levou quando se percebeu que dela ia resultar a destruição de um pedaço de património.

Foram assim interrompidas as obras que deixaram o edifício abandonado e sem a maior parte dos revestimentos interiores, com a estrutura em betão armado totalmente à vista.

Só mais tarde, em 2009 a Câmara Municipal inicia o projecto de adaptação do edifício a um museu.

O projecto que hoje podemos ver, apesar de ainda ser uma instalação provisória, mostra já o objectivo final do projecto final para a totalidade do edifício de oito pisos.

O atelier de Ricardo Carvalho e Joana Vilhena montou uma espaço onde é forte a presença do estado de nudez em que o mesmo foi encontrado e onde o principal objectivo é o de preservar os elementos fundamentais das intervenções interiores e não da última.

Com o existente vão conviver os novos materiais inseridos para definir o espaço expositivo e para adaptar o edifício à sua nova realidade.

A inserção de um museu na Rua Augusta, principal eixo pedonal da Baixa Pombalina, veio contribuir para revitalização de toda a zona, através da introdução de um

novo programa, dinamizador, que pretende atrair mais pessoas para o centro da cidade num contexto lúdico e de lazer.



fig.42 Fotografia da maquete 1.2000 . Cidade . Baixa Pombalina . Margarida Marques Pinto . 2014



A implantação do Centro de Investigação do Território, Paisagem e Arquitectura portuguesa, na cidade de Lisboa, tem como objectivo atrair o maior número possível de visitantes, nacionais e estrangeiros com vista à sua sensibilização para a riqueza, diversidade e potencial que apresenta o território português. Pretende-se que os visitantes conheçam e se interessem pelo património natural, cultural e histórico do nosso país.

A Baixa Pombalina, lugar privilegiado da cidade, surgiu assim, como já foi referido no início desta dissertação, como ponto que vai possibilitar a ligação da cidade com o resto do país, através da implantação de equipamentos que vêm dinamizar e reestruturar a zona e ao mesmo tempo promover o projecto Horizonte Portugal.

Ao escolher a cidade de Lisboa e especificamente o coração da Baixa Pombalina para a implantação deste equipamento, foi levada em consideração tanto a realidade arquitectónica e histórica pré-existente como as melhoras que são necessárias introduzir no edifício para que possa responder cabalmente ao objetivo do projeto.

Lisboa é uma cidade com uma grande percentagem de edifícios abandonados e devolutos, tornando a construção nova desnecessária. É assim inevitável reinventar (transformações), utilizando as infraestruturas e ferramentas que a cidade já proporciona (permanências).

Para reforçar esta visão, estratégica, é importante não esquecer que a Baixa Pombalina é candidata a património mundial, forçando, por isso, a que a intervenção urbanística deva ser fundamentalmente de salvaguarda e valorização, o que não significa que seja conservadora, pois a Baixa necessita, ao mesmo tempo, de uma dinamização económica e de uma regeneração do seu tecido humano, com

graus de liberdade que permitam a renovação das condições de funcionalidade de conforto.

Neste sentido, a estratégia de intervenção passa por colocar um travão na descaracterização irreversível da Baixa Pombalina proporcionando as condições necessárias para a revitalização e regeneração do bairro.

Depois de efetuado um estudo das Permanências e Transformações que incidiram na Baixa Pombalina e da análise de algumas das intervenções mais emblemáticas que têm vindo a ser feitas, com vista à revitalização do centro histórico e à criação de atracções para novos residentes e habitantes, ao intervir neste local, é fundamental desenvolver uma análise mais prática que incida, por um lado sobre as barreiras e limites e, por outro, sobre os equipamentos e actividades deste pedaço de cidade.

Com a contextualização da análise da Baixa Pombalina no âmbito da cidade pretendeu-se não só chamar a atenção para a singularidade deste bairro e para a sua importância no cômputo geral, como também situar, num âmbito mais lato, o projeto que nos ocupará de ora em diante. É esta contextualização que permitirá compreender de forma mais cabal a estratégia de intervenção proposta.

ACESSIBILIDADE

A Baixa Pombalina é o ponto de convergência dos principais centros históricos, e é também a partir desta zona da cidade que se desenvolvem importantes eixos viários que a vão ligar ao restante tecido urbano e ao exterior da cidade.

Embora a zona tenha perdido o protagonismo e a exclusividade típicos de um centro urbano, o número de postos de trabalho que aí se recenseiam, continua a ser significativo. É clara a dimensão e o potencial da sua atractividade se, àqueles que aí trabalham, juntarmos o número de visitantes e de utentes.

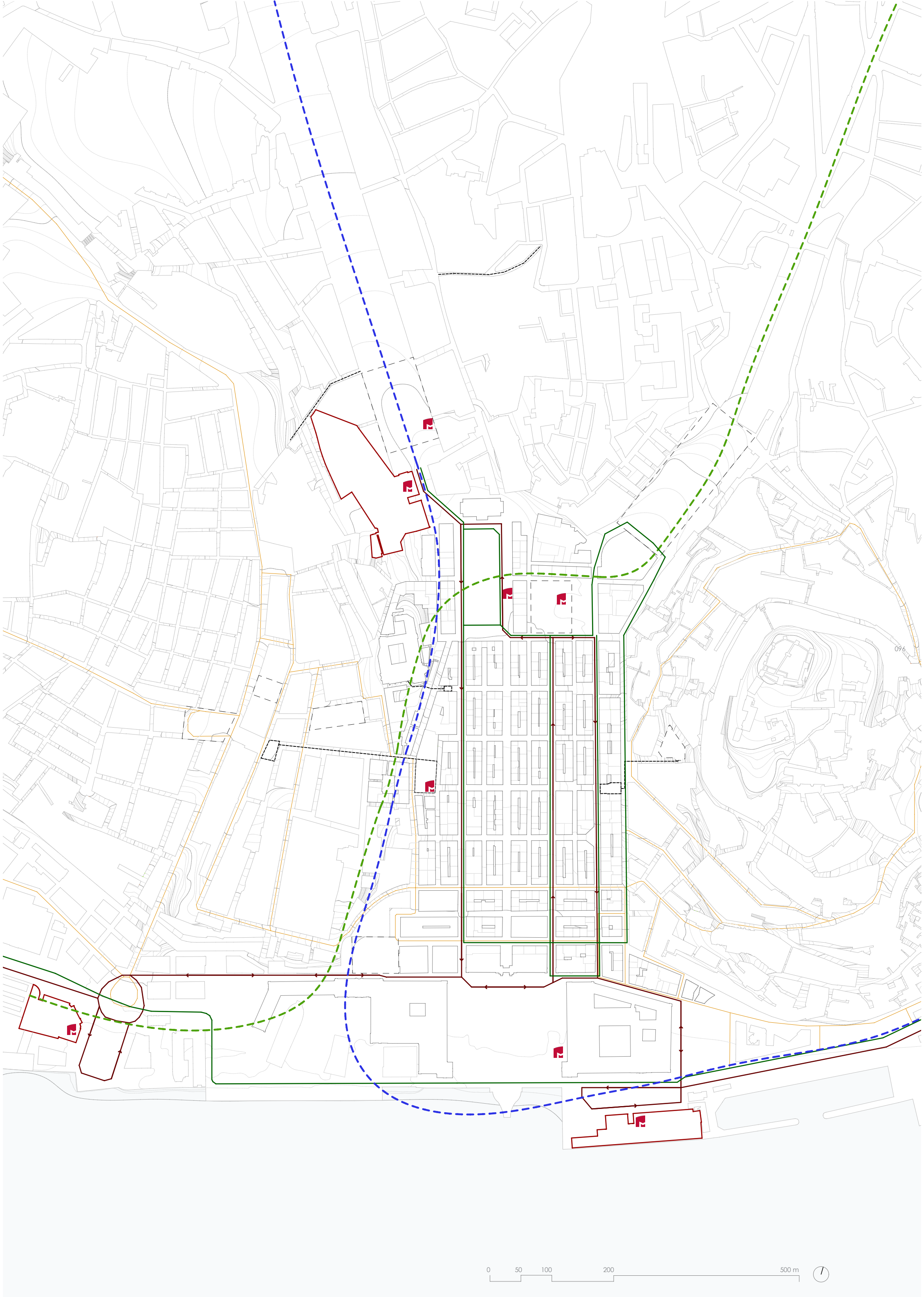
Em 2009 a Baixa de Lisboa sofreu alterações e transformações no seu modelo de acessibilidades e de circulação. Essas mudanças surgiram com o objectivo de requalificar e revalorizar os mais importantes espaços públicos, de melhorar a qualidade ambiental, e de tornar mais fácil o acesso e a mobilidade.

A adaptação a um novo sistema de circulação implicou redesenhar a rede de mobilidade da Baixa e a realização de um conjunto de intervenções no sistema de acessibilidades e de transportes colectivos da cidade.

Hoje a Baixa Pombalina apresenta um conjunto de vias de uso misto ou de uso exclusivamente pedonal. As Ruas do Ouro e da Prata vão aparecer como eixos viários essenciais ao serviço das colinas que ladeiam a Baixa. Na Rua Augusta, fechada ao trânsito desde os anos 80, vai ser reforçada a ideia de eixo pedonal, de elevada concentração comercial e de extrema importância para todo o conjunto.

Na Praça do Comércio criou-se um corredor interior – a Rua do Arsenal e a Rua da Alfândega, forte eixo de transporte colectivo –, e outro exterior – a Avenida da Ribeira das Naus, eixo de circulação do transporte individual. As vias laterais são suprimidas aliviando a pressão da circulação automóvel em toda a zona da Baixa.

-  Entradas para as estações de Metro
-  Interfaces de Transportes
-  Parques de Estacionamento
-  Elevadores
-  Linha de Metro Azul
-  Linha de Metro Verde
-  Trânsito Local
-  Circulação em Transporte Individual
-  Circulação em Transporte Colectivo
-  Limite da área em estudo



Saúde

01. Centro de Saúde da Graça - Extensão São Nicolau 02. Cruz Vermelha

Cultura

03. Teatro Nacional D. Maria II 04. Grémio Lisbonense 05. Museu Arqueológico do Carmo 06. Elevador de Santa Justa 07. Museu do Dinheiro - Sede do Banco de Portugal 08. Museu do Design e da Moda 09. Miradouro do Arco Triunfal da Rua Augusta

Ação Social

10. Polícia e Fiscalização - Ministério da Defesa Nacional 11. Tribunal da Relação de Lisboa 12. Caixa de providência

Administração e serviços públicos

13. Ribeiro Meiron 14. Estação de correios 15. Cartório Notarial, Notariado Europeu 16. Centro de arbitragem de conflitos, Concelho Nacional da Juventudo, Loja do Municípe 17. Tribunal Criminal da Comarca de Lisboa 18. 10º Cartório Nacional de Lisboa 19. Cartorio Notarial de Wanda M.C. Morais Silva 20. Junta de Freguesia de São Nicolau 21. Paços do Concelho 22. Ministério da Administração Interna 23. Ministério da Justiça e Secretaria Geral do MJ 24. Supremo Tribunal de Justiça 25. Direcção Geral dos Impostos - Ministério das Finanças 26. Direcção Geral dos Impostos - Ministério das Finanças 27. Direcção Geral do Desenvolvimento Regional 28. Direcção Geral dos Impostos - Ministério das Finanças 29. Secretaria Geral do Ministério das Obras Públicas 30. Ministério das Obras Públicas, Transporte e Comunicação 31. Associação do Turismo em Lisboa 32. Estação de Correios 33. Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestal 34. Ministério da Defesa Nacinal - Marinha 35. Ministério da Defesa Nacional - Exército 36. Ministério da administração interna 37. Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais 38. Instituto Nacional da Propriedade Industrial 39. Grémio Lusitano

Religião

40. Igreja de São Domingos 41. Igreja da Vitória 42. Igreja de São Nicolau 43. Irmandade de Nossa Senhora da Oliveira 44. Igreja de Santa Maria Madalena 45. Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Segurança Pública e Protecção Civil

46. Comando Geral da Guarda Nacional Republicana 47. PSP 2ª esquadra 48. Polícia e Fiscalização - Ministério da Defesa Nacional

EQUIPAMENTOS

Nesta zona da cidade em estudo, para além dos estabelecimentos comerciais em número elevado, sobressaem os equipamentos de administração e de serviços públicos – departamentos governamentais, instituições financeiras e escritórios. No progressivo abandono da habitação é com estes equipamentos que se mantém a animação da Baixa.

Os serviços governamentais estão parcialmente concentrados no Terreiro do Paço, onde se localizam os vários Ministérios.

Os bancos e os restantes serviços financeiros tiveram uma grande expansão que contribuiu para o desaparecimento de alguns estabelecimentos comerciais e de restauração, antigos e famosos.

Por seu lado, as actividades de carácter cultural ou lúdico têm vindo a ganhar lugar e importância no território pombalino.

Cada vez mais se tem vindo a notar a consciência de mudar essa realidade, Assim, o poder de sobrevivência do plano da Baixa deve estar na versatilidade funcional dos espaços, sendo fácil a sua adaptação a novos programas, que permitirão devolver a vida e o dinamismo ao centro da cidade.

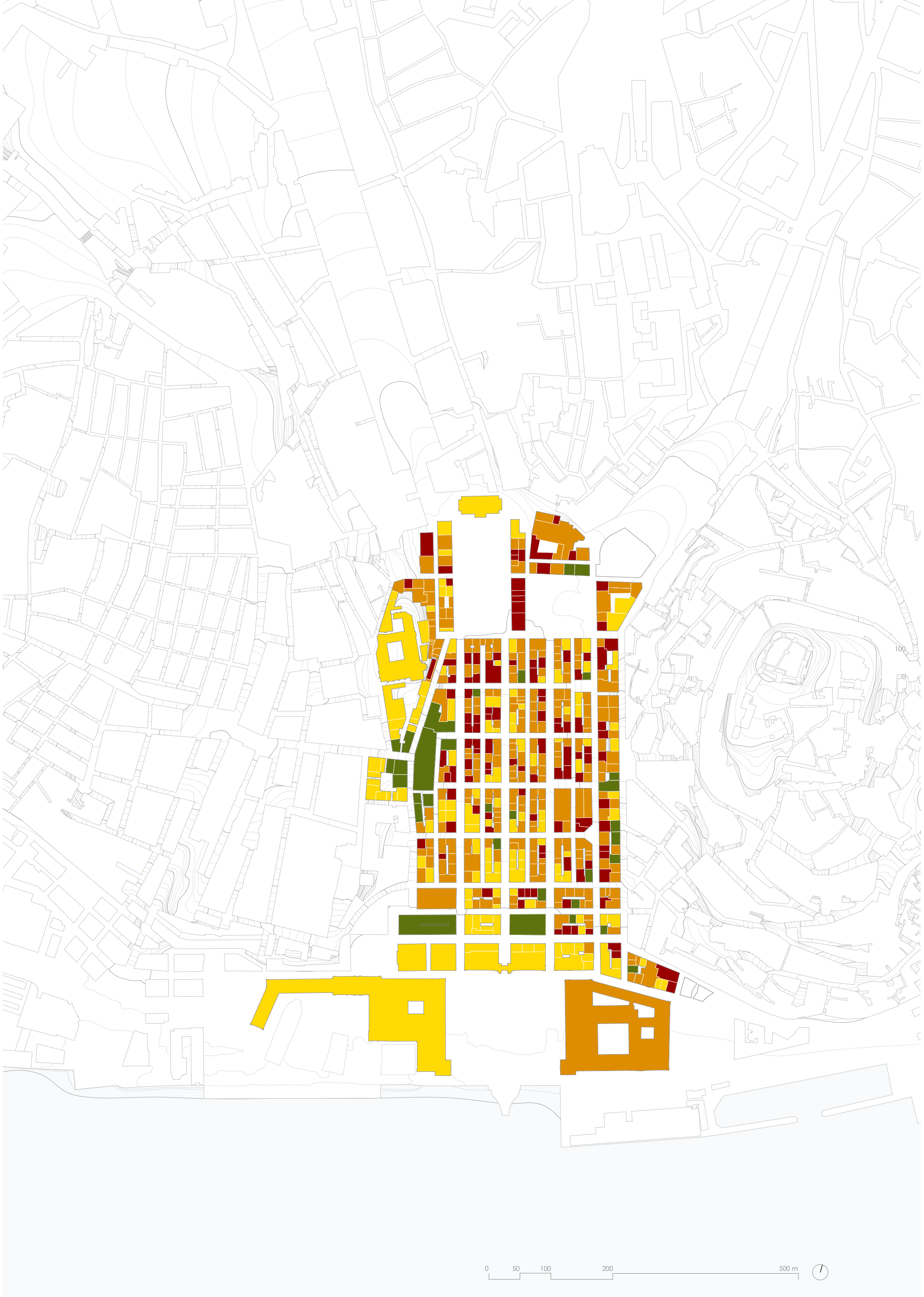


Ótimo ou em obras

Bom

Regular

Muito mau ou degradado



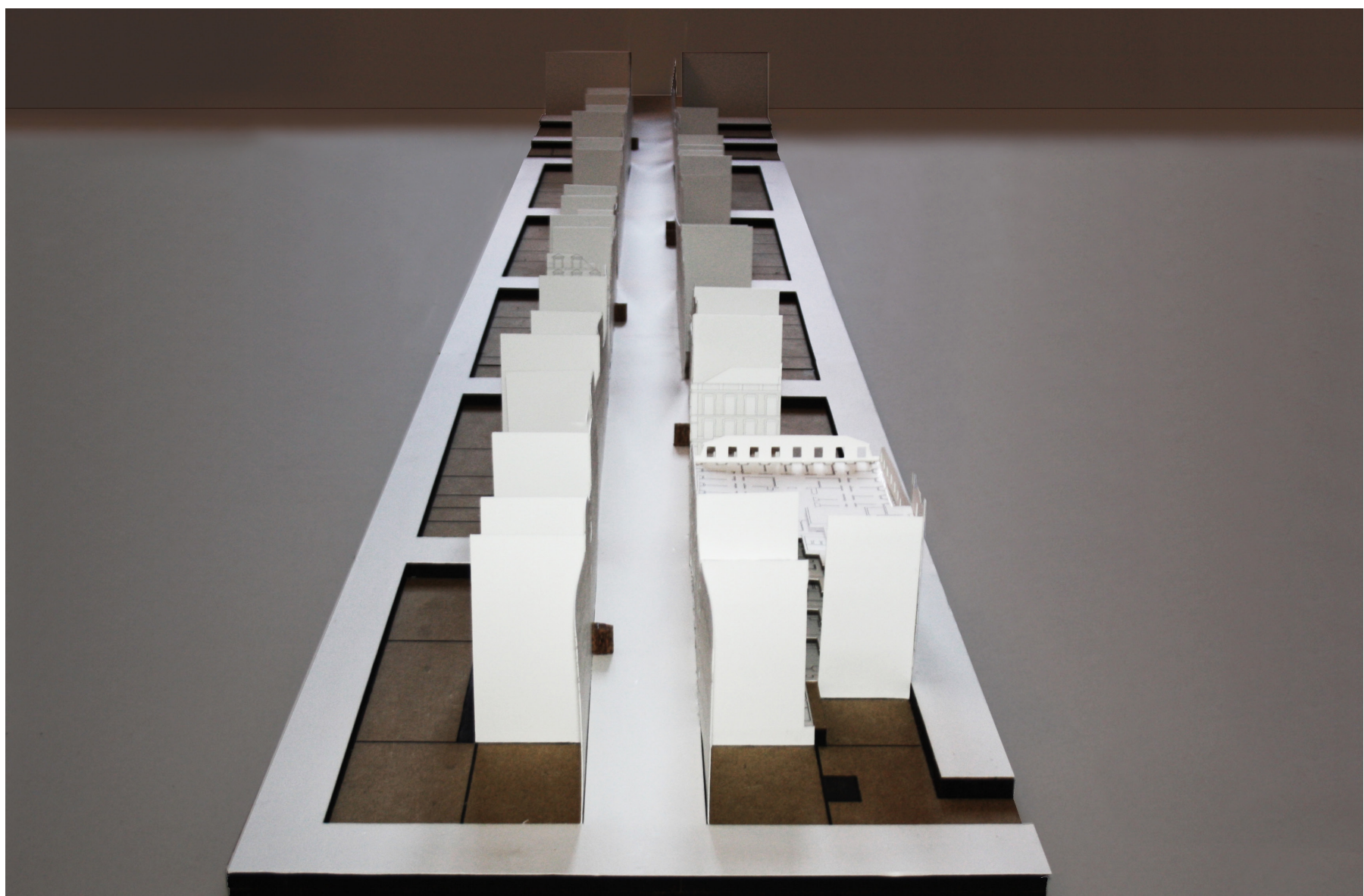


fig.44 Fotografia da maquete 1.200 . Rua . Rua Augusta , Margarida Marques Pinto , 2014

RUA . RUA AUGUSTA . POSTO DE INFORMAÇÃO

Numa primeira abordagem ao exercício do Centro de Investigação foi escolhida a projecção de um posto de informação do Horizonte Portugal, pois este vai entrar em contacto directo com o projecto do Centro de Investigação, complementando-o.

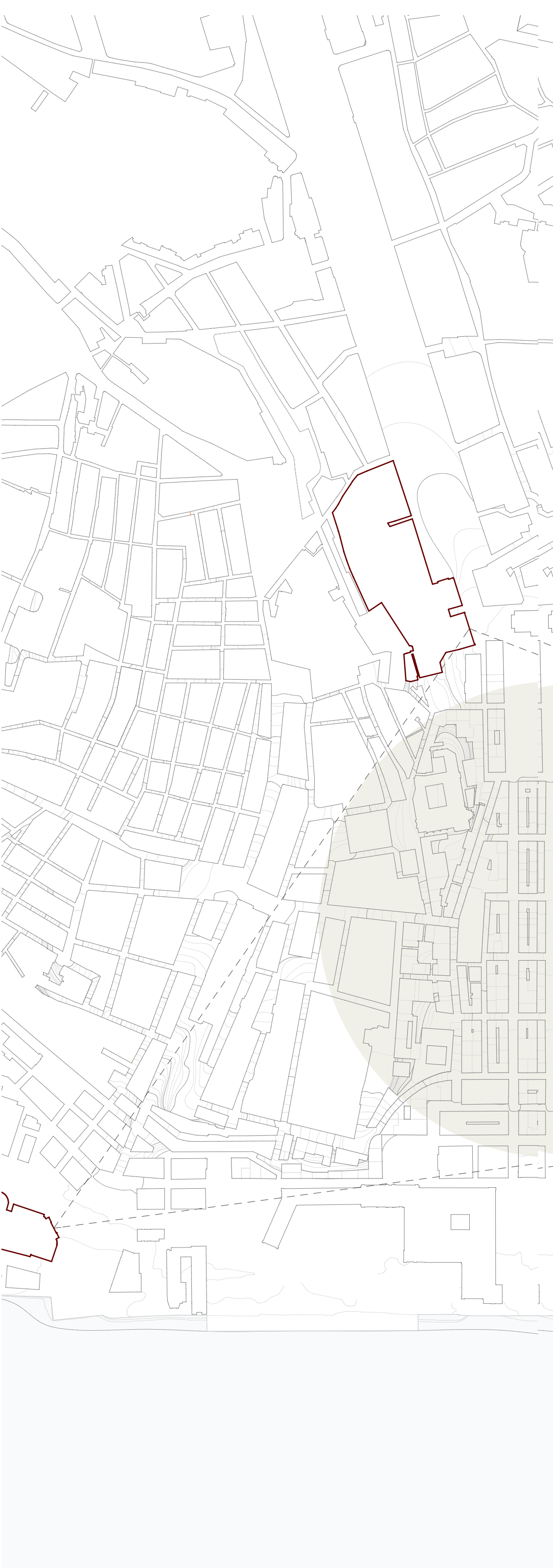
Tinha, assim, como objectivo a construção de um espaço ou de uma instalação que informasse sobre o projecto do arquitecto fotógrafo Duarte Belo.

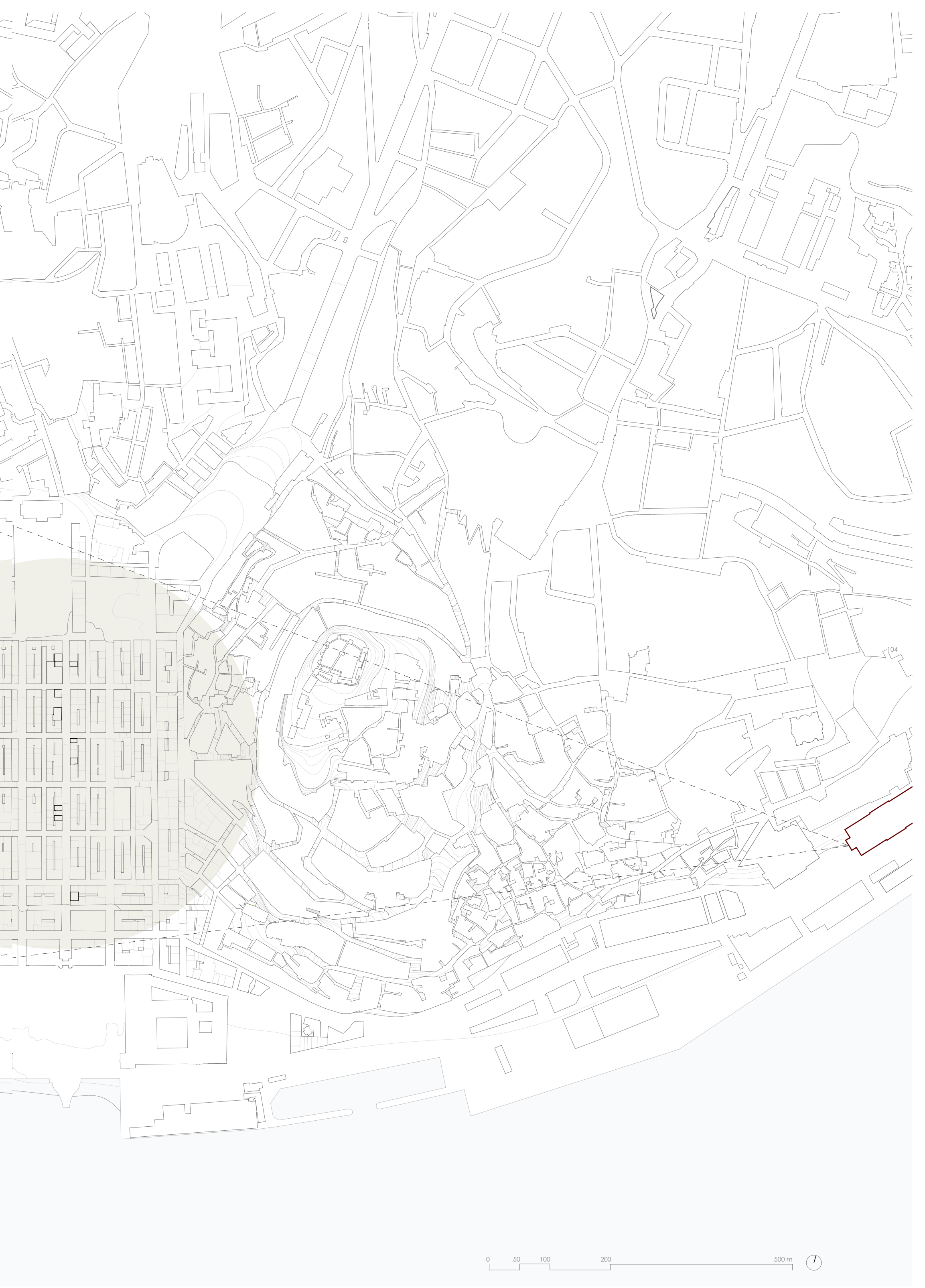
O local de implantação era também de livre escolha. Sendo a zona da Baixa o sítio de implantação do Centro de Investigação, é também aí que se vai situar o posto de informação, aproveitando ao mesmo tempo o facto de ser um local de intersecção das principais vias e estações ferroviárias – Rossio, Cais do Sodré e Santa Apolónia –, de onde se pode partir para a descoberta do território português, o que constitui um elemento de simbologia a acrescentar ao projeto.

Agarrando nessa característica e no facto de o seu principal eixo, a Rua Augusta, ser um lugar muito utilizado por quem vive e trabalha na capital, a implantação do posto de informação nesse eixo apresenta-se como uma boa estratégia de divulgação do projecto Horizonte Portugal.

Principais estações ferroviárias . Interfaces urbanos
01 Estação do Rossio 02 Estação do Cais do Sodré 03 Estação de Santa Apolónia

Zona Central . Zona de intervenção





104



RUA AUGUSTA

Hoje principal rua pedonal de Lisboa, a Rua Augusta é o mais importante eixo de ligação entre dois pólos fundamentais – o Rossio e o Terreiro do Paço.

Numa magnífica calçada portuguesa circulam diariamente centenas de pessoas, por uma diversidade de estabelecimentos que vai desde instituições bancárias a comércio de grandes e pequenas marcas, restaurantes, vendedores ambulantes e artistas de rua.

Ainda a maioria dos quarteirões não tinham sido construídos, já se podiam ver os primeiros vestígios das principais actividades de cada rua da Baixa Pombalina. A Rua Augusta foi destinada para as lojas de lã e seda, apresentando desde cedo um colorido característico.

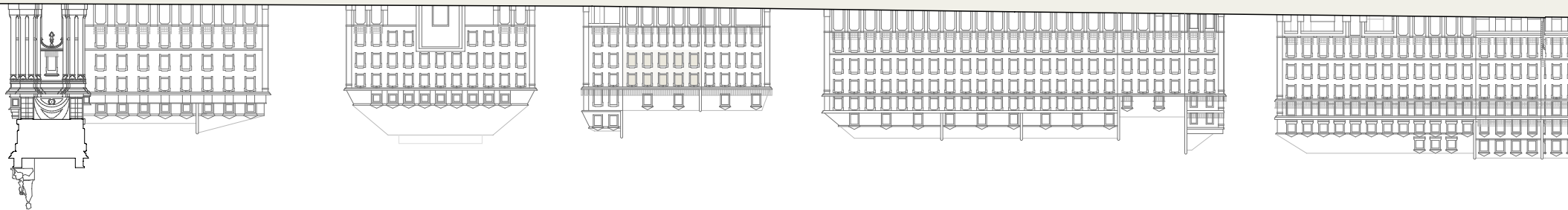
No final do século XIX apresentava já um aspecto movimentado, com a passagem de automóveis, transportes públicos, e de pessoas de todas as classes.

Foi encerrada oficialmente ao trânsito em 1984, dando cumprimento ao projecto de reordenamento do trânsito na Baixa Pombalina. O seu encerramento veio também proporcionar uma grande área de circulação de pessoas e criar as condições necessárias para a sua transformação num grande centro de estar e convívio.

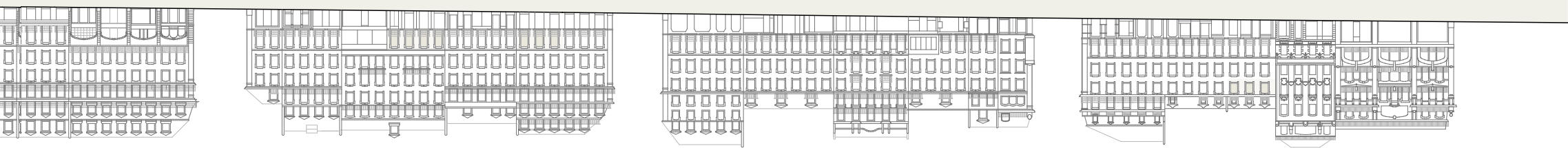
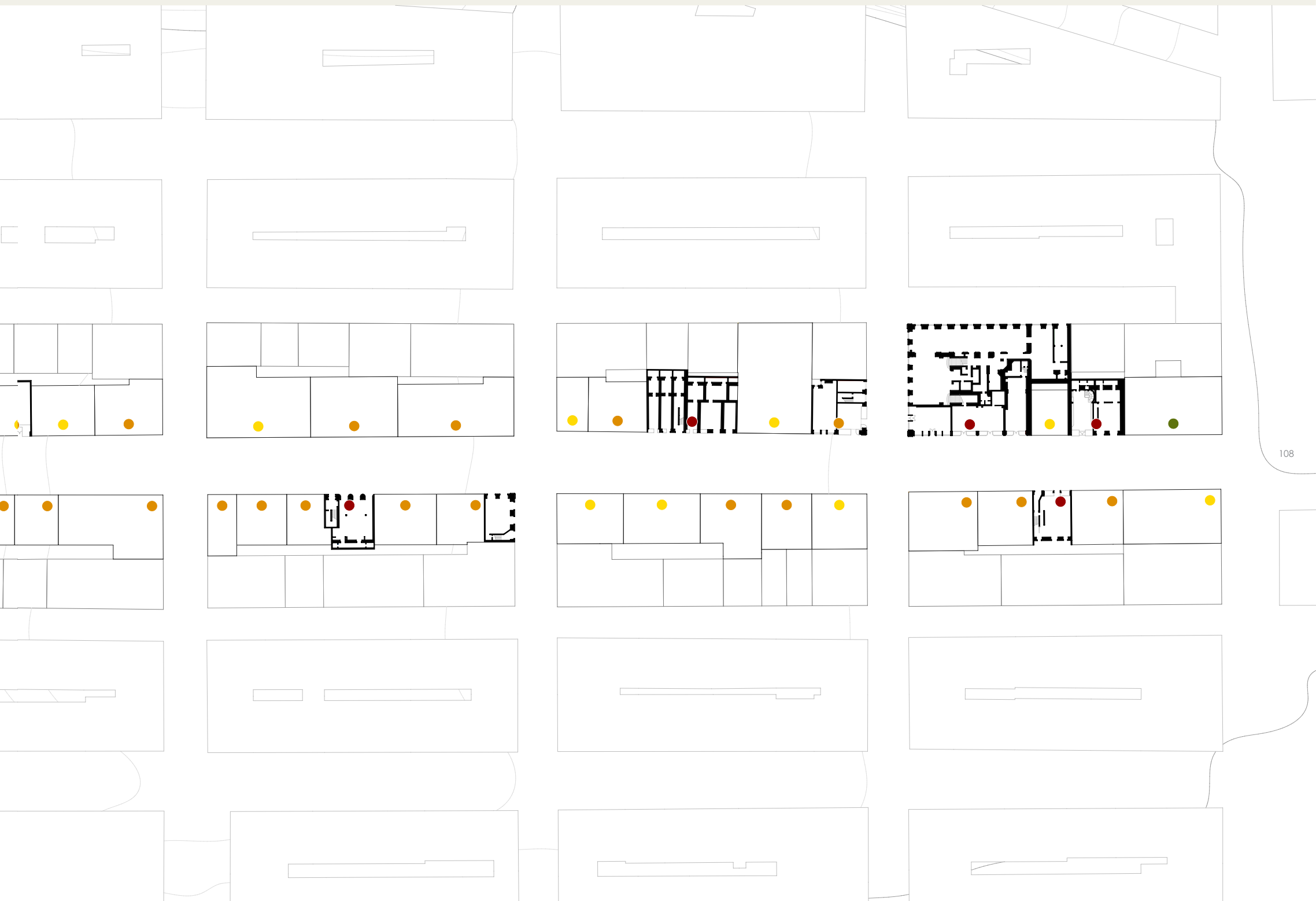
A atitude de abandono e a mudança de usos e de costumes sociais em toda a zona da Baixa tiveram impacto directo a nível de degradação dos edifícios e de todo o conjunto.

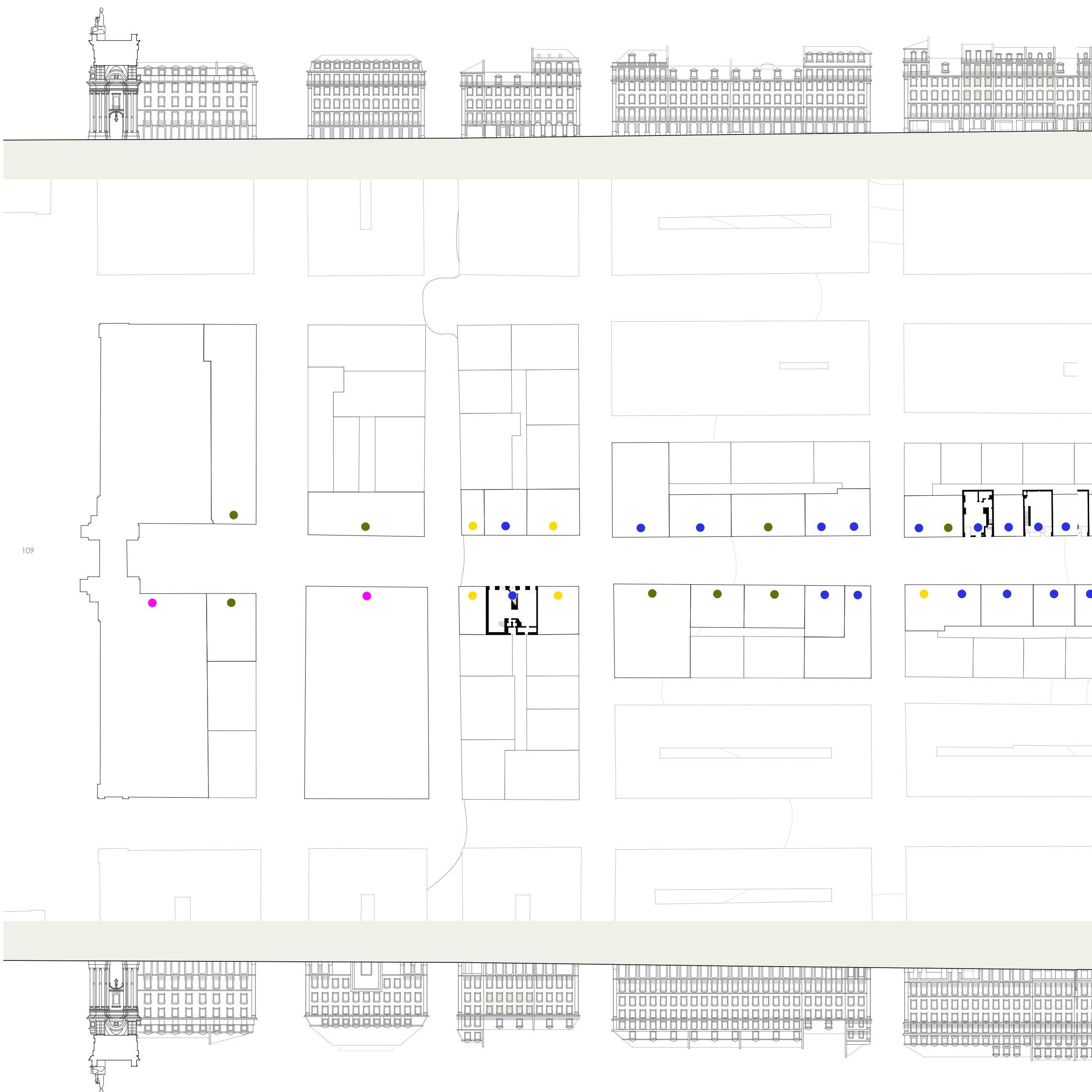
Ao caminhar pela Rua Augusta é visível sem esforço, o mau estado de conservação dos edifícios. Observam-se caixilharias apodrecidas, vidros partidos, revestimentos de fachadas deteriorados, algerozes danificados, instalações técnicas introduzidas de forma inadequada, telhados em avançado estado de ruína.

Estes sinais de degradação são extensíveis ao interior dos edifícios, e agravados pela ausência de obras de conservação, pela realização de obras inadequadas, sendo um dos problemas mais graves a demolição de estruturas portantes, neste caso da gaiola pombalina, que põem em risco a vida de cada edifício.

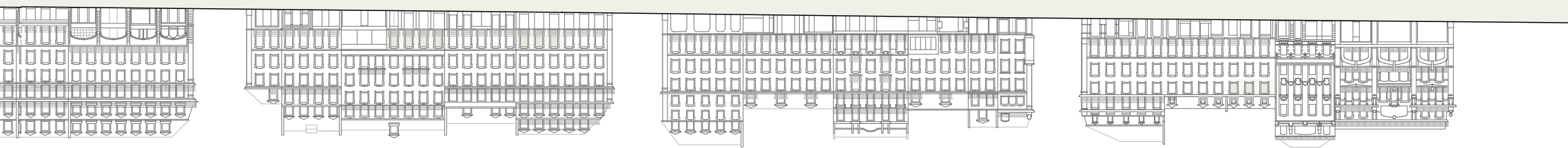
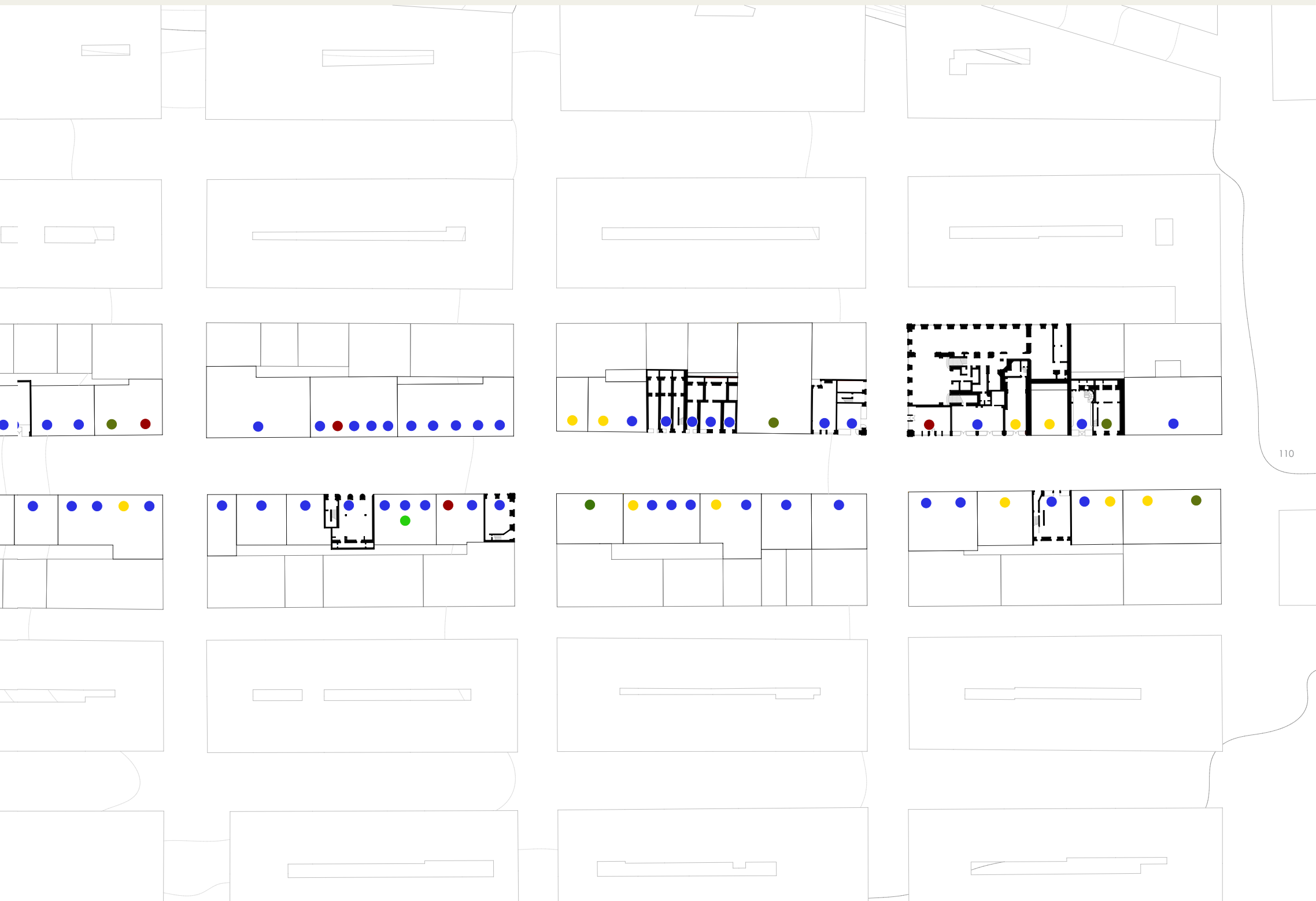


- Ótimo ou em obras
- Bom
- Regular
- Muito mau ou degradado





- Restauração
- Hotelaria
- Financeiro
- Abandonado
- Cultural
- Comercial





POSTO DE INFORMAÇÃO

O principal objectivo do posto de informação é ser de fácil acesso ao público, de maneira a atrair a atenção e a visita do maior número possível de transeuntes.

A Baixa Pombalina adapta-se a essa condição, e sendo esta uma zona muito edificada da cidade é muito importante a posição que se adopta perante a mesma, de maneira a não gerar mais caos do que aquele que já existe. É assim necessário, ao intervir neste local, identificar o que não parece ser correto do ponto de vista arquitetónico e apresentar soluções que sejam positivamente transformadoras, encontrando nele a possibilidade de construir.

Efetuada a análise à natureza e função da Rua Augusta e do estado de conservação dos quarteirões que a compõem, a proposta para o posto de informação passa pela apropriação de alguns dos edifícios, identificados como parcialmente devolutos, para a instalação de exposições temporárias. Por parcialmente devolutos entende-se que apresentem um ou mais pisos abandonados.

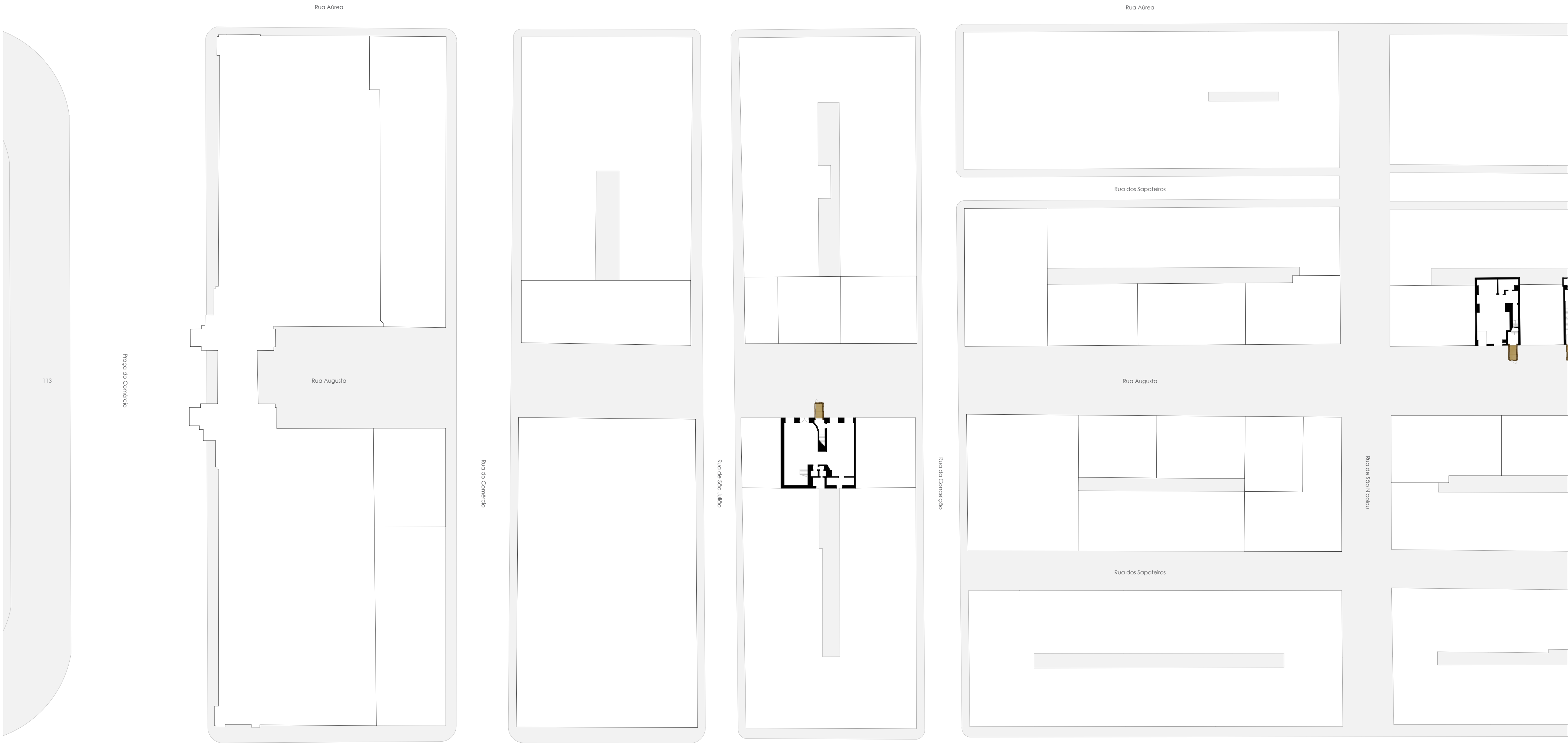
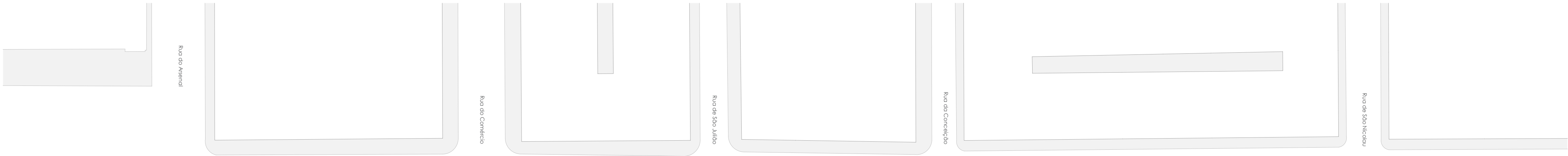
Foi através do contacto com o Arquivo Municipal de Lisboa, que foi conseguido o levantamento das plantas de 10 edifícios da Rua Augusta, onde se propõe que sejam implantadas as exposições. A proposta passa pela ideia de as exposições terem um carácter efémero e provisório e que estejam montadas até à construção do Centro de Investigação.

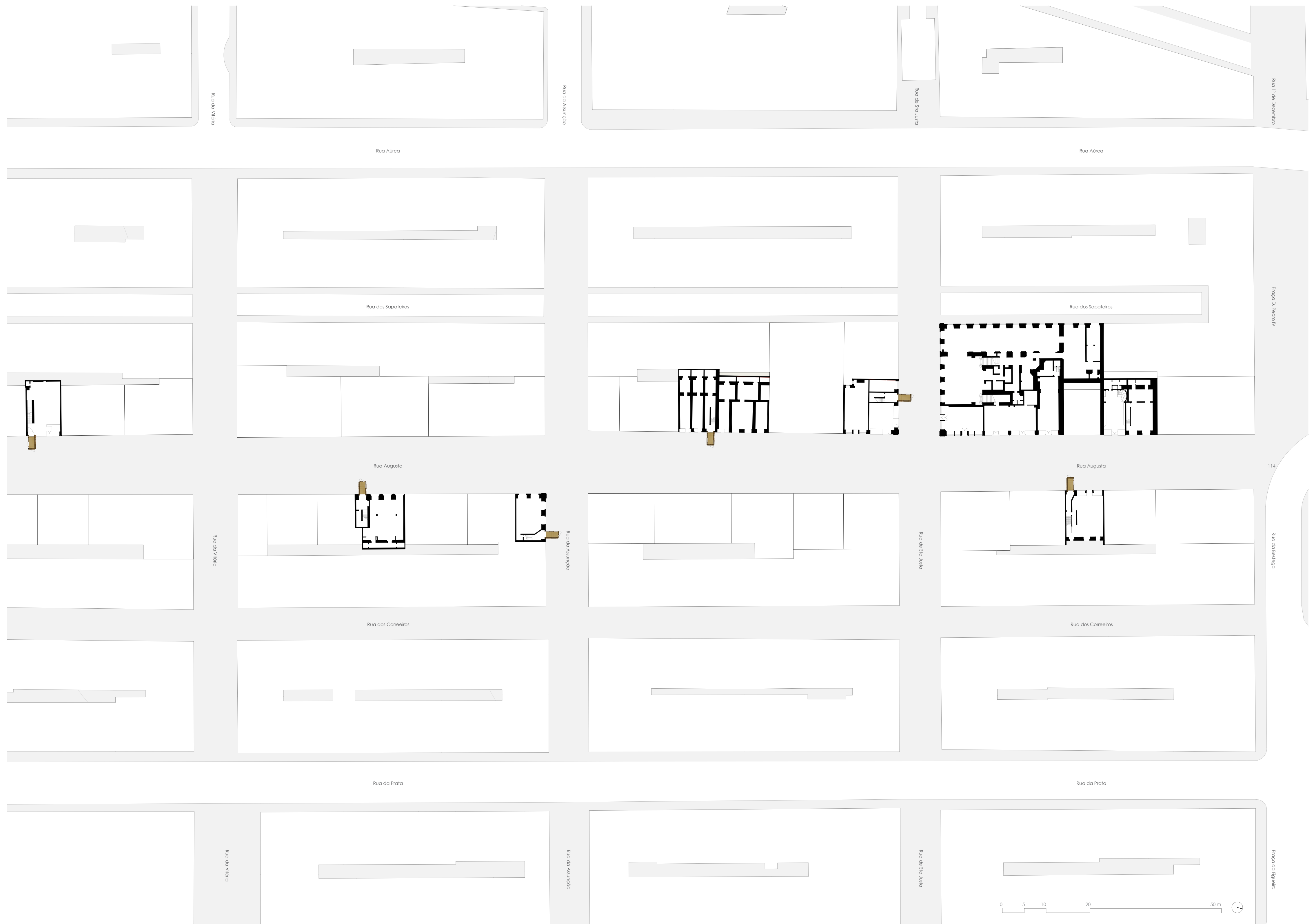
A intervenção nestes edifícios pretende ser reduzida e incisiva, mas ao mesmo tempo transformadora dos seus espaços.

De maneira a atrair pessoas para o interior é criada, para cada edifício, uma antecâmara ao nível do piso térreo. A proposta é que todas tenham a mesma lógica de construção. As dimensões vão depender do encaixe à porta de cada edifício.

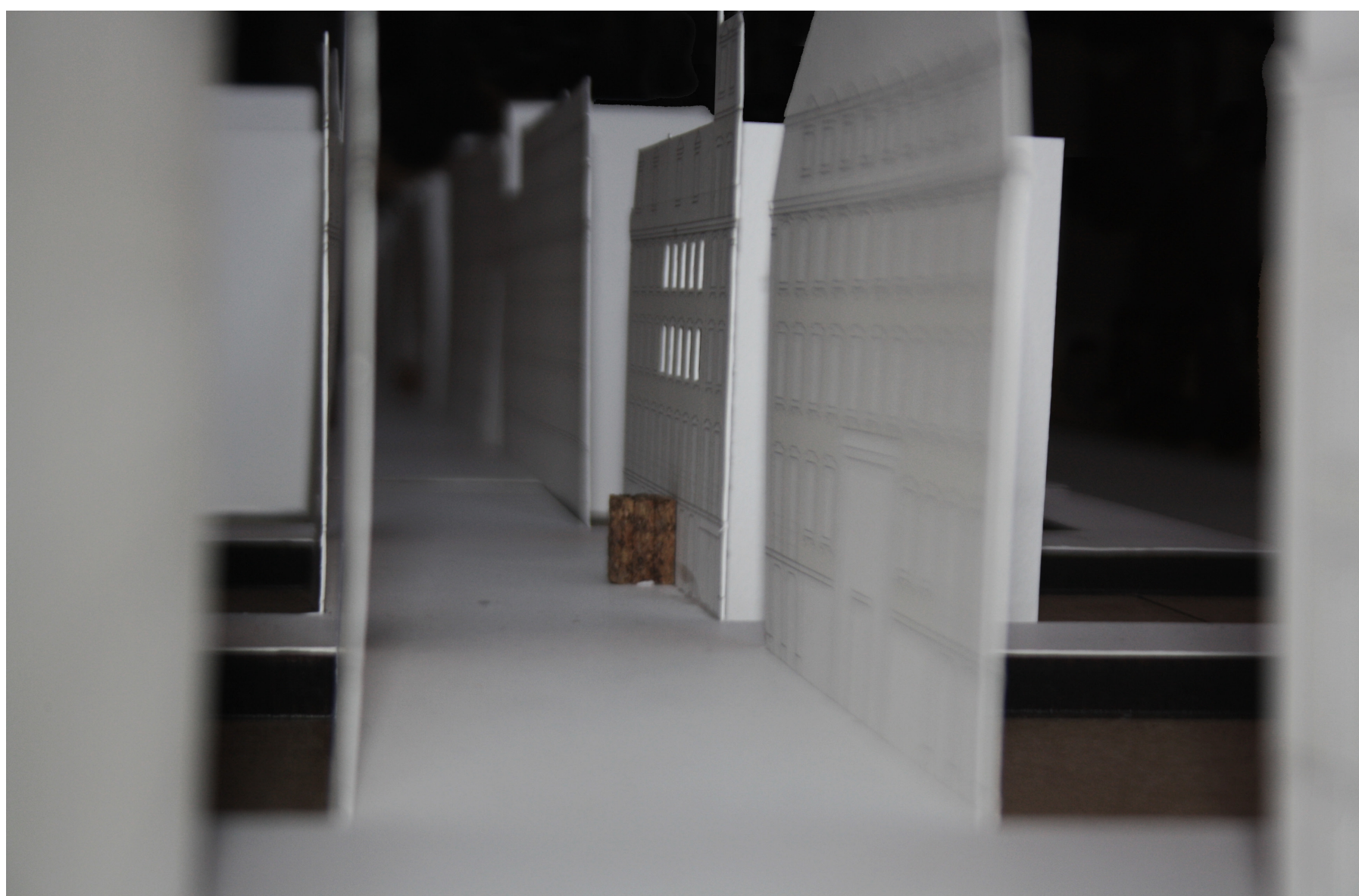
A construção com peças de contraplacado de cortiça negra pretende assumir o papel expressivo do material, tirando partido de todas as suas qualidades isolantes,

térmicas e acústicas, na criação de um espaço escuro e isolado do som exterior. Neste espaço é já identificado o projecto Horizonte Portugal. Através de QRcode é possível, mesmo antes de entrar no edifício e nos espaços expositivos, aceder ao site do projecto e obter alguma informação sobre o mesmo e sobre o tema das exposições acomodadas no edifício correspondente.













PERCURSO EXPOSITIVO

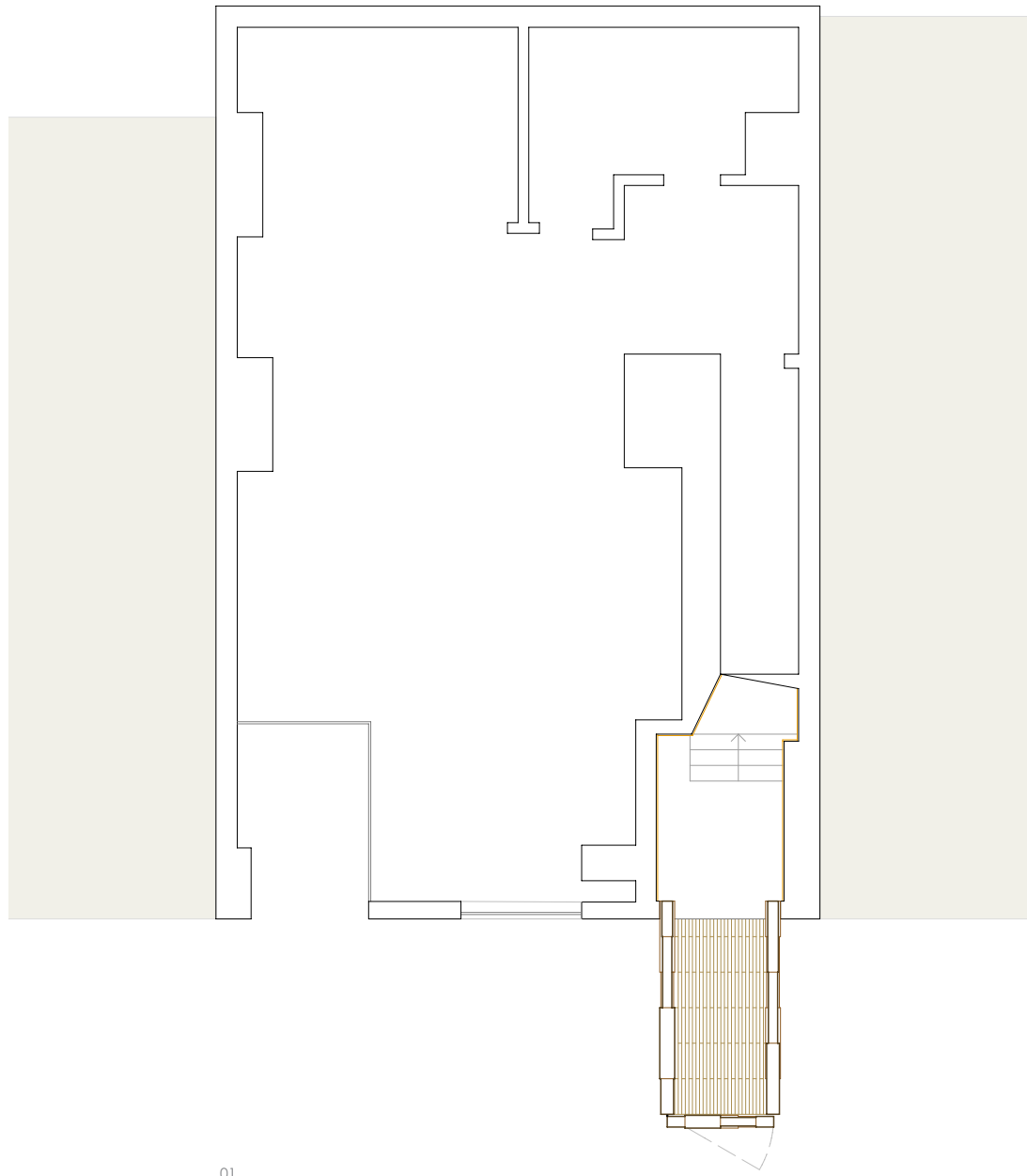
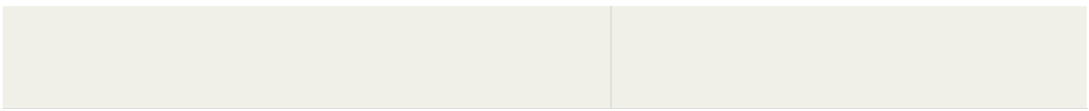
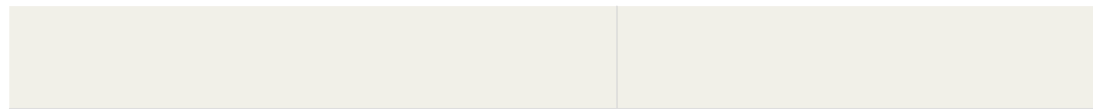
Na entrada do edifício o material mantém-se, mas desta vez em rolos de aglomerado de cortiça branca, com um metro de largura, de maneira a poder forrar as paredes de alto abaixo, tanto no espaço da entrada como na caixa de escadas. Vão aparecer impressas citações ou explicações relativas às exposições que vão estar nos pisos superiores. É à medida que se sobe que se vai descobrindo mais sobre este projecto e sobre os temas que se estão a estudar.

Na chegada às habitações podemos encontrar os espaços como foram encontrados. Na apropriação de um edifício ou de um espaço devoluto, e sendo este de visita ao público, é importante o uso de medidas de segurança. O objectivo é, através da sua limpeza e da sinalização de situações de perigo, que estes espaços se tornem seguros para quem os visita, mas sem que sofram qualquer tipo de reabilitação.

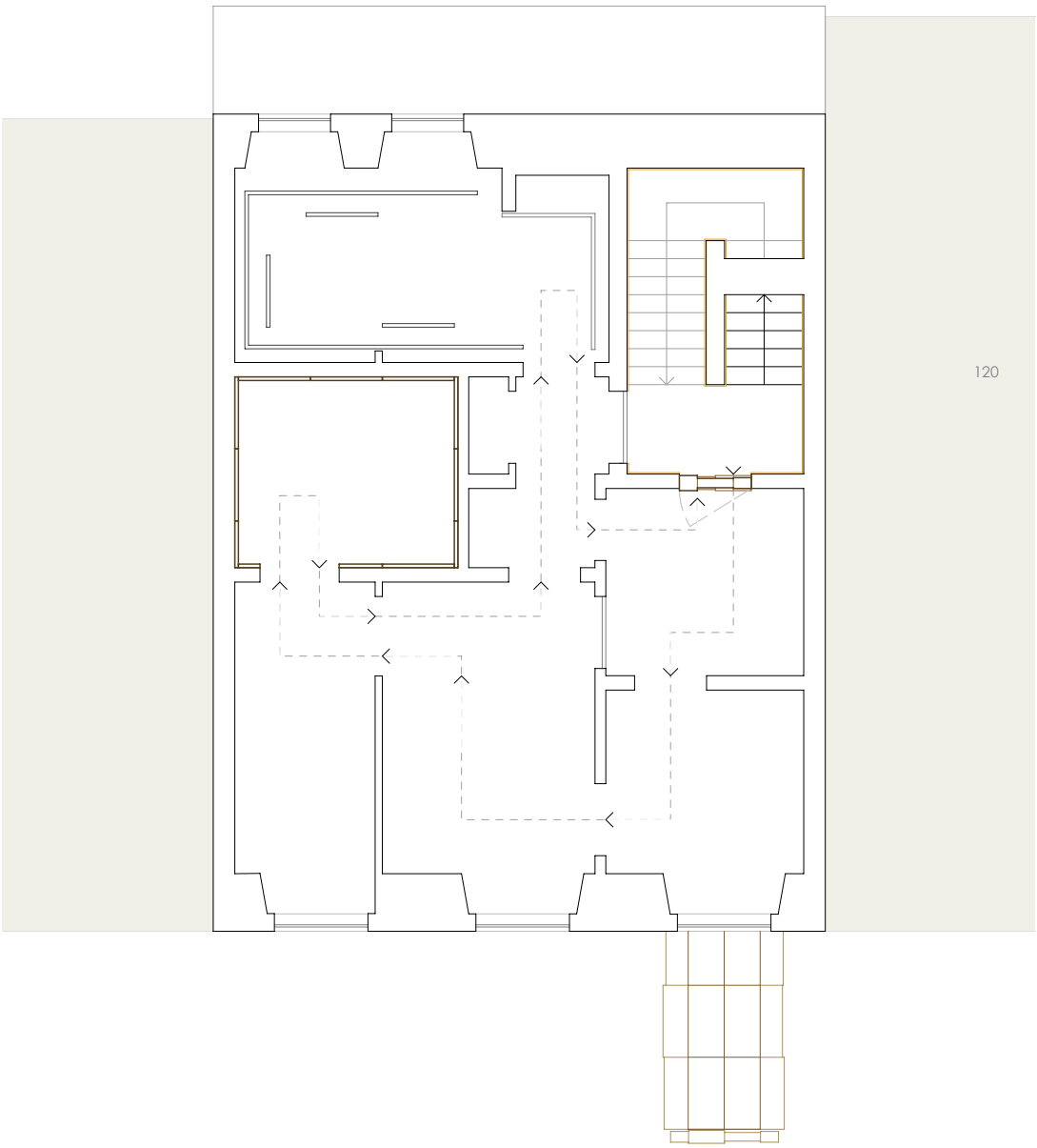
As alterações em cada um dos piso vão ser pontuais e, como já foi referido, pouco incisivas. Assim como a porta do piso térreo é retirada para a inserção da antecâmara, também, em cada habitação, é retirada a porta e substituída por um porta de cortiça, de maneira a que seja fácil a identificação dos pisos de exposição.

Em cada piso há dois espaços que são adaptados. Um, de preferência um espaço fechado, sem janelas para o exterior, é adaptado, através dos mesmos painéis de cortiça negra, para sala de projecções. O outro é transformado numa sala expositiva através da utilização de Barrisol, que o vai pôr em condições, e camuflar o estado de degradação do edifício.

A exposição, apenas feita a partir de fotografia, pretende-se que seja simples, apenas com as fotografias impressas e penduradas, através de um sistema de cabos de aço, no ambiente transformado.

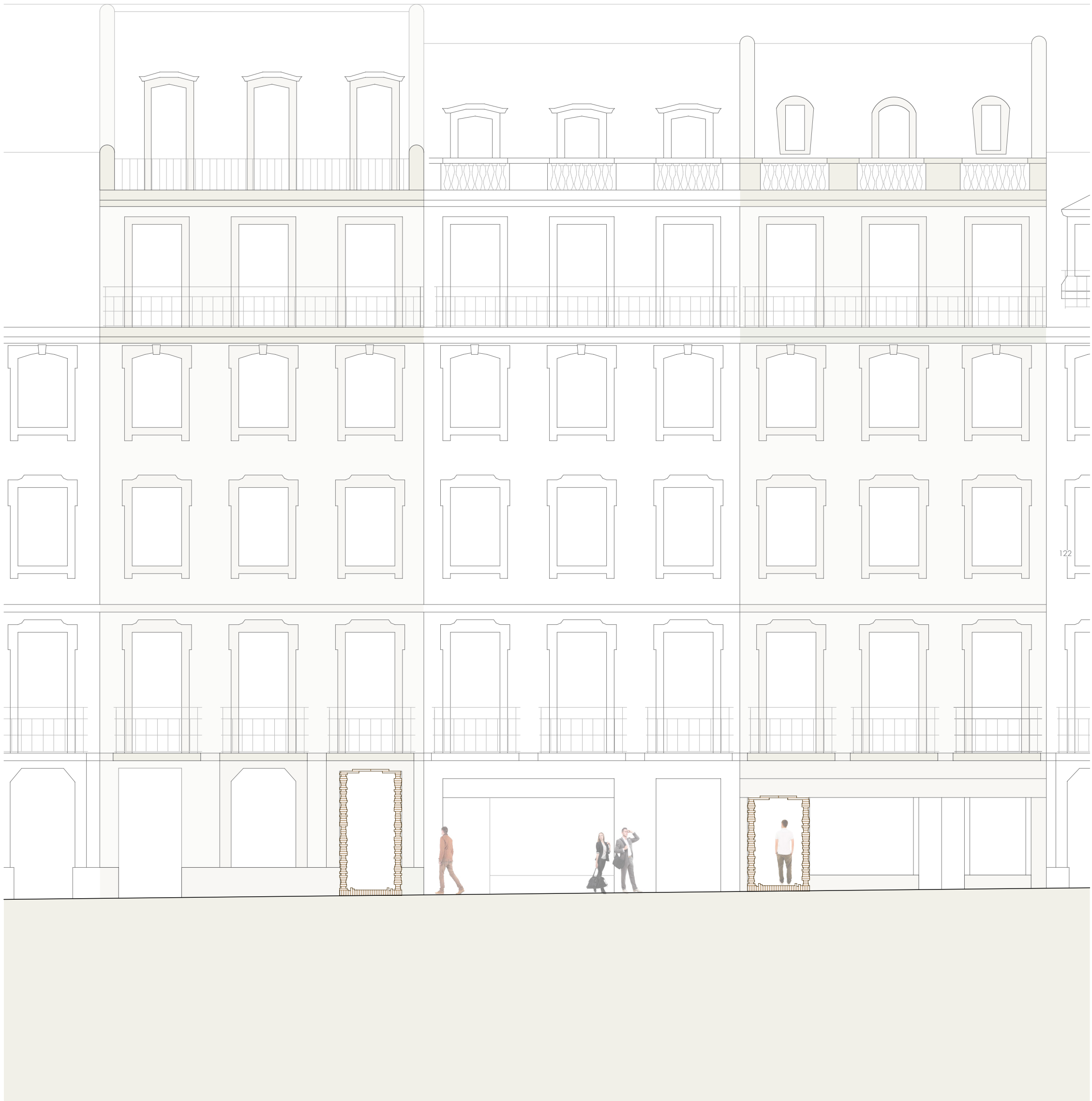


01



120

02



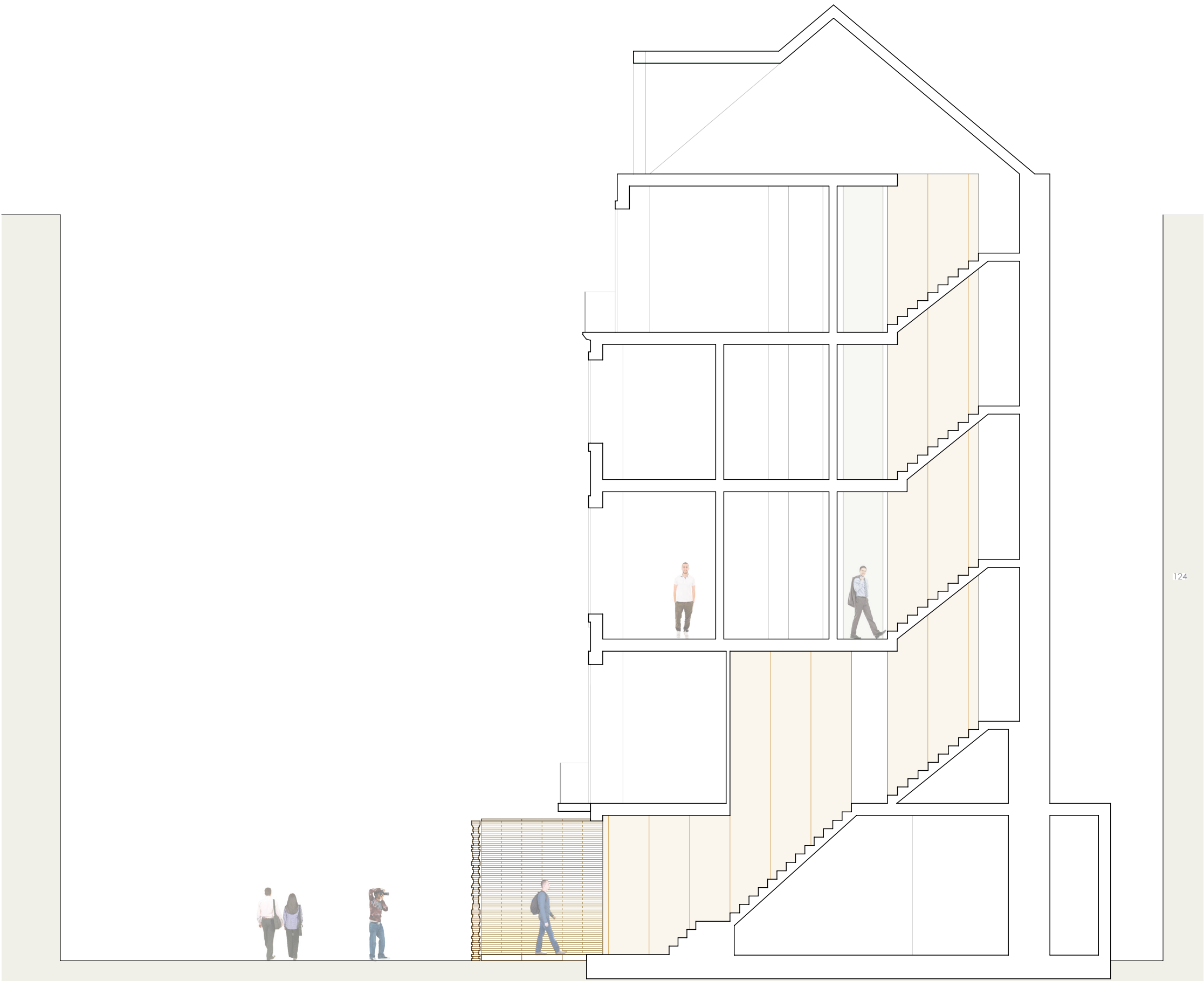




fig.49 Rua Augusta à noite . Margarida Marques Pinto . 2013

Para além de informar sobre o Horizonte Portugal a intervenção tem como objectivo a promoção e sensibilização para a necessidade de intervir no património construído, mostrando aos visitantes o estado em que estes espaços se encontram de maneira a que cada vez mais se tome essa consciência de que é preciso recuperar, restaurar, reabilitar.

Depois do fecho das lojas e com o cair da noite a Rua Augusta fica deserta. Apesar de os edifícios serem, à partida, habitacionais poucos são os utilizados para esse fim. Os espaços, na sua maioria, afectos ao comércio e a serviços encerram ao fim do dia. Nessa altura as grandes fontes de iluminação vão estar no piso térreo e tudo o que está acima dele fica esquecido.

É proposto que durante o tempo em que as exposições estão montadas as únicas fontes de iluminação venham das janelas dos pisos devolutos e das antecâmaras, criando na rua um ambiente nocturno totalmente diferente do de hoje.



fig.50 Fotografia da maquete 1.50 . Quarteirão . Hotel Francfort . Margarida Marques Pinto . 2014



fig.51 Hotel Francfort . Autor desconhecido . Não datada



QUARTEIRÃO . HOTEL FRANCFORT . CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

É em dois dos edifícios assinalados na proposta do posto de informação que se vai instalar o Centro de Investigação do Território, Paisagem e Arquitectura Portuguesa. A proposta passa pela ocupação e a adaptação desses dois edifícios, do primeiro quarteirão da Rua Augusta, ao programa proposto.

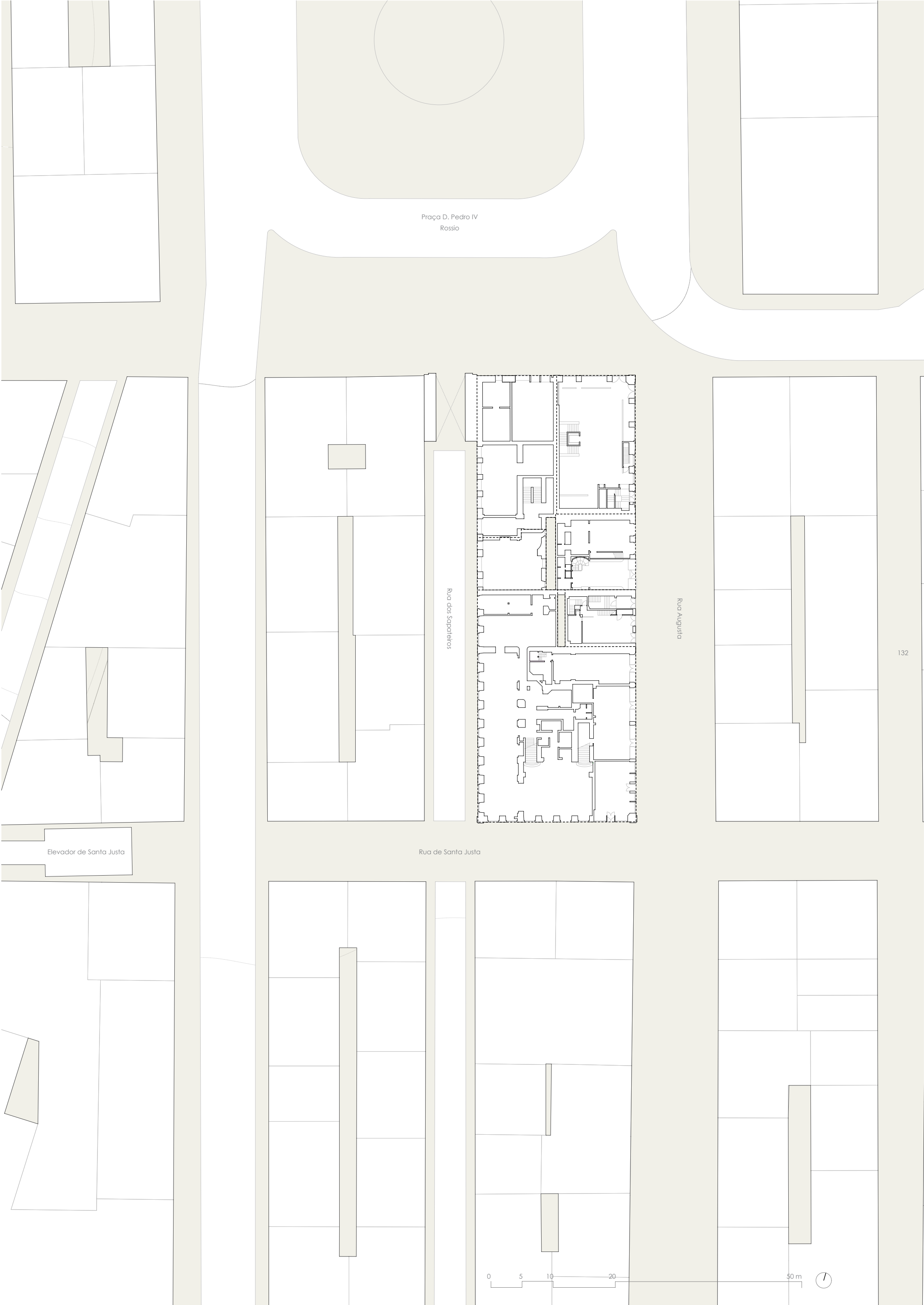
O quarteirão faz frente e é parte integrante de importantes espaços públicos do conjunto pombalino. São eles a Praça D. Pedro IV – a norte –, a Rua de Santa Justa – a sul –, e como já se mostrou, a Rua Augusta – a este.

Não tão importante, e de menor utilização, o quarteirão é virado a oeste para a Rua dos Sapateiros.

A reabilitação dos dois edifícios, parte integrante deste quarteirão, tem como objectivo devolvê-los ao conjunto da Baixa Pombalina contribuindo para a sua recuperação e revitalização.

Tendo como ponto de partida toda a análise feita ao conjunto pombalino e o foco feito ao seu principal eixo, a Rua Augusta, o passo seguinte vai assentar sobre uma análise a todo o quarteirão, em que se inserem os dois edifícios, de maneira a ter conhecimento das suas preexistências e do ambiente urbano em que se inserem.

Na proposta para o Centro de Investigação vai estar presente, como se tem vindo a tentar mostrar, a consciência da necessidade de preservação deste tão importante centro histórico assim como sensibilizar os visitantes para a diversidade e riqueza do património natural, cultural e histórico do país.

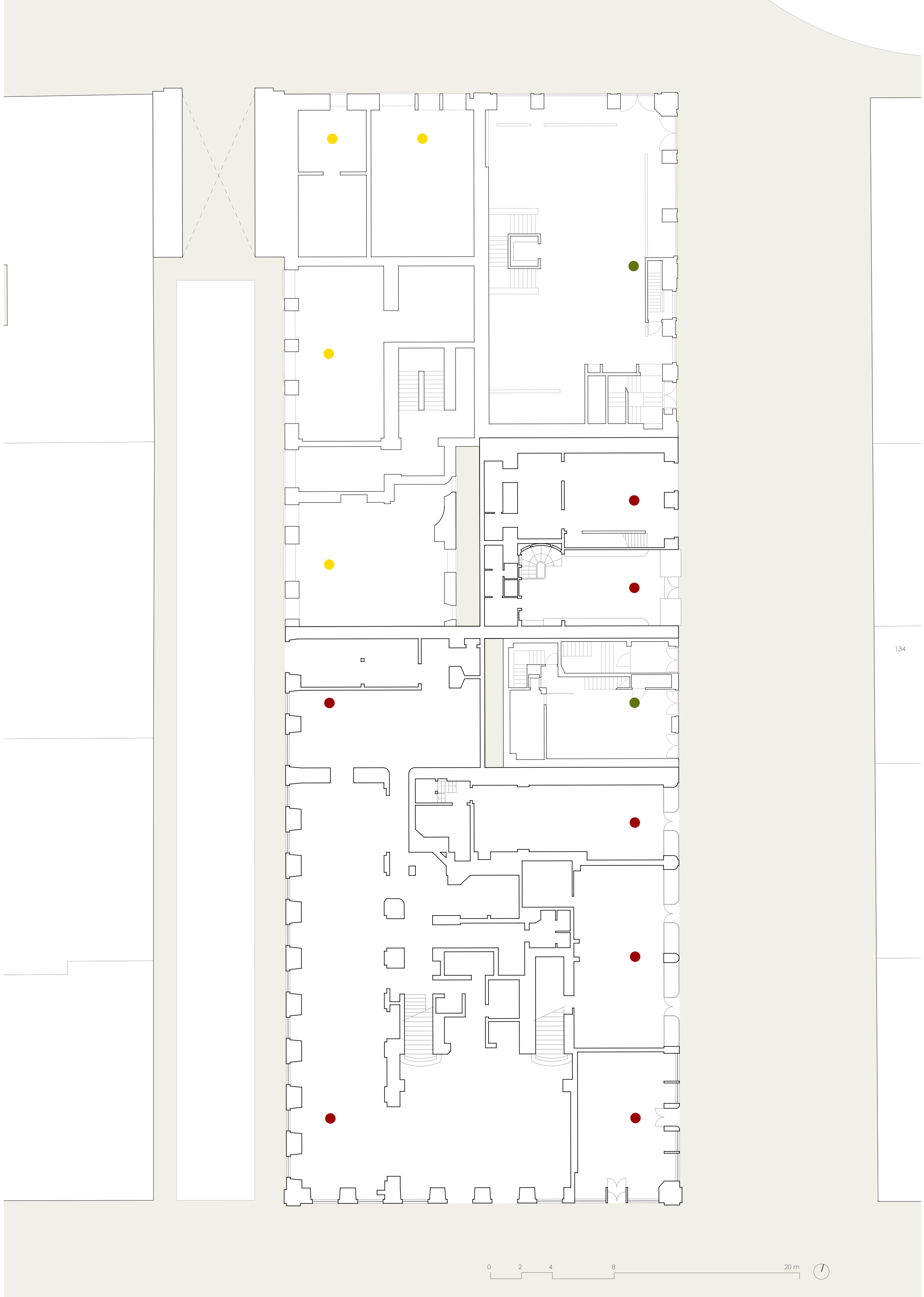


ESTADO DE CONSERVAÇÃO

54,7% da área do total do quarteirão corresponde à área de implantação dos equipamentos do Centro de Investigação. É também essa a percentagem que corresponde aos edifícios abandonados e em mau estado de conservação.

Os restantes edifícios do quarteirão encontram-se em bom estado, sendo que alguns deles já sofreram obras de restauro e de reabilitação.

- Ótimo ou em obras
- Bom
- Muito mau ou degradado



OCUPAÇÃO

Apesar de a área de mau estado de conservação dos edifícios corresponder a mais de metade da área total do quarteirão, a maior parte do piso térreo está ainda ocupado com actividades de carácter comercial, financeiro e de restauração.

As únicas áreas desocupadas, do piso térreo, correspondem à maior parte da área do único edifício que faz frente à Rua de Santa Justa. Toda essa área, à excepção de um estabelecimento comercial recentemente fechado, correspondia à entrada e zonas de serviço do antigo Hotel Francfort. Com o encerramento do hotel toda essa área foi fechada ao pública e está abandonada até hoje.

- Restauração
- Financeiro
- Abandonado
- Comercial

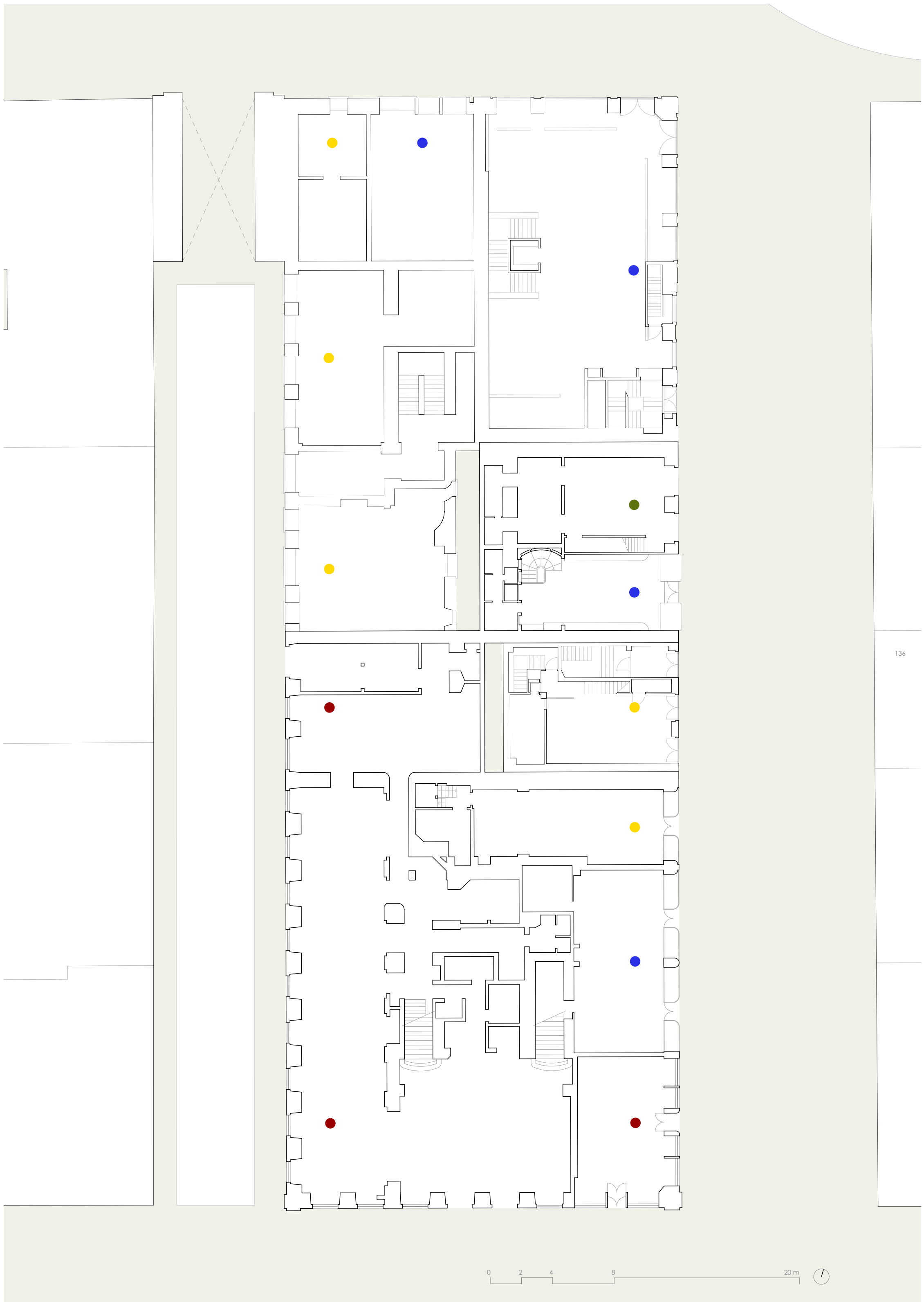


fig. 53 Projecto para a transformação do edifício do Hotel Francfort num edifício unicamente comercial . Eng.
Filipe Palet , 1976

HOTEL FRANCFORT

Inaugurado em 1867, o Hotel Francfort, propriedade da firma familiar A.J. da Silva & C., veio ocupar um edifício onde tinha estado instalado, no piso térreo, o Club Portuguez.

Hoje abandonado, e ocupando cerca de 850 m2 por piso, não sobra – neste edifício de cinco pisos mais mansardas –, nada da estrutura pombalina original, para além das fachadas exteriores.

A construção, agora em betão, fez desaparecer a estrutura de gaiola, e a construção de uma cave acabou com as estacas de fundação.

O saguão também foi substituído, transformando-se num espaço interior.

Os quartos do Hotel organizavam-se à volta de um núcleo de acessos verticais, central, sendo que todos tinham uma ou mais janelas para a rua.

« Estando o edifício localizado na melhor zona da Baixa onde ocupa área importante embora insuficiente, mesmo dentro de qualquer hipótese de ampliação, para de novo poder funcionar como Hotel, está naturalmente votado a uma ocupação comercial mais ampla do que a corrente na Baixa por se tratar da remodelação de todo um grande prédio. »⁸

No ano de 1976 é projectado para o edifício, que então já se encontrava desocupado, uma nova apropriação, comercial. Ao tempo do projecto, este era um edifício que já tinha sofrido transformações profundas, nos seus interiores, que provavelmente, deixaram para trás as suas características iniciais.

Diz-se provavelmente porque na consulta da obra relativa ao edifício – obra 33 do Arquivo Municipal de Lisboa – não estão disponíveis informações referentes ao edifício antes de este se ter transformado num hotel. O que se sabe é apenas

aquilo que já foi referido. Não é conhecido o ano da sua edificação nem as suas características originais. Todas estas informações foram destruídas num incêndio.

Por não ser viável a reocupação do edifício como hotel, a proposta, como já foi referido, passou pela instalação de um edifício totalmente comercial. A ocupação do rés do chão e do primeiro andar é apenas de comércio. Os restantes andares poderiam também ser adaptados, para além de comércio a zonas de escritórios. Essa ocupação iria variar consoante o que se mostrasse de maior interesse na altura da construção.

O edifício hoje continua abandonado e desocupado, apenas, como já foi referido, com ocupações comerciais ao nível do piso térreo. Analisando os dados existentes sobre a nova proposta de ocupação do edifício, de 1976, e olhando para o que é hoje o edifício é possível arriscar, mesmo não tendo a certeza absoluta, pois os dados não são totalmente conclusivos, que o edifício não sofreu essas transformações, mantendo no seu interior os espaços pertencentes ao antigo Hotel Francfort.

Era proposta a transformação das mansardas num piso e o acrescento de mais um em águas furtadas. Apenas olhando para a fachada vê-se que hoje ainda lá estão as mansardas, piso que não é original no edifício, como se pode ver na figura 51. Para além disso ainda estão colocadas as letras de sinalização do hotel.

⁸ Autor desconhecido, 1976 . Obra 33, Arquivo Municipal de Lisboa, processo 796, folha 6







CENTRO DE INVESTIGAÇÃO

Como se viu na análise feita à cidade e nas aproximações à Rua Augusta e ao quarteirão da intervenção, a Baixa Pombalina carece ainda de equipamentos de animação cultural, apesar de já se notar uma evolução positiva nesse sentido.

O comércio abundante é, e sempre foi, nesta zona da cidade um pólo dinamizador de actividade. Mas hoje o papel da cultura tem vindo a crescer e a ganhar uma grande importância na vida da cidade.

Pretende-se, como já foi referido, que a intervenção proposta venha ajudar à revitalização do conjunto pombalino. A construção de um Centro de investigação do território português, em conjunto com os equipamentos de carácter cultural até agora construídos, - dois deles em estudo nesta dissertação – vai trazer uma nova dinâmica, não conhecida nestas ruas até há bem pouco tempo.

Mais do que isso, a sua implantação no mais importante eixo da Baixa Pombalina, vai proporcionar um importante e necessário estudo e divulgação de todo o acervo patrimonial tangível e intangível do território português.

Na escolha do edifício do antigo Hotel Francfort para a implantação do Centro de Investigação notou-se também a presença de outro edifício, no mesmo quarteirão, que à vista exterior se encontrava em igual estado de degradação e abandono.

Embora mais pequeno e de características distintas do primeiro, este edifício vai aparecer como uma oportunidade de adição em relação à que foi apresentada no enunciado do exercício.

Ao intervir em dois edifícios do mesmo quarteirão, surge também a possibilidade de uma intervenção que vai incidir sobre todo o conjunto, estudando novas possibilidades de ligação entre os dois edifícios, que não se tocam, e apenas estabelecem conexão pelo exterior, pela rua Augusta.

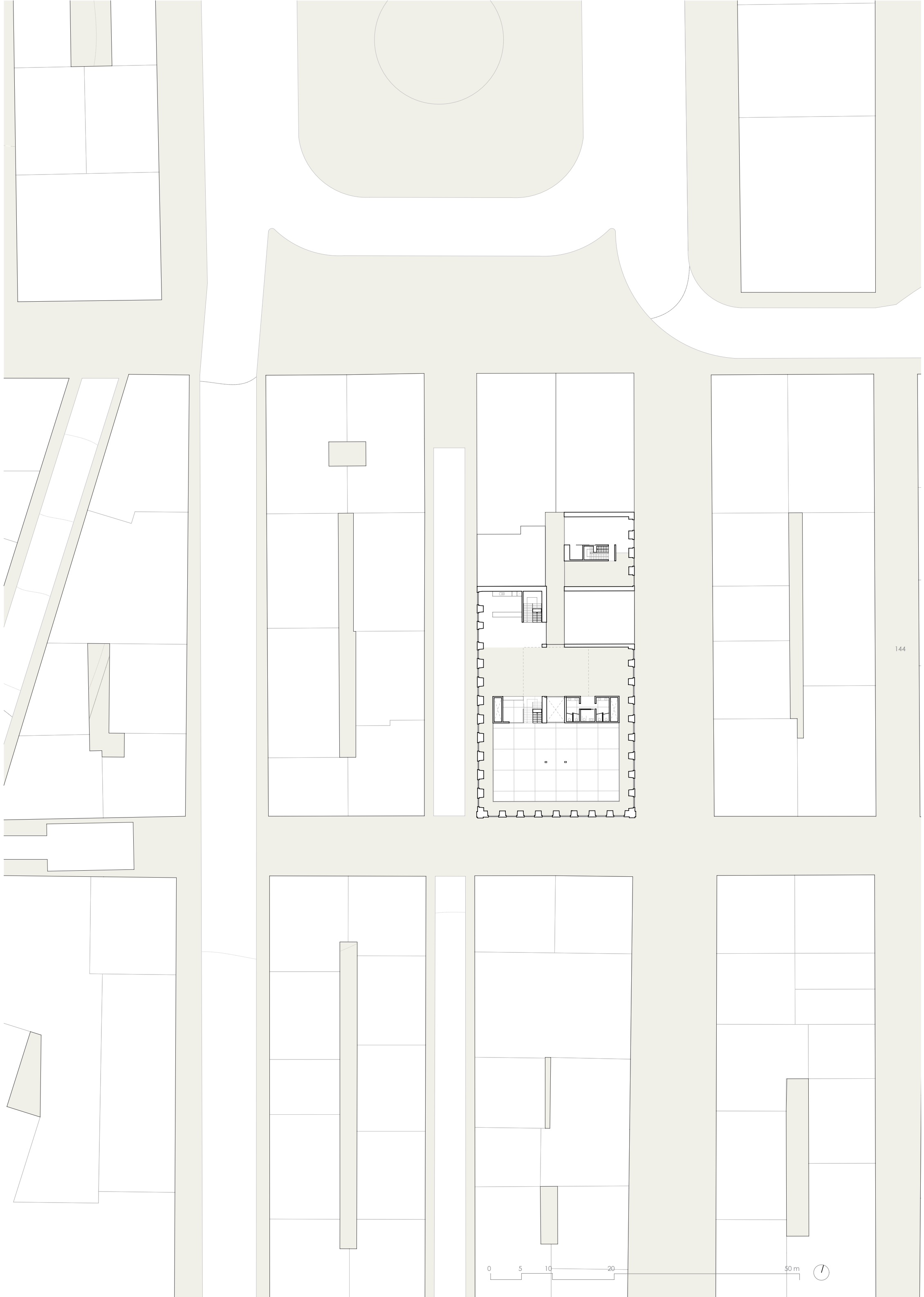
DIVISÃO PROGRAMÁTICA

Para uma melhor identificação dos edifícios, na explicação da proposta de intervenção, passa-se a denominar o antigo Hotel Francfort como edifício A, e o edifício contíguo como edifício B.

O programa vai, então, estar dividido pelos dois edifícios.

O edifício A, maior, vai albergar toda a parte museológica e de arquivo, recebendo todos os espaços de exposição permanente e temporária, de trabalho e investigação , de pedagogia e de arquivo.

O edifício B vai servir como edifício de apoio ao edifício A, acolhendo habitações temporárias para os investigadores do projecto Horizonte Portugal.



EDIFÍCIO A

Todo o espaço de arquivo vai estar no piso subterrâneo.

Um grande núcleo expositivo, situado em todo o topo sul do edifício, vai receber a exposição permanente do projecto Horizonte Portugal e todas as exposições temporárias provenientes das investigações feitas.

Do segundo núcleo, integrado no primeiro, fazem parte as zonas de acesso, de serviço e áreas técnicas. É este o núcleo que vai criar dinâmica no interior do edifício, e por consequência no espaço expositivo, através da criação de plataformas intermédias.

Olhando para o edifício a partir da Rua dos Sapateiros, e mesmo analisando as plantas existentes, é possível verificar que a parte mais a norte do edifício foi possivelmente, antes de transformado em hotel, um edifício separado. É neste 'edifício' que está o terceiro núcleo. Aproveitando parte do primeiro vai acolher as zonas de trabalho e investigação, com biblioteca, espaços de workshop, zona administrativa e ateliers de trabalho.



fig.57 Edificio A . Fotografia maquete 1.50

EDIFÍCIO B

Tal como no edifício A a fachada do edifício B mantém-se, mas por oposição às transformações feitas no primeiro, o segundo vai manter a estrutura e a organização espacial existente, com o núcleo de escadas ao centro.

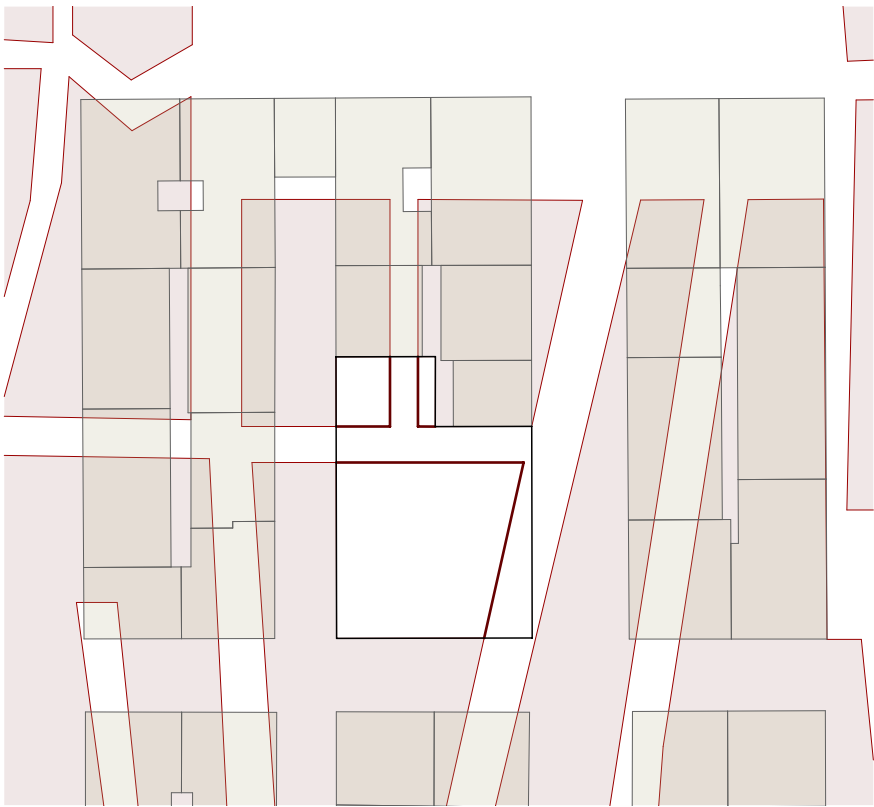
Com já foi referido este edifício é transformado em habitações de utilização temporária, de apoio ao Centro de Investigação. Por isso o primeiro e último piso são adaptados a espaços de utilização comum dessas habitações.

No piso térreo vai funcionar a entrada para os apartamentos, com equipamentos de apoio aos mesmo, como uma recepção, uma pequena cafetaria e uma lavandaria. No último piso, em águas furtadas, é instalada uma sala de trabalho para os investigadores do território português aí instaladas.

Nos restantes pisos, com base na disposição dos espaços existentes são propostos dois apartamentos por piso.

Aproveitando a compartimentação já existente, em cada apartamento vai ter ao centro uma casa de banho que o vai dividir em dois espaços. O espaço com vãos virados para o saguão vai acolher a cozinha. O espaço mais iluminado, virado para a rua Augusta, é onde vai estar a zona de estar ou de dormir. Este espaço oferece a capacidade de se transformar consoante a necessidade de quem o habita.





ATRAVESSAMENTO

Na análise feita no capítulo *Permanências e Transformações – Da Lisboa Primitiva ao Plano Pombalino* chegou-se, no final, à elaboração de uma planta de sobreposição do anterior e do posterior ao terramoto.

Embora seja uma suposição daquilo que poderia ser essa sobreposição há uma particularidade que sobressai. Na zona onde é proposta a implantação do Centro de Investigação está marcado o traçado de uma rua paralela à linha de fachadas dos edifícios que faziam frente com a Praça do Rossio.

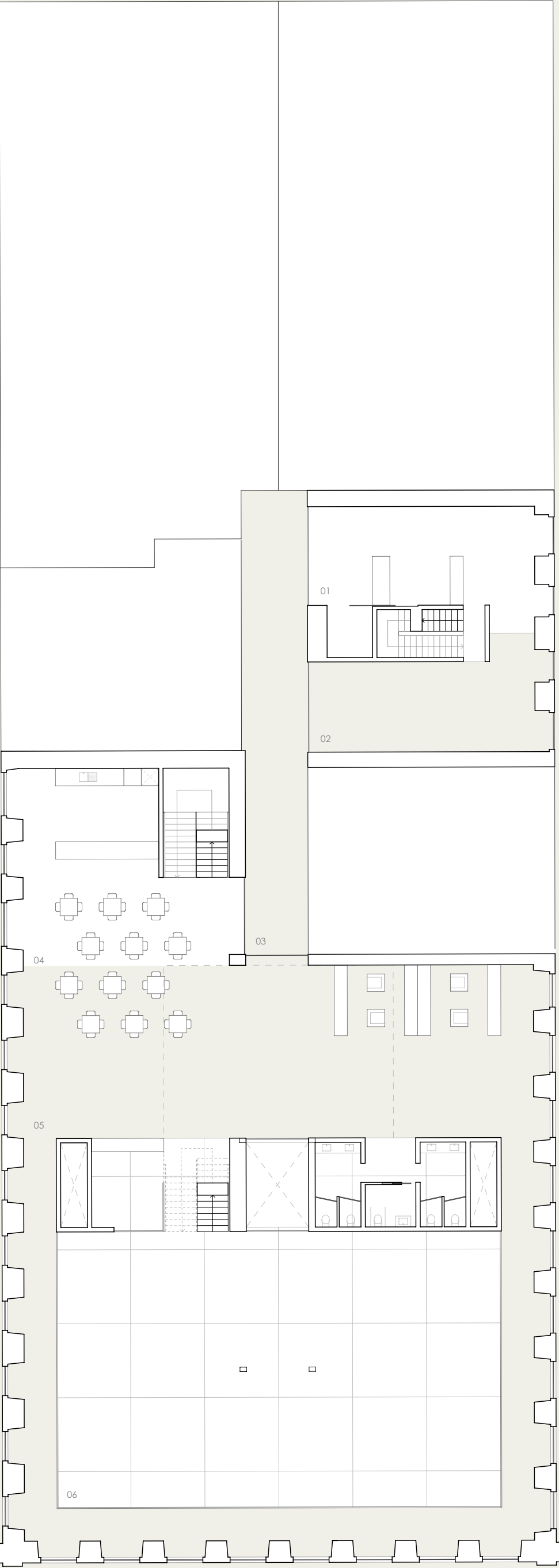
No que é hoje a Baixa de Lisboa essa rua atravessa o quarteirão em estudo no limite daquilo que deveria ser o saguão do mesmo.

Da análise desse desenho nasce a vontade de o adaptar ao actual que por aí passa.

É assim proposto um novo atravessamento, uma nova realidade na história do edifício, que apesar de nova, nesta realidade, vai remeter para a realidade da história pombalina.

Esta possível passagem interior de uma ponta à outra do edifício, que vai levar de uma rua para outra rua do conjunto, vai gerar outros atravessamentos.

- 01 Recepção às habitações temporárias
- 02 Atravessamento edifício B
- 03 Saguão
- 04 Cafetaria . Bookshop
- 05 Atravessamento edifício A
- 06 Núcleo de exposições . Exposição temporária





SAGUÃO

O saguão no plano pombalino foi desenhado e concebido por questões de higiene e de salubridade. A instalação de estabelecimentos comerciais no piso térreo de cada edifício, apesar da dinâmica que veio criar nas ruas, contribuiu também para a descaracterização do interior de cada quarteirão.

Estes não são espaços amplos, pois apenas foram desenhados de maneira a desafogar um pouco o ambiente interior das habitações e de maneira a melhorar, de forma considerável, a vida na cidade. Como já foi referido a implantação do comércio no piso térreo faz todo o sentido, quando este é um piso que não vai conseguir tirar partido dessas vantagens que a inserção do saguão trouxe. Mas a verdade é que este estreito espaço interior é cada vez mais utilizado de maneira indevida.

Os estabelecimentos comerciais invadiram este espaço, criando espaços cobertos de armazém para as suas lojas. Numa tentativa de tentar ver o estado real em que se encontra este saguão percebeu-se que o acesso à cobertura desses espaços e ao saguão, através das próprias lojas, é impossível, o que leva a concluir que não há qualquer tipo de manutenção e o estado em que se encontram traz desvantagens a todo ao conjunto de edifício que dele poderiam tirar partido.

Na proposta para a instalação do Centro de Investigação, num quarteirão com esta tipologia de espaços, é já enunciada uma nova proposta de atravessamento do edifício, que remete para a memória da cidade antiga. Aproveitando esse novo conceito que surge e o facto de a intervenção incidir sobre dois edifícios que têm contacto com o mesmo saguão é lhe, também, proposta uma nova realidade.

Primeiro que tudo é importante que haja uma limpeza dos equipamentos técnicos que invadem este espaço. Hoje existem variadas possibilidades de esconder esses equipamentos, integrando-os em espaços interiores do próprio edifício. Mais à frente é explicado como é que é desenvolvida essa solução nos edifícios do projecto.

Limpo o espaço, é preciso desocupá-lo de construções invasivas. Os outros dois edifícios com vãos virados para o saguão, um deles recuperado há pouco tempo, não ocupam o saguão ao nível do piso térreo. Mas os dois edifícios de intervenção sim.

Através do alinhamento com as fachadas dos edifícios vizinhos, é proposta a reconstrução das fachadas que ultrapassam esse limite.

No edifício A apenas uma é reconstruída, a fachada que pertence ao terceiro núcleo. Sendo importante a permanência das fachadas exteriores do edifício, em relação às interiores já é possível a introdução de alterações que permitam que o edifício e os espaços que nela tocam ganhem novas características.

Relativamente ao edifício B a operação é mais pequena. O alinhamento é conseguido através da demolição do território que os estabelecimentos comerciais do piso térreo ganharam ao saguão.

Com a desocupação do saguão surge a possibilidade de ligar os dois edifícios do Centro de Investigação. É proposto também o atravessamento do edifício B do interior para o exterior do quarteirão. Para a marcação dessas novas ligações e relações, e da entrada do espaço público no interior do edifício e do saguão, o pavimento é alterado e a calçada portuguesa entra para o interior desses espaços.

ESPAÇO EXPOSITIVO

O núcleo, situado no topo Sul do edifício, vai receber as exposições temporárias e permanentes do projecto Horizonte Portugal.

A zona de exposições temporárias vai-se instalar na área do piso térreo. O acesso a esta área expositiva é conseguido apenas através de um ponto, junto à recepção. No entanto, apesar de ser um núcleo fechado, a barreira, para o exterior do mesmo, é apenas física e não visual. Entrando no edifício, ou mesmo ao olhar a partir do exterior é possível visualizar o que acontece nesse espaço.

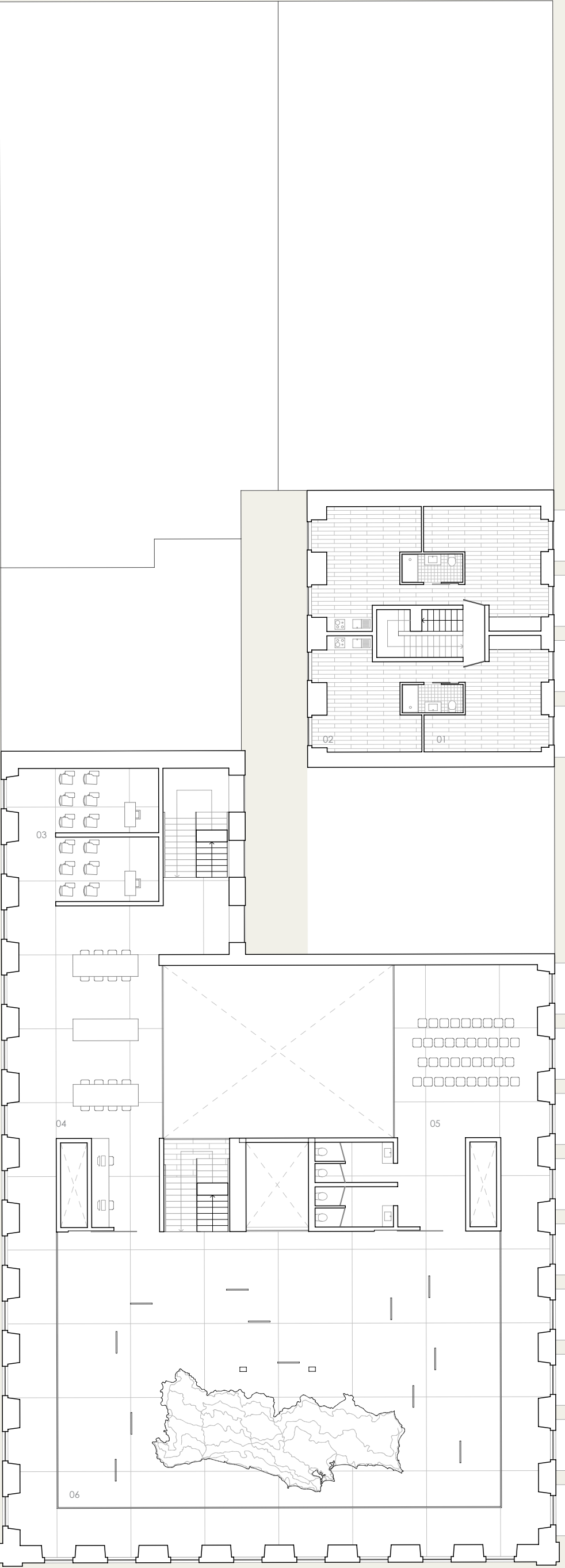
A exposição permanente, surge a partir do primeiro piso, até ao quarto, e vai assentar sobre oito percursos, propostos pelo arquitecto e fotógrafo Duarte Belo, na apresentação do exercício. Os percursos, um deles pelas ilhas dos açores, e os restantes em território continental, vêm sugerir novas conexões no interior do país, e vêm dar a conhecer lugares singulares.

O principal elemento desta exposição é a fotografia. Para ajudar a uma melhor compreensão dos percursos estas vão aparecer acompanhadas de maquetes e de projecções.

A condição pombalina do edifício oferece um elevado número de vãos, que consequentemente transmitem demasiada luz para o seu interior. Sendo este um edifício que vai acolher exposições, surge a necessidade de controlar essa luz excessiva, sem que seja quebrado o ritmo da fachada pombalina.

A solução apresentada passa pelo encerramento deste espaço, tal como acontece no piso térreo, criando uma zona de circulação e outra de exposição. A divisão é feita através de Barrisol, constituído por uma estrutura de alumínio, sistemas de iluminação e telas, que vai dar ao espaço a luz e o ambiente adequados à exposição de fotografias. Para além da função de barreira da luz estes muros podem ser impressos e personalizados, podendo fazer parte dos percursos expositivos.

- 01 Zona de estar ou dormir
- 02 Cozinha
- 03 Espaço de Workshop . Salas de aula
- 04 Espaço de Workshop . Sala de trabalho
- 05 Sala polivalente
- 06 Espaço expositivo . Exposição permanente Horizonte Portugal



PLATAFORMA

No topo oposto ao núcleo expositivo a criação das plataformas vai proporcionar a criação de novos espaços que vão poder servir de complemento aos espaços expositivos. É neles que vão estar os espaços de projecção.

No primeiro espaço da exposição permanente vai estar informação geral sobre o Horizonte Portugal, com uma maqueta grande de Portugal continental, que vai enunciar os percursos que mais acima vão ganhar corpo e desenvolvimento.

É a partir do segundo espaço, a primeira plataforma, que começa a exposição dos oito percursos. Cada plataforma tem dois focos de projecção – um com projecção de fotografias e outro com a apresentação de pequenos documentários, elaborados pelo próprio Duarte Belo – que vão dar informação sobre os percursos que se vão encontrar no espaço seguinte, pertencente ao núcleo sul.

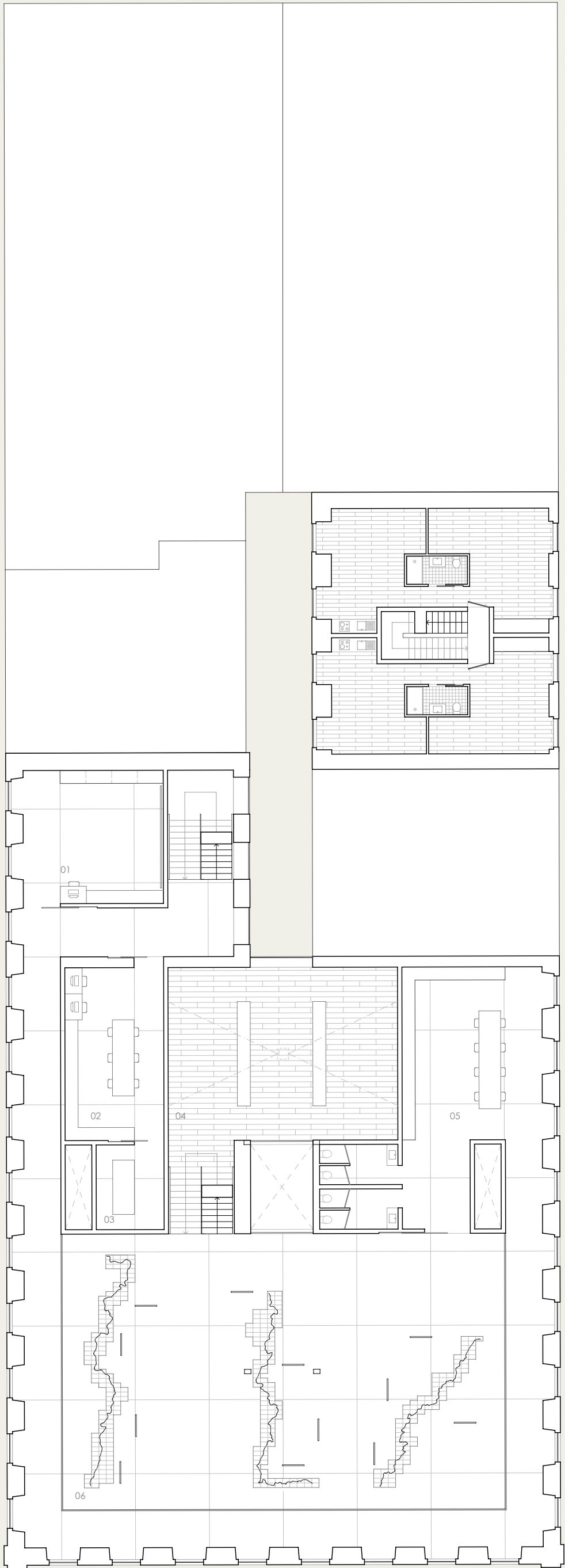
Sendo de primeira ordem manter as fachadas pombalinas, todos os espaços que nela tocam, estão condicionados, pelo ritmo dos vãos. As áreas que podem estar sujeitos a reinvenção são as que apenas tocam no saguão interior do quarteirão. É desta maneira que surgem as plataformas.

O saguão, como já foi referido foi importante e de forte expressão no desenho do plano pombalino. Cada quarteirão tinha marcado um saguão interior que lhe conferia uniformidade. O quarteirão em análise perdeu essa uniformidade ao permitir o avanço dos lotes sobre o saguão.

Com a criação da passagem do interior do edifício A para o interior do saguão, permitindo a ligação com o edifício B surge a vontade da marcação deste interior de quarteirão a toda a altura do edifício. Assim, surgem, nesta fachada, vãos a toda a altura dos pisos e toda a largura do saguão.

Alinhado com os vãos e instalado no núcleo de serviços vai surgir, também a toda a altura do edifício, um vazio onde se vai instalar uma plataforma elevatória. A ideia é que esta assente sobre uma estrutura de vidro, de maneira a permitir que quem se encontra no núcleo expositivo do topo sul, consiga, olhando para norte, criar uma imagem da continuidade do saguão no interior do edifício.

- 01 Estúdio de fotografia
- 02 Laboratório de fotografia
- 03 Sala escura
- 04 Espaço de projecção . Exposição permanente Horizonte Portugal
- 05 Biblioteca temática . Architectua militar e religiosa
- 06 Espaço expositivo . Exposição permanente Horizonte Portugal



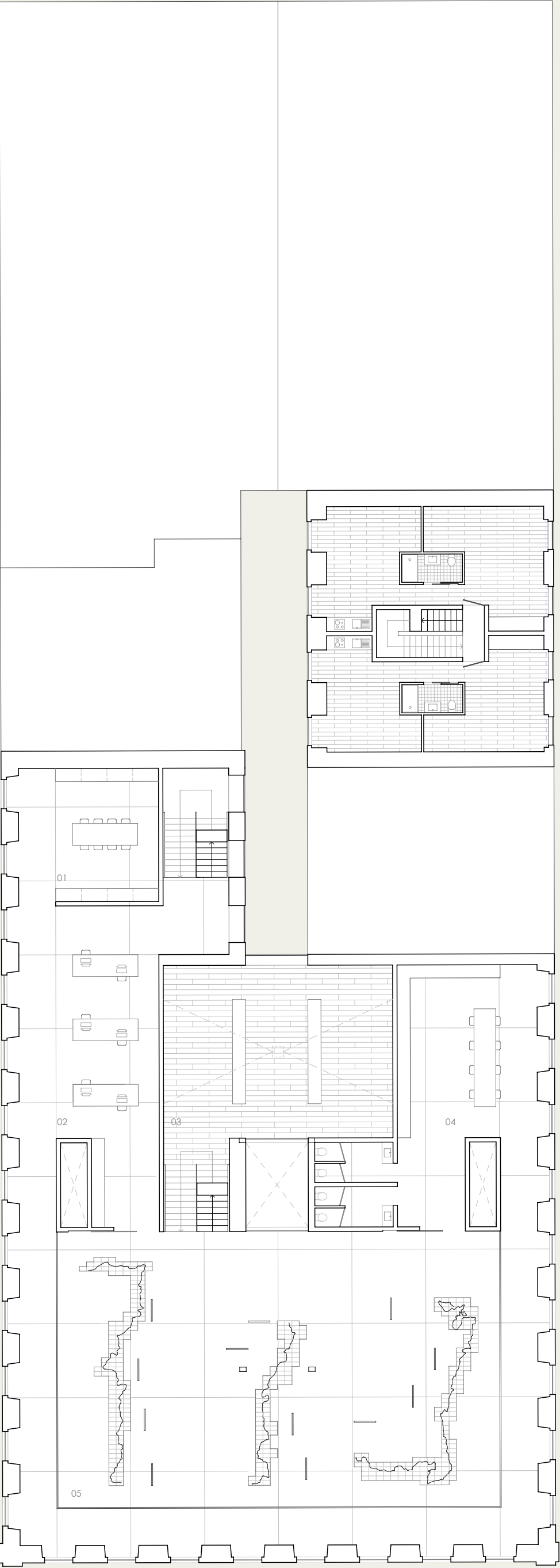
BIBLIOTECAS TEMÁTICAS

Na criação dos dois núcleos expositivos, sendo que o segundo é mais pequeno que o primeiro, nascem dois corpos laterais, um com frente para a Rua Augusta e o outro para a Rua dos Sapateiros.

Virados para a Rua Augusta vão surgir, a partir do segundo piso, três Bibliotecas, uma por piso e cada uma com uma temática diferente. Essas temáticas foram também propostas por Duarte Belo e são elas: Arquitectura Militar e Religiosa, Arquitectura Civil e Espaço Natural

No primeiro piso, o espaço equivalente a essas bibliotecas vai corresponder a uma sala polivalente com a possibilidade da montagem, nesse local, de um pequeno auditório.

- 01 Atelier . Sala de reuniões
- 02 Atelier . Espaço de trabalho
- 03 Espaço de projecção . Exposição permanente Horizonte Portugal
- 04 Blioteca temática . Arquitectura civil
- 05 Espaço expositivo . Exposição permenente Horizonte Portugal



TRABALHO E INVESTIGAÇÃO

No lado oposto às Bibliotecas e aproveitando o edifício contíguo, vai estar, como já foi referido o núcleo de trabalho e investigação.

No espaço equivalente, mas oposto, ao das Bibliotecas, vão estar as áreas mais abertas, na maioria dos pisos de trabalho em 'open space', e o espaço adicionado vai acolher áreas mais pequenas e com maior necessidade de controlo do espaço.

No primeiro piso vai funcionar o espaço de Workshop com uma zona de trabalho e duas pequenas salas de aula.

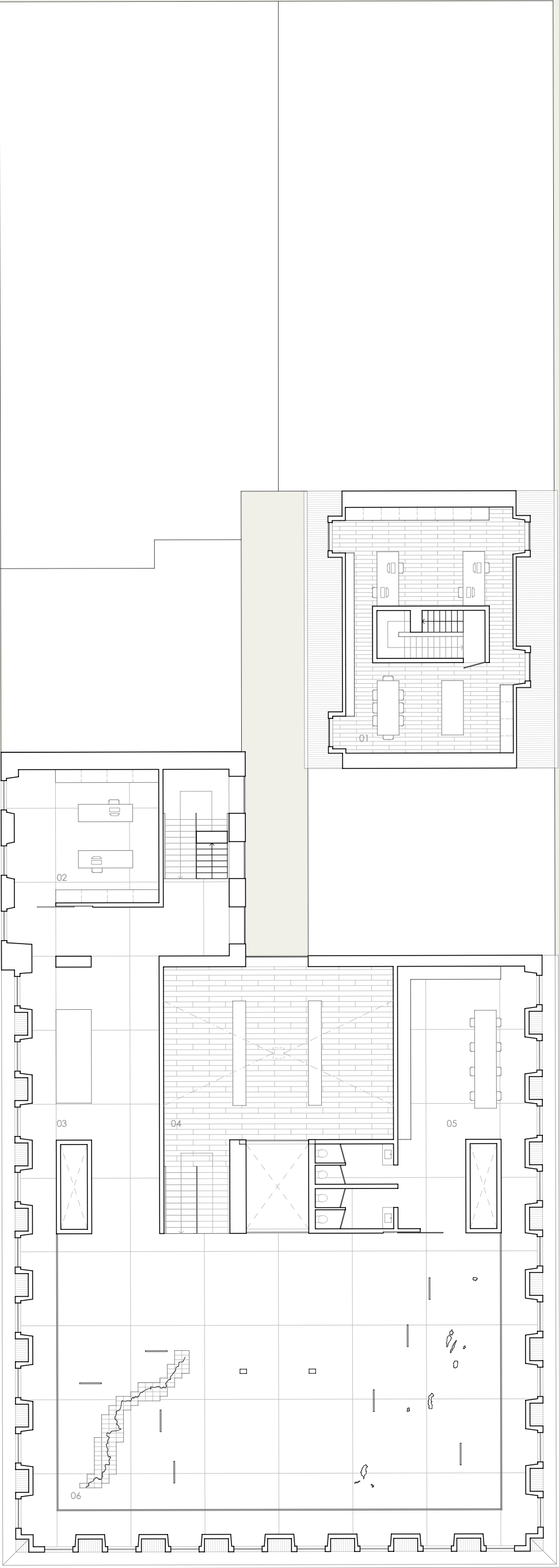
No segundo piso, de excepção, porque os espaços são encerrados, vão encontrar-se os espaços necessários para o trabalho em fotografia: um laboratório, com sala escura, e um estúdio.

O terceiro piso vai acolher a zona de atelier, que à semelhança do primeiro piso tem um espaço, maior, de trabalho e um, mais pequeno, para reuniões.

Por fim, no último piso, piso final do percurso expositivo, vai instalar-se a zona administrativa do Centro de Investigação com um pequeno gabinete.

A passagem do percurso expositivo para estes dois núcleos, das Bibliotecas e do Trabalho e Investigação, é controlada. Em alguns casos para o seu acesso é necessário percorrer toda a zona de circulação à volta dos espaços expositivos.

- 01 Espaço comum . Espaço de trabalho
- 02 Sala administrativa
- 03 Fim da exposição permanente Horizonte Portugal
- 04 Espaço de projecção . Exposição permanente Horizonte Portugal
- 05 Biblioteca temática . Espaço Natural
- 06 Espaço expositivo . Exposição permanente Horizonte Portugal



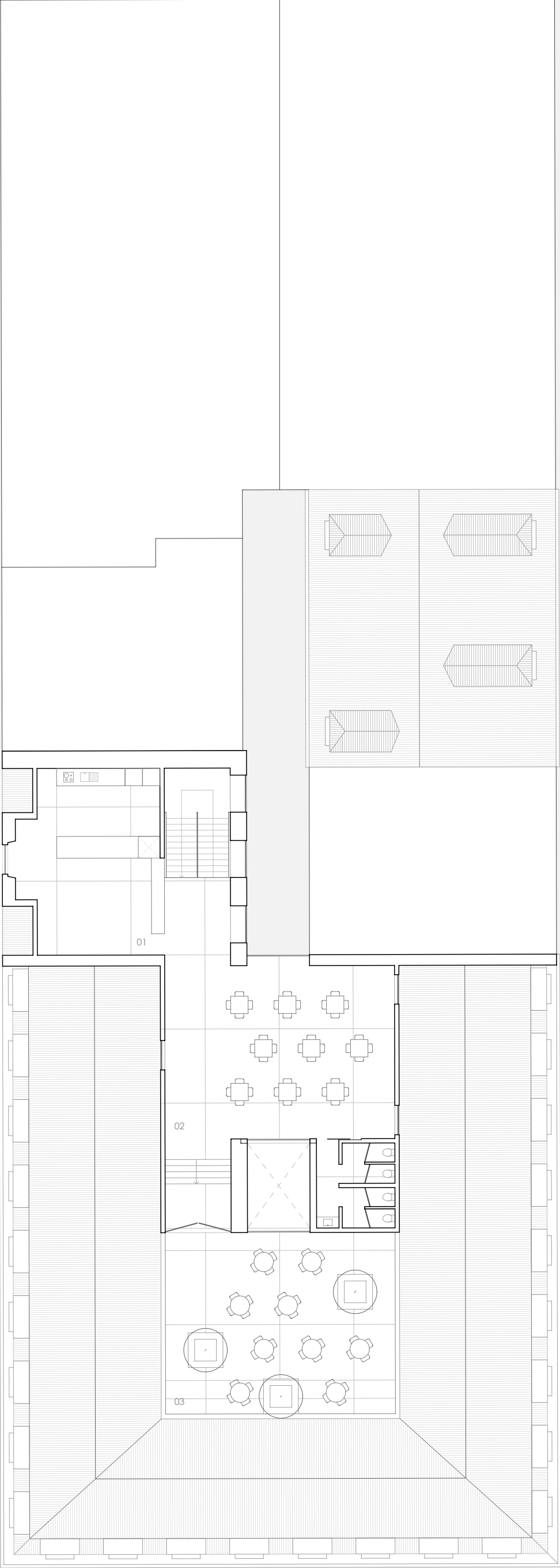
EXCEPÇÃO

O último piso é um piso de excepção. Com características totalmente distintas é possível concluir que este foi um piso acrescentado posteriormente, pelo menos no edifício de gaveto, que surgiu quando o saguão foi encerrado.

Em relação ao edifício da Rua dos Sapateiros as suas características, neste piso, indicam a possibilidade de originalidade, e mesmo que não seja, pois essa informação não está disponível, adapta-se muito bem à linguagem pombalina e dos pisos inferiores.

A junção destes dois corpos do último piso do Centro de Investigação, aproveitando o seu carácter de excepionalidade, vai acolher um bar/ cafetaria, que, através da esplanada exterior, vai garantir uma vista privilegiada sobre o conjunto de edifícios da Baixa Pombalina.

- 01 Cozinha
- 02 Esplanada interior
- 03 Esplanada exterior



ALÇADO

A especulação comercial nos edifícios pombalinos levou à descaracterização da imagem dos pisos térreos. Ao caminhar, principalmente pela Rua Augusta, é visível a maneira como os estabelecimentos comerciais aparecem desenquadrados da linguagem pombalina ainda presente na maior parte dos pisos superiores.

Essas alterações feitas ao nível do piso térreo foram das principais transformações que tiraram à Baixa o encanto da sua originalidade.

É, assim, proposto no edifício de intervenção, apenas na fachada que faz frente para a Rua Augusta, – única onde esse tipo de especulação ganhou força e sinais óbvios –, o retorno à estrutura inicial, redesenhando os vãos, e tendo sempre como base os desenhos originais pombalinos.

O edifício volta a ter a uniformidade e harmonia tão características do plano de Pombal.



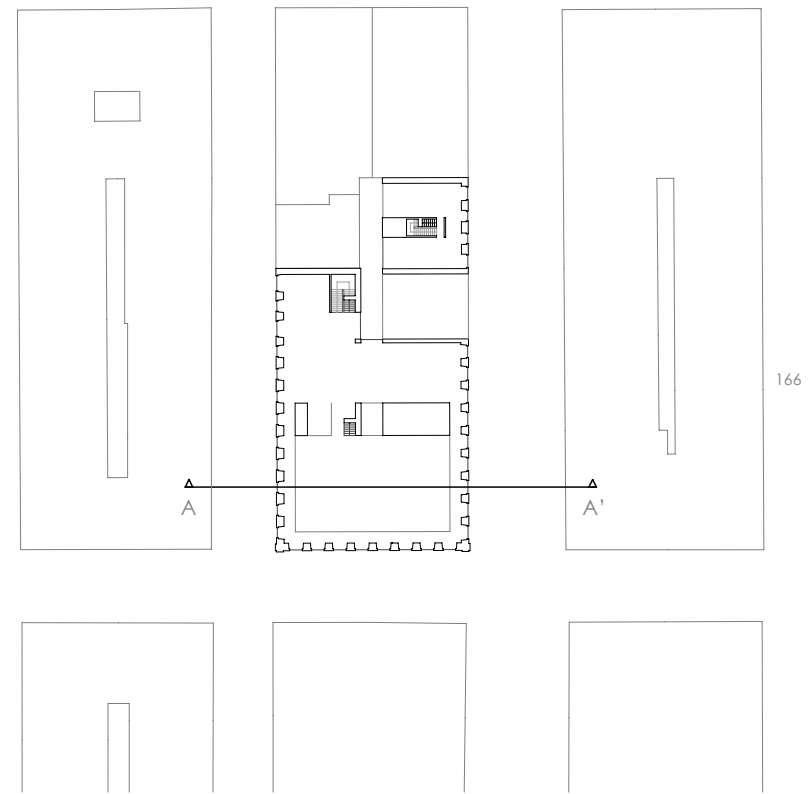
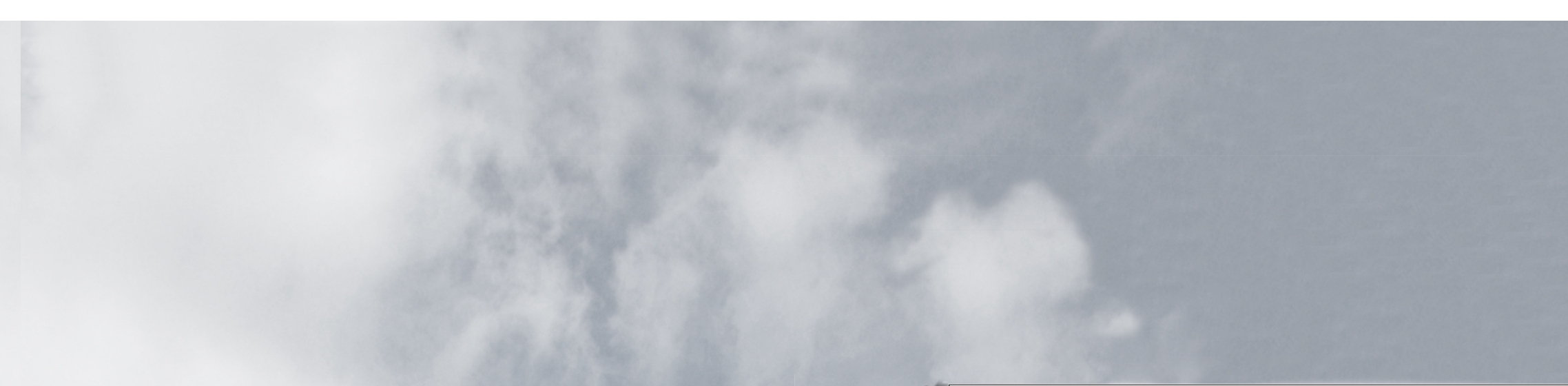


164

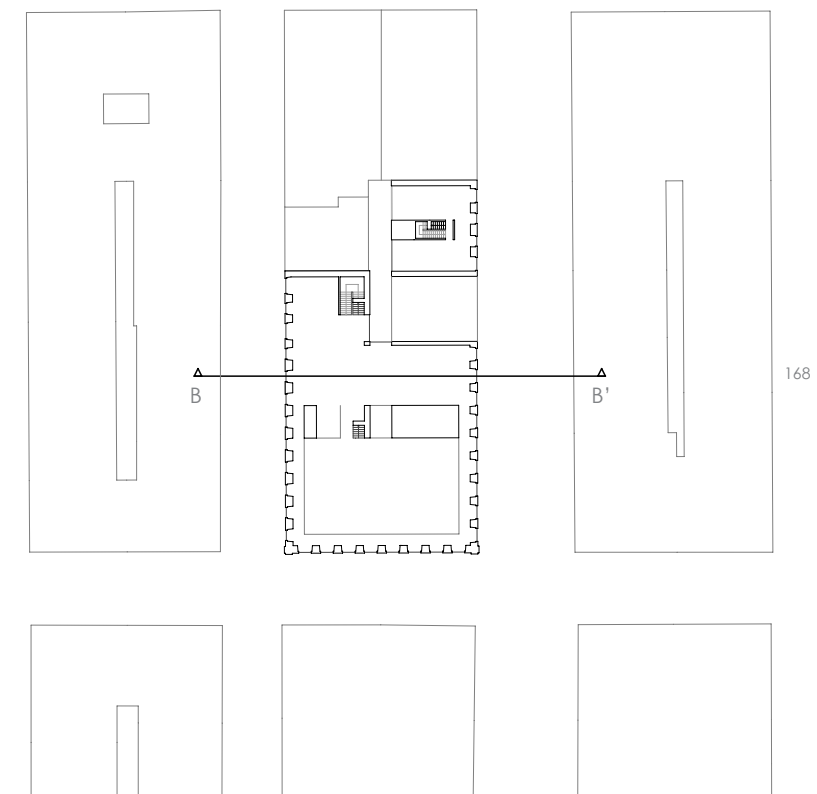
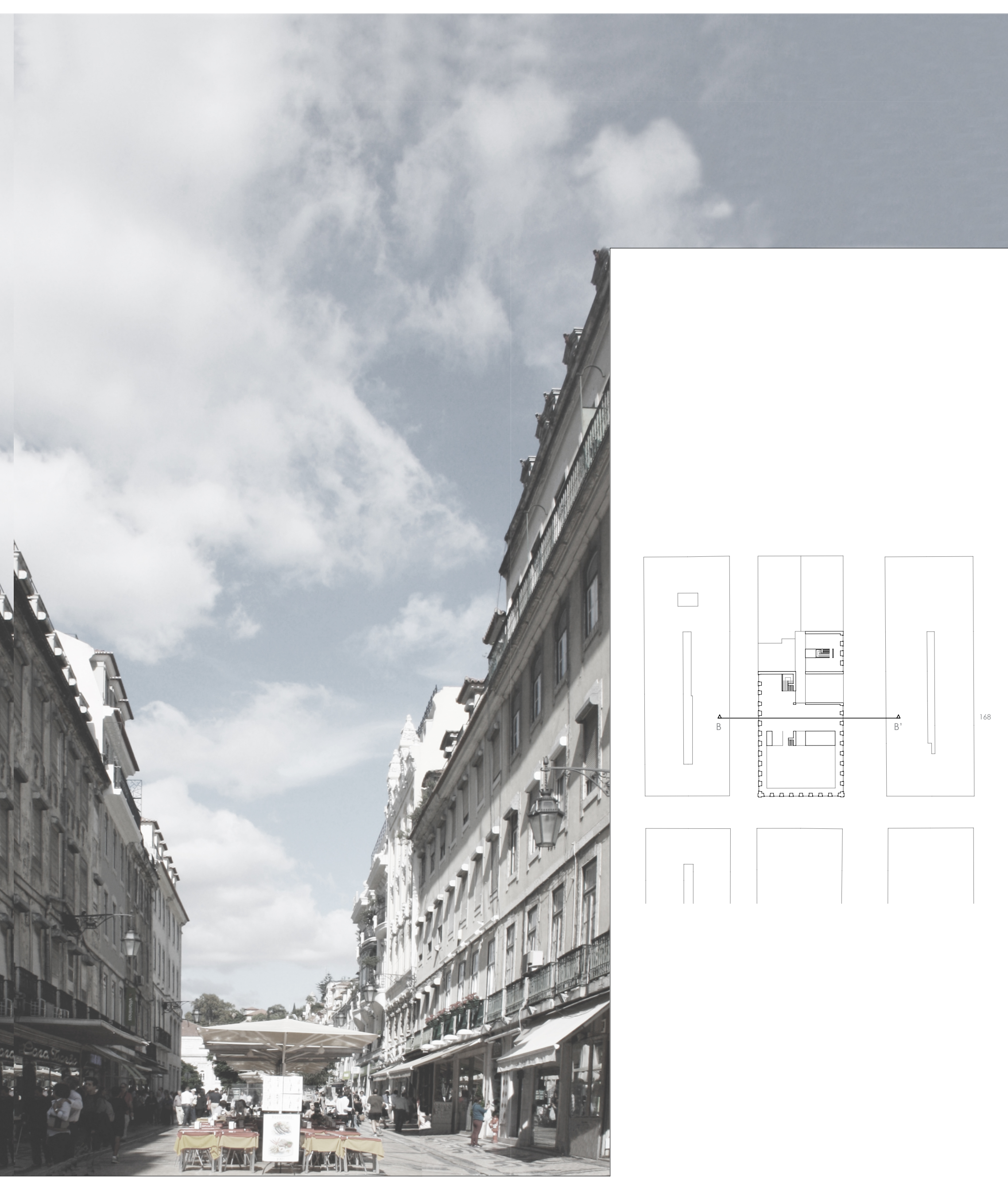
ABRIR >

0 2 4 8 20 m









ABRIR >









REINVENÇÃO

(Reinventar) « Criar de novo alguma coisa; tornar a inventar. »⁹

Os temas que surgiram na interpretação de cada caso de estudo, são temas que resultam, apesar de em alguns casos aparecerem em contextos distintos, da abordagem feita ao projecto desenvolvido.

O reinventar de Álvaro Siza Vieira remete para uma nova maneira de olhar para aquilo que se encontra para lá da imagem já conhecida e tipificada das fachadas pombalinas. Siza reinventa o interior dos quarteirões atribuindo-lhes novas funções e novas vivências.

Um pouco à semelhança da acção de Siza no Chiado, também o saguão, do quarteirão onde se vai implantar o Centro de Investigação, ganha um novo significado e uma nova interpretação da sua existência.

Tratando-se da intervenção de dois edifícios do mesmo quarteirão, que tocam no mesmo saguão, este vai aparecer como elemento de ligação, agora não apenas visual, mas também física, destes dois edifícios. O seu atravessamento e a sua vivência passa a ser possível, que não era na altura da planificação pós-terramoto, nem nos dias de hoje.

A importância do desenho do saguão pombalino é reinventada. Este passa a ser olhado como elemento de união e de harmonia de todos os edifícios que compõem o quarteirão. A proposta é desenvolvida para os dois edifícios em pior estado de conservação mas a ideia é que essa vontade, de vivência e de ligação, se estenda aos restantes.

Os edifícios da proposta, principalmente o edifício A, é um edifício que se encontra desocupado há dezenas de anos. Isso pode significar uma grande fragilidade estrutural provocada, não só pela falta de controlo e manutenção, mas também

pelas sucessivas alterações que sofreu no seu interior ligadas às diferentes ocupações que acolheu.

Essa fragilidade torna possível e exige o reinventar da estrutura interior do edifício. Reinterpretando o que existe é proposta uma nova organização dos espaços com um núcleo central, de acessos e serviços, que divide os espaços e que vai criar as plataformas intermédias, principal alteração na tipologia do edifício.

No plano de Pombal esta acção não está enunciada, mas hoje na recuperação e reconstrução dos edifício é muito importante saber tirar partido das preexistências, reinventando-as.

⁹ Definição da palavra *Reinventar* . Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, página 3166



MEMÓRIA

« 4. Representação no espírito de presença passada ou de conhecimentos anteriormente adquiridos. »¹⁰

Outro factor contribuiu para a organização do espaço interior do edifício A: a memória.

Na análise da cidade pré e pós-terramoto surge a possibilidade da passagem de uma rua, no local onde, através do traçado pombalino, o edifício se construiu. Da transversalidade, da rua em relação edifício, emerge a vontade de recriar essa passagem.

Vai aparecer marcada através da implantação do núcleo central, de acessos e serviços, no seu limite sul e pelo prolongamento, física e por vezes apenas visual da parede que faz empena com o edifício vizinho, a norte, a toda a largura do edifício.

Essa marcação aparece feita em todos os pisos, mas onde tem mais força é no piso térreo, pois além de aparecer marcada vai poder ser atravessada. Vai aparecer despida de qualquer estrutura ou elemento permanente, permitindo que o seu cruzamento seja livre e desimpedido, como se se tratasse de uma rua no interior do edifício.

O desenho desta memória, pré-pombalina, surge como uma tentativa da busca de uma relação perdida com o terramoto e que tem o potencial de, através da sua recriação, de fazer aparecer novas vivências no interior do edifício.

¹⁰ Definição da palavra *Memória* . Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, página 2432

SOBREPOSIÇÃO

« 1. Acção de sobrepor. 2. Colocação de uma coisa sobre outra (...). 3. Justaposição de duas ou mais coisas; junção de vários elementos. » ¹¹

No tema da sobreposição a proposta para o Centro de Investigação difere um pouco na abordagem do conceito, relativamente ao projecto do atelier do arquitecto José Adrião, onde o tema vem associado à coexistência das várias transformações, – que o edifício dos fanqueiros sofreu, desde a sua origem até ao tempo do projecto – com a nova intervenção proposta.

No entanto, refere e estuda o tema de sobreposição de usos e funções.

Os edifícios pombalinos foram desenhados e planeados para conseguirem uma flexibilidade grande no que toca à sua ocupação, de maneira a permitir que se pudessem transformar consoante a necessidade e as funções que lhes eram atribuídas, sem que a estrutura fosse comprometida

O edifício A da proposta foi um edifício que sofreu adaptação a várias realidades desde a primeira ocupação. A adaptação a um novo programa pretende, mais do que voltar a torná-lo num edifício flexível, qualidade que perdeu com as sucessivas transformações, que este seja parte fundamental de uma estratégia dinamizadora do centro da cidade.

É proposta uma nova forma de viver o edifício, que vem revelar grandes possibilidades. Apesar de ser uma proposta que, sendo dinamizadora, pretende que o programa permaneça e que crie uma nova tipologia de edifício na baixa, de cultura e lazer, nunca é descartada a hipótese de que esta intervenção poderá ser apenas temporária e que no futuro o edifício se poderá converter a outro programa.

¹¹ Definição da palavra Sobreposição . Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, página 3545



fig.63 Preservação . Fachada . Fotografia maquete 1.50

PRESERVAÇÃO

« Acção de conservar, defender ou resguardar; acto ou efeito de preservar. » ¹²

(Preservar) « 3. Manter as propriedades ou qualidades de alguma coisa; conservar alguma coisa. » ¹³

A maior acção de preservação na proposta para o Centro de Investigação vai incidir sobre as fachadas exteriores dos edifícios, numa tentativa de manter e recuperar as principais características que unificam todo o conjunto da Baixa, e de retirar os elementos que nelas são dissonantes.

Esta atitude é sustentada com algumas restrições. É importante não ignorar a herança cultural dos edifícios, respeitando-a, e é necessária uma avaliação das adições entretanto efectuadas, na tentativa de perceber se o enriqueceram ou se, ao contrário, o descaracterizaram.

Em ambos os edifícios as fachadas ao nível do piso térreo, que fazem frente para a Rua Augusta, sofreram alterações ligadas aos estabelecimentos comerciais que aí se foram instalando. Os vãos foram rasgados para serem substituídos por montras largas de exposição, quebrando o ritmo repetitivo tão característico dos edifícios pombalinos.

São bem conhecidas e documentadas as tipologias desses vãos que desapareceram, por isso é proposta a sua reconstrução. O espírito e os valores do plano pombalino vão constituir as orientações base e o ponto de referência obrigatório para a preservação da herança pombalina.

Os elementos originais são preservados e restaurados.

¹² Definição da palavra *Preservação* . Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, página 2950

¹³ Definição da palavra *Preservar* . Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, página 2950

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

. A Baixa Pombalina e a sua importância para o património mundial : jornadas / coordenação da edição João Mascarenhas Mateus ; textos José-Augusto França... [et al.] ; [ed. lit.] . Lisboa : Câmara Municipal, Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana 2004 . ISBN 972-98786-8-4

. ABECASIS, Nuno Kruz . Lisboa Minha Vida . Lisboa: Círculo de Leitores, Fevereiro 2000 . ISBN 972-42-2186-5

. Baixa pombalina : 250 anos de imagens = 250 years of images . Coordenação: Helena Caria . Textos: João Mascarenhas Mateus... [et al.] . Lisboa: Câmara Municipal. Pelouro do Licenciamento Urbanístico e Reabilitação Urbana, 2004 . Obra publicada por ocasião da exposição organizada pela Câmara Municipal de Lisboa em 2003 . ISBN 972-98786-9-2

. COLENBRANDER, Bernard . Chiado, Lisbon : Álvaro Siza and the strategy of memory . translated [from the Dutch by] Michael O'Loughlin . Rotterdam : Dutch Architectural Institute, cop. 1991 . ISBN 90-72469-20-8 BI 4635

. Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea . Lisboa : Academia das Ciências de Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

. Lisbon ground . Coordenação: Inês Lobo . Textos: Francisco José Viegas... [et al.] . Tradução: Brad Cherry . Fotografia: Duarte Belo . Lisboa: Direcção Geral das Artes, 2012 . Obra publicada por ocasião da representação oficial portuguesa na 13a Biennale di Venezia, Mostra Internazionale di Architettura, patente no Pavilhão de Portugal, no edifício Fundaco Marcello, em Veneza (Itália), de de 29 de Agosto a 25 de Novembro de 2012 . Edição bilingue na língua portuguesa e inglesa . ISBN 978-989-8518-01-9

. SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos . A Baixa Pombalina, passado e futuro . Lisboa : Livros Horizonte, cop. 2000. ISBN 972-24-1079-2

. MATOS, José Sarmento de . Um sítio na Baixa : a sede do Banco de Portugal . Lisboa : Banco de Portugal, Museu do Dinheiro, 2013 . ISBN 978-989-678-146-0

Consulta de sites

. cidadaniaix.blogspot.pt/2012/03/baixa-house-e-um-exemplo-de-boas.html . 20 Março 2014

. falcaodecampos.pt/ . 16 Maio 2014

. www.byrnearq.com/ . 16 Maio 2014

. www.horizonteportugal.pt . 25 Outubro 2013

. www.joseadriao.com . 11 Março 2014

. http://www.mude.pt . 4 Maio 2014

. www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/bienal-de-arquitectura-lisboa-em-venez--1560763?page=2 . 28 Fevereiro 2014 . 24 Fevereiro 2014

. www.publico.pt/local/jornal/o-interprete-ideal-26981924 . 2 Março 2014

. www.rcjv.com . 5 Maio 2014

ÍNDICE DE IMAGENS

011	fig.01 Serra do Caldeirão . Almodôvar . Beja . 2002 www.horizonteportugal.org	047	fig.11 Planta do Plano para a cidade de Lisboa, sobreposto a Lisboa arruinada . Eugénio dos Santos e Carlos Mardel . Junho 1758
015	fig.02 Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2013	051	fig.12 Lisboa esquecida . Margarida Marques Pinto . 2013
021	fig.03 Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2013	056	fig.13 Incêndio Chiado . Luís Manuel de Vasconcelos . 1988 http://becodasbarrelas.blogspot.pt/2012/08/mil-palavras-sobre-o-incendio-do-chiado.html
023	fig.04 Miradouro do Arco Triunfal da Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2014	057	fig.14 Incêndio Chiado . Autor desconhecido . 1988 http://on-the-catwalk.blogspot.pt/2013/08/o-incendio-do-chiado-25-anos-depois.html fig.15 Vista aérea dos estragos do incêndio . 1988 http://home.fa.ulisboa.pt/~camarinhas/IAEE02_visitas.htm
028	fig.05 Planta de Lisboa. João Nunes Tinoco . 1650	059	fig.16 Plano de Acessos Públicos . Siza Vieira . 1989 <i>Chiado, Lisbon : Álvaro Siza and the strategy of memory</i> fig.17 Alçado Nascente . Rua Nova do Almada e Rua do Carmo . Álvaro Siza Viera <i>Lisbon Ground</i>
029	fig.06 Esquema do sítio genético de Lisboa . O Sítio e o Crescimento de Lisboa . Orlando Ribeiro . 1949 http://terrabrasilis.revues.org/737?lang=en	061	fig.18 Vista do elevador de Santa Justa . Conexão do Chiado com a Baixa . Joana França . Sem data http://www.ovodecodorna.com/desbravando-o-colonizador/
031	fig.07 Terreiro do Paço . Dirk Stoop . 1650 http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_da_Cidade_(Lisboa)#mediaviewer/File:Terreiro_do_Pa%C3%A7o_em_1650.jpg	064	fig.19 Largo do Pelourinho com os Paços do Concelho e a Igreja de São Julião lado a lado . Eduardo Porugal . Não datada <i>Um sítio na Baixa</i>
038	fig.08 Lisbonne Abysmée . Gravura da época retratando o Terramoto de 1755 . Autor desconhecido http://blog-de-historia.blogspot.pt/2006_09_01_archive.html		
041	fig.09 Alçado pombalino . Desenho a tinta da China com aguada e por- menores cor de rosa. Eugénio dos Santos . 1756 Museu da cidade . http://artehistoriaepci.blogspot.pt/2012/03/m7-lisboa- -pombalina-plantas-e-projectos.html fig.10 Corte esquemático mostrando o sumidouro e o colector comum . 1758 http://run.unl.pt/bitstream/10362/5964/1/Miranda_2011.pdf		

065 **fig.20** Pormenor . João Nunes Tinoco . 1650
Um sítio na Baixa

fig.21 Pormenor . Eugénio dos Santos . 1758
Um sítio na Baixa

fig.22 Pormenor . Carta topográfica da parte mais arruinada de Lisboa, na forma em que se achava antes do terramoto . Manuel da Maia . Não datada
Um sítio da Baixa

fig.23 Pormenor . Reconstituição da cidade à data do terramoto . Elias Sebastião Poppe . 1761
Um sítio na Baixa

067 **fig.24** Planta cronológica de ocupação do quarteirão do Banco de Portugal
Um sítio da Baixa

fig.25 Perspectiva sobre o saguão a partir do centro da igreja de São Julião . Margarida Marques Pinto . 2014

069 **fig.26** Corte transversal pela antiga Igreja de São Julião . Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos
Lisbon Ground

fig.27 Corte longitudinal pelo interior do saguão . Gonçalo Byrne e João Pedro Falcão de Campos
Lisbon Ground

071 **fig.28** Interior do saguão . Margarida Marques Pinto . 2014

074 **fig.29** Fanqueiros . Interior do edifício antes da intervenção . FG+SG Fotografia de Arquitectura . 2007
<http://itsmondaybutitsok.blogspot.pt/2014/03/baixa-lisboeta.html>

075 **fig.30** Fanqueiros . Vista da Rua dos Fanqueiros . FG+SG Fotografia de Arquitectura . 2011
<http://itsmondaybutitsok.blogspot.pt/2014/03/baixa-lisboeta.html>

fig.31 Fanqueiros . Interior de uma cozinha . FG+SG Fotografia de Arquitectura . 2011
<http://itsmondaybutitsok.blogspot.pt/2014/03/baixa-lisboeta.html>

fig.32 Fanqueiros . Planta Piso Tipo . José Adrião Arquitectos
Lisbon Ground

077 **fig.33** Fanqueiros . Interior de uma sala . FG+SG Fotografia de Arquitectura . 2011
<http://itsmondaybutitsok.blogspot.pt/2014/03/baixa-lisboeta.html>

080 **fig.34** Banco Nacional Ultramarino . Balcão da secção de crédito . Piso térreo . Autor desconhecido . Não datada
http://www.mude.pt/mude/historia_1

081 **fig.35** Banco Nacional Ultramarino . Cofre de aluguer . Cave . Autor desconhecido . Sem data
http://www.mude.pt/mude/historia_1

083 **fig.36** MUDE . Vista interior da entrada do museu pela Rua Augusta . FG+SG Fotografia de Arquitectura

fig.37 MUDE . Espaço expositivo . FG+SG Fotografia de Arquitectura

fig.38 MUDE . Primeiro Piso. FG+SG Fotografia de Arquitectura

085 **fig.39** MUDE . Planta 1º piso . Ricardo Carvalho e Joana Vilhena Arquitectos
Lisbon Ground

fig.40 MUDE . Axonometria . Ricardo Carvalho e Joana Vilhena Arquitectos
Lisbon Ground

087 fig.41 MUDE . Escadaria de acesso ao primeiro piso . Margarida Marques Pinto . 2014

092 fig.42 Fotografia da maquete 1.2000 . Cidade . Baixa Pombalina . Margarida Marques Pinto . 2014

093 fig.43 Vista do elevador de Santa Justa . Joana França . Não datada
<http://www.ovodecodorna.com/desbravando-o-colonizador/>

102 fig.44 Fotografia da maquete 1.200 . Rua . Rua Augusta . Margarida Marques Pinto . 2014

105 fig.45 Rua Augusta já a funcionar como rua pedonal . Autor desconhecido . 1984
<http://aps-ruasdelisboacomhistrria.blogspot.pt/2012/01/rua-augusta-ii.html>

111 fig.46 Rua Augusta . Margarida Marques Pinto

115 fig.47 Fotografia da maquete 1.200 . Rua Augusta . Posto de Informação . Margarida Marques Pinto . 2014

116 fig.48 Fotografia da maquete 1.200 . Rua Augusta . Posto de Informação . Margarida Marques Pinto . 2014

125 fig.49 Rua Augusta à noite . Margarida Marques Pinto . 2013

128 fig.50 Fotografia da maquete 1.50 . Quarteirão . Hotel Francfort .Margarida Mrques Pinto . 2014

129 fig.51 Hotel Francfort . Autor desconhecido . Não datada
<http://restosdecoleccao.blogspot.pt/2013/09/hoteis-francfort-em-lisboa.html>

130 fig.52 Fotomontagem do projecto de transformação do Hotel Francfort num edifício unicamente comercial . Autor desconhecido . 1976
Obra 33 . Arquivo Municipal de Lisboa

137 fig.53 Projecto para a transformação do edifício do Hotel Francfort num edifício unicamente comercial . Eng. Filipe Palet . 1976
Obra 33 . Arquivo Municipal

139 fig.54 Vista panorâmica, da Rua de Santa Justa, sobre o antigo Hotel Francfort . Margarida Marques Pinto . 2014

140 fig.55 Vista panorâmica, da Rua Augusta, sobre o antigo Hotel Francfort . Margarida Marques Pinto . 2014

141 fig.56 Rua Augusta, edifícios de intervenção. Margarida Marques Pinto . 2014

146 fig.57 Edifício A . Fotografia maquete 1.50

148 fig.58 Edifício B - Fotografia maquete 1.50

151 fig.59 Vista do elevador de Santa Justa para o interior de um saguão pombalino . Margarida Marques Pinto . 2014

171 fig.60 Reinvenção. Saguão . Fotografia maquete 1.50

173 fig.61 Memória . Atravessamento . Fotografia maquete 1.50

175 fig.62 Sobreposição . Espaço expositivo . Fotografia maquete 1.50

177 fig.63 Preservação . Fachada . Fotografia maquete 1.50

ÍNDICE DE ESQUEMAS E PLANTAS

017	Lisboa . Escala 1/ 20 000	120	Posto de Informação . Planta Piso térreo . Escala 1/ 100 Posto de informação . Planta Piso tipo . Escala 1/100
034	Baixa de Lisboa anterior ao terramoto de 1755 . Genética da cidade . Escala 1/ 5 000	122	Posto de informação . Corte longitudinal . Escala 1/100
036	Baixa de Lisboa anterior ao terramoto de 1755 . Principais praças e eixos . Escala 1/ 5 000	124	Posto de informação . Corte transversal . Escala 1/100
039	Desenhos do plano para reconstrução da Baixa Pombalina	132	Centro de Investigação . Envolvente . Escala 1/500
044	Plano Pombalino . Principais praças e eixos . Escala 1/ 5 000	134	Centro de Investigação . Estado de conservação . Escala 1/ 200
046	Sobreposição da Baixa anterior e da Baixa posterior ao Terramoto . Escala 1/ 5 000	136	Centro de Investigação . Ocupações . Escala 1/ 200
054	Projectos em estudo . Escala 1/ 5 000	144	Centro de Investigação . Implantação . Escala 1/500
096	Baixa Pombalina . Acessibilidade . Escala 1/ 5 000	150	Centro de Investigação . Planta Piso térreo . Escala 1/ 200
098	Baixa Pombalina . Equipamentos . Escala 1/ 5 000	154	Centro de Investigação . Planta primeiro Piso . Escala 1/ 200
100	Baixa Pombalina . Estado de conservação . Escala 1/ 5 000	156	Centro de Investigação . Planta segundo Piso . Escala 1/ 200
103	Posto de Informação . Estratégia de implantação . Escala 1/ 5 000	158	Centro de Investigação . Planta terceiro Piso . Escala 1/ 200
107	Posto de Informação . Estado de conservação . Escala 1/ 1 000	160	Centro de Investigação . Planta quarto Piso . Escala 1/ 200
109	Posto de Informação . Ocupações . Escala 1/ 1 000	162	Centro de Investigação . Planta quinto Piso . Escala 1/ 200
113	Posto de Informação . Plantas . Escala 1/ 500	163	Centro de Investigação . Alçado Rua Augusta . Escala 1/ 200
117	Posto de Informação . Alçados . Escala 1/ 500	165	Centro de Investigação . Corte transversal A-A' . Escala 1/ 65
		167	Centro de Investigação . Corte transversal B-B' . Escala 1/ 65
		169	Centro de Investigação . Corte longitudinal C-C' . Escala 1/ 65

